

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

FLÁVIA YASMIN PALMA NUNES

**ANÁLISE ACERCA DO EVENTO E PERFIL DAS MULHERES EM IDADE
REPRODUTIVA QUE EXPERIENCIARAM VIOLÊNCIA LETAL E NÃO-LETAL
DE 2015 A 2019 NO BRASIL**

Belo Horizonte

2022

FLÁVIA YASMIN PALMA NUNES

**ANÁLISE ACERCA DO EVENTO E PERFIL DAS MULHERES EM IDADE
REPRODUTIVA QUE EXPERIENCIARAM VIOLÊNCIA LETAL E NÃO-LETAL
DE 2015 A 2019 NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Mortalidade

Orientadora: Raquel Zanatta Coutinho

Coorientador: Bernardo Lanza Queiroz

BELO HORIZONTE

2022

Ficha catalográfica

N972a
2022
Nunes, Flávia Yasmin Palma.
Análise acerca do evento e perfil das mulheres em idade reprodutiva que experienciaram violência letal e não-letal de 2015 a 2019 no Brasil [manuscrito] / Flávia Yasmin Palma Nunes. – 2022. 141f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Raquel Zanatta Coutinho.
Coorientador: Bernardo Lanza Queiroz.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Inclui bibliografia (f. 121-131).

1. Demografia – Teses. 2. Violência contra a mulher – Brasil – Teses. 3. Mortalidade feminina – Teses I. Coutinho, Raquel Zanatta.. II. Queiroz, Bernardo Lanza. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.6

Elaborada por Rosilene Santos CRB6-2527
Biblioteca da FACE/UFMG. RSS – 127/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE FLÁVIA YASMIN PALMA NUNES Nº. REGISTRO 2020657176

Às nove horas do dia dezanove do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a Comissão Examinadora de DISSERTAÇÃO, indicada *ad referendum* pelo Colegiado do Curso em 12/07/2022, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado **Análise Acerca do Evento e Perfil das Mulheres em Idade Reprodutiva que Experienciaram Violência Letal e Não-Letal de 2015 a 2019 no Brasil**, requisito final para a obtenção do Grau de *Mestre em Demografia*.

Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Prof^a. Raquel Zanatta Coutinho, após dar a conhecer aos(às) presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos(as) professores(as) Raquel Zanatta Coutinho (orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG), Bernardo Lanza Queiroz (coorientador) (CEDEPLAR/FACE/UFMG), Laura Lídia Rodríguez Wong (CEDEPLAR/FACE/UFMG) e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Departamento de Sociologia/UFMG) se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final.

A Comissão **APROVOU** a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2022.

Prof^a. Raquel Zanatta Coutinho (orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)
Prof. Bernardo Lanza Queiroz (coorientador) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)
Prof^a. Laura Lídia Rodríguez Wong (CEDEPLAR/FACE/UFMG)
Prof^a. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Departamento de Sociologia/UFMG)

PROF^a. LAURA LÍDIA RODRÍGUEZ WONG
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Laura Lidia Rodriguez Wong, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 22/08/2022, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Mendonca Lopes Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Zanatta Coutinho, Professora do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Lanza Queiroz, Professor do Magistério Superior**, em 23/08/2022, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1685722** e o código CRC **32BD434C**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo apoio à realização do mestrado.

Agradeço à Raquel e ao Bernardo pelo extenso trajeto que percorremos, pelo tanto que cresci sob sua orientação e por pavimentarem a trilha que fez deste trabalho realidade.

Aos meus colegas de turma, Abdoul, Amanda, Ana, Ana Luiza, Ângela, Bruno, Luís, Hisrael, Thiago e Pedro, que dividiram comigo as angústias e alegrias à distância. Sou grata ao período e conhecimento que compartilhamos. Em especial à Nath, que antes de ser monitora, foi amiga.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Demografia, que recebeu a mim e à minha turma de braço abertos, em especial, ao Bernardo, Gilvan, Simone, Cássio, Laura, Adriana, Ana Paula, Allison, Paula e Irineu que contribuíram diretamente para minha formação. O esforço de vocês em fazer do Cedeplar um lar mesmo que em uma sala virtual me motivou durante estes anos de muito aprendizado. Também sou grata às professoras e professores que me inspiram desde a graduação. O amor que sinto pela demografia começou ali e, por isso, serei eternamente grata.

A todos os funcionários do Cedeplar que, mesmo com a distância física, foram muito presentes e prestativos.

Aos meus pais, Zilda e Carlos, que fizeram deste trabalho mais uma etapa que conseguimos atravessar, juntos e orgulhosos. Ao meu irmão, cujas discussões tiveram efeito também nesta versão. À minha irmã, que fez da jornada de escrita de uma dissertação em meio a uma pandemia com isolamento social, um pouco menos solitária e, quando possível, divertida. Você foi minha constante enquanto tudo variavelmente mudava e este trabalho finalizado só foi possível com sua companhia. A toda minha família.

Aos meus amigos do CEFET, em especial ao Gabriel e ao Renan, que tiveram paciência e me apoiaram durante o percurso deste trabalho e desde muito antes. Ao pessoal do Instituto Elo que me recebeu pela segunda vez e, em especial ao meu chefe, Diogo, e aos meus colegas, Amanda, Camila e Robert, que acompanharam de perto e tornaram possíveis os passos que dei nestes últimos meses. Ao Ítalo e ao Vini, que são a maior dívida que a UFMG me dedicou: não existe bracelete no mundo que retribua a amizade de vocês.

Agradeço ao Deus que conheço, que nunca me deu as certezas que eu quis dos caminhos que escolhi seguir, mas sempre me lembrou de parar uns minutos para apreciar a vista.

RESUMO

Dispõe-se investigar o perfil de morbimortalidade por agressão de mulheres de 10 a 49 anos de idade, no período de 2015 a 2019 para o Brasil, de modo a qualificar os eventos a partir do contexto em que se deu. Faz-se uso do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Aborda-se (1) a qualidade do preenchimento das variáveis e (2) a descrição do perfil do evento e da vítima. Foram aplicadas estatísticas descritivas, como distribuição de frequências e *boxplot*, o emprego de matrizes e uma análise de correspondência múltipla. (1) Na primeira análise, para ambas as bases de dados, Raça/cor e Local da ocorrência demonstram as melhores completudes, enquanto que Escolaridade e Estado Gestacional têm os piores percentuais, sendo o nível percentual de respostas *missing* maior em se tratando do Sinan em comparação ao SIM em todas as situações. (2) Na segunda análise, para eventos letais, observa-se: associação entre as categorias de Disparo de arma de fogo, Via pública, idades mais jovens; e associação entre mulheres brancas, local de ocorrência como domicílio, últimas idades reprodutivas e meio como força física ou de objeto cortante. As informações de violências interpessoais conformam: associação entre a categoria de violências psicológicas e de provável autor como parceiro ou ex-parceiro da vítima; associação entre as categorias de provável autor sendo do sexo feminino ou ambos os sexos, conhecidos ou desconhecidos, via pública e escolas; e associação entre as categorias familiar da vítima como provável autor, idade entre 10 e 19 anos e constatação de violência sexual. Entende-se que informações que melhor delimitem o evento são de grande importância para o monitoramento das violências às quais são submetidas mulheres no país, o que pode subsidiar avaliação de ações e políticas de prevenção de tais violências.

Palavras-chave: Mulher em idade reprodutiva, violência contra mulher, mortalidade por agressão, qualidade dos dados

ABSTRACT

It is intended to investigate the profile of morbidity and mortality from violent events of women aged 10 to 49 years old, in the period from 2015 to 2019 in Brazil, to qualify the events from the context in which they took place. Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) and Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) are used. It is addressed (1) the variables' filling quality and (2) the description of the event and victim profile. Descriptive statistics were applied, such as frequency distribution and boxplot, usage of matrices and multiple correspondence analysis. (1) In the first analysis, on both databases, Race/color and Place of occurrence present better completeness, while Education and Gestational State have the worst percentages, with the percentage level of missing answers being higher when it comes to Sinan compared to SIM in all situations. (2) In the second analysis, for lethal events, it was noted: an association between Gun shooting, public space and younger ages categories; and an association between white women, domicile as place of occurrence, women in the end of their reproductive cycle and use of physical force or sharp objects. The information regarding interpersonal violence complies with: an association between the category of psychological violence and the probable perpetrator as the victim's partner or ex-partner; an association between the categories of possible author being female or both the sexes, acquainted or unacquainted, public spaces and schools; and an association between the victim's family member as the probable perpetrator, age between 10 and 19 years and evidence of sexual violence. It is understood that the information that best qualify the event holds great value for the monitoring of the violence endured by women in the country, which can contribute to the evaluation of measures and prevention policies of such violence.

Keywords: Women of reproductive age, violence against women, aggression mortality, data quality

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FLUXO DAS INFORMAÇÕES DO SIM PARA CAUSAS VIOLENTAS	42
FIGURA 2 - FLUXO DAS INFORMAÇÕES DE VIOLÊNCIA DO VIVA/SINAN.....	47
FIGURA 3 - <i>BOXPLOT</i> DA DISTRIBUIÇÃO DE <i>MISSINGS</i> DAS VARIÁVEIS EM % POR UF DE RESIDÊNCIA, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 18.112)	68
FIGURA 4 - MATRIZ DE DADOS AUSENTES (%), SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 18.112)	71
FIGURA 5 - <i>BOXPLOT</i> DA DISTRIBUIÇÃO DE <i>MISSINGS</i> DAS VARIÁVEIS EM % POR UF DE RESIDÊNCIA, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	77
FIGURA 6 - <i>BOXPLOT</i> DA DISTRIBUIÇÃO DE <i>MISSINGS</i> EM % DAS VARIÁVEIS CORRESPONDENTES AO TIPO DE VIOLÊNCIA POR UF DE RESIDÊNCIA, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	80
FIGURA 7 - MATRIZ DE DADOS AUSENTES (%), SIM, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	82
FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DA VARIÁVEL IDADE, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 18.112).....	91
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DA VARIÁVEL IDADE, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	93
FIGURA 10 - SOBREPOSIÇÃO SEGUNDO TIPO DE VIOLÊNCIA, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	95
FIGURA 11 - RESÍDUOS PADRONIZADOS AJUSTADOS (RAÇA/COR X LOCAL DE OCORRÊNCIA), SIM (A) E SINAN (B), 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR HOMICÍDIO E CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 17.329 & N = 636.483).....	96
FIGURA 12 - TAXAS DE MORTALIDADE PADRONIZADAS DE MULHERES À IDADE REPRODUTIVA POR AGRESSÃO (POR 100.000), SIM, 2015 A 2019 (N = 18.112) ESTRUTURA PADRÃO: BRASIL, 2017	98
FIGURA 13 - TAXAS DE MORTALIDADE DE MULHERES À IDADE REPRODUTIVA POR AGRESSÃO PARA MULHERES NEGRAS (PRETAS E PARDAS) E MULHERES BRANCAS UF DE RESIDÊNCIA (POR 100.000), QUARTIS, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO BRASIL (N = 18.112)	99
FIGURA 14 - TAXAS DE MORTALIDADE DE MULHERES À IDADE REPRODUTIVA POR AGRESSÃO NO DOMICÍLIO E EM VIA PÚBLICA UF DE RESIDÊNCIA (POR 100.000), SIM, 2015 A 2019, QUARTIS, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO BRASIL (N = 18.112)	100
FIGURA 15 - RELAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA DAS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS E IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO FEMININA EM IDADE REPRODUTIVA, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO BRASIL (N = 18.112)	102
FIGURA 16 - RELAÇÃO ENTRE A PROPORÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM IDADE REPRODUTIVA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO FEMININA NEGRA EM IDADE REPRODUTIVA, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	103

FIGURA 17 - RELAÇÃO ENTRE A PROPORÇÃO DE VIOLÊNCIAS OCORRIDAS NO DOMICÍLIO E A PROPORÇÃO DE VIOLÊNCIAS OCORRIDAS EM VIA PÚBLICA, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	104
FIGURA 18 - RELAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA DAS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS E IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO FEMININA EM IDADE REPRODUTIVA, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	105
FIGURA 19 – MAPA DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA DAS CARACTERÍSTICAS DE PERFIL E EVENTO ÓBITO POR AGRESSÃO QUE CONTRIBUEM PARA OS EIXOS PRINCIPAIS (1 E 2), SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 16.987)	106
FIGURA 20 - MAPA DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA DAS CARACTERÍSTICAS DE PERFIL E EVENTO VIOLENTO QUE CONTRIBUEM PARA OS EIXOS PRINCIPAIS (1 E 2), SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 473.147)	110

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FONTES DOS DADOS EMPENHADOS NAS ANÁLISES.....	51
TABELA 2 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA A ESTRATIFICAÇÃO DAS BASES DE DADOS	52
TABELA 3 - SIM: RECATEGORIZAÇÃO DA VARIÁVEL MEIO DA AGRESSÃO.....	52
TABELA 4 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS SIMILARES ENTRE SIM E VIVA/SINAN	53
TABELA 5 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS ESPECÍFICAS AO VIVA/SINAN	54
TABELA 6 - DESCRIÇÃO DAS RECATEGORIZAÇÕES DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS A FIM DE MELHORAR A SIMILARIDADE ENTRE SIM E VIVA/SINAN	57
TABELA 7 - DESCRIÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DAS VARIÁVEIS ESPECÍFICAS AO VIVA/SINAN	58
TABELA 8 - FONTE DA INFORMAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS POR CAUSALIDADE EXTERNA, BRASIL (N = 760.268)	65
TABELA 9 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DOS <i>MISSINGS</i> CORRESPONDENTES ÀS VARIÁVEIS USADAS PARA ESTRATIFICAÇÃO, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS POR CAUSALIDADE EXTERNA, BRASIL (N = 760.268)	66
TABELA 10 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DOS <i>MISSINGS</i> CORRESPONDENTES ÀS VARIÁVEIS USADAS PARA ESTRATIFICAÇÃO, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 18.112)	66
TABELA 11 - NÚMERO PERCENTUAL DOS <i>MISSINGS</i> CORRESPONDENTES ÀS VARIÁVEIS POR ANO DE OCORRÊNCIA, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 18.112)	70
TABELA 12 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DOS <i>MISSINGS</i> CORRESPONDENTES ÀS VARIÁVEIS USADAS PARA ESTRATIFICAÇÃO, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA, BRASIL (N = 1.534.378)	74
TABELA 13 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DOS <i>MISSINGS</i> CORRESPONDENTES ÀS VARIÁVEIS, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	74
TABELA 14 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DOS <i>MISSINGS</i> CORRESPONDENTES ÀS VARIÁVEIS, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	75
TABELA 15 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DOS <i>MISSINGS</i> CORRESPONDENTES ÀS VARIÁVEIS POR ANO DE OCORRÊNCIA, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	80
TABELA 16 - PERCENTUAL MÉDIO, VALOR MÁXIMO E VALOR MÍNIMO DA PORCENTAGEM DE <i>MISSINGS</i> DAS VARIÁVEIS (RAÇA/COR, ESTADO CIVIL, ESCOLARIDADE, LOCAL DA OCORRÊNCIA, ESTADO GESTACIONAL), POR UF DE RESIDÊNCIA, SIM & SINAN, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO E CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 18.112 & N = 636.483)	84
TABELA 17 - PERCENTUAL MÉDIO, VALOR MÁXIMO E VALOR MÍNIMO DA PORCENTAGEM DE <i>MISSINGS</i> DAS VARIÁVEIS (RAÇA/COR, ESTADO CIVIL, ESCOLARIDADE, LOCAL DA OCORRÊNCIA, ESTADO GESTACIONAL), POR ANO DE OCORRÊNCIA, SIM & SINAN, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO E CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 18.112 & N = 636.483)	85
TABELA 18 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL POR CATEGORIAS DAS VARIÁVEIS, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 18.112)	90
TABELA 19 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL POR CATEGORIAS DAS VARIÁVEIS, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483)	91

TABELA 20 - NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DAS VARIÁVEIS REFERENTES A RELAÇÃO COM O PROVÁVEL AUTOR DA VIOLÊNCIA, MEIO DE AGRESSÃO, TIPO DE VIOLÊNCIA E TIPO DE VIOLÊNCIA SEXUAL, SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 636.483).....	93
TABELA 21 - TAXAS DE MORTALIDADE PADRONIZADAS POR IDADE E POR RAÇA, SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 18.112)	134
TABELA 22 – CONTRIBUIÇÕES (%) DAS CATEGORIAS PARA A INÉRCIA DOS EIXOS (CTR), SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 16.987)	135
TABELA 23 - CONTRIBUIÇÕES DOS EIXOS PARA A INÉRCIA DAS CATEGORIAS (COS2), SIM, 2015 A 2019, ÓBITOS FEMININOS À IDADE FÉRTIL POR AGRESSÃO, BRASIL (N = 16.987)	135
TABELA 24 - CONTRIBUIÇÕES (%) DAS CATEGORIAS PARA A INÉRCIA DOS EIXOS (CTR), SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 473.147)	135
TABELA 25 - CONTRIBUIÇÕES DOS EIXOS PARA A INÉRCIA DAS CATEGORIAS (COS2), SINAN, 2015 A 2019, CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM IDADE FÉRTIL, BRASIL (N = 473.147)	136

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CONFIGURAÇÕES DE HOMICÍDIOS DE MULHERES, RECIFE, 2010.....	30
QUADRO 2 - SIM, MATRIZ DE DADOS AUSENTES: LEGENDA	72
QUADRO 3 - SINAN, MATRIZ DE DADOS AUSENTES: LEGENDA.....	83
QUADRO 4 - CID-10 CORRESPONDENTES À CAUSA BÁSICA DE MORTE AGRESSÃO	133

LISTA DE ABREVIATURAS

CID-10	Classificação Internacional de Doenças (10ª revisão)
DO	Declaração de Óbito
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FNIV	Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IPV	<i>Intimate Partner Violence</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
MIF	Mulher em Idade Fértil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
SVO	Serviço de Verificação do Óbito
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SIH	Sistema de Informações Hospitalares
VIVA	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes
SUS	Sistema Único de Saúde
UF	Unidade Federativa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
A. VIOLÊNCIA: O QUE É?	18
B. VIOLÊNCIA E GÊNERO.....	21
C. AMÉRICA LATINA.....	22
D. HISTÓRICO POLÍTICO-NORMATIVO DO EVENTO NO BRASIL E MUNDO.....	25
E. MENSURAÇÃO E TIPOS DE VIOLÊNCIA	26
F. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS.....	31
3. MATERIAIS E MÉTODOS	39
A. BASES DE DADOS	39
B. NOTAS METODOLÓGICAS	58
4. ACERCA DO PREENCHIMENTO DAS VARIÁVEIS	64
5. DESCRIÇÃO DO EVENTO VIOLENTO	89
A. DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE PERFIL E EVENTO VIOLENTO	89
B. NÍVEIS DE MORTALIDADE POR AGRESSÃO E PROPORÇÃO DE VIOLÊNCIAS, UF DE RESIDÊNCIA: IDADE, RAÇA/COR, LOCAL DE OCORRÊNCIA.....	97
C. PERFIS DO EVENTO VIOLENTO	106
6. CONCLUSÕES.....	119
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICE A	133
APÊNDICE B	134
APÊNDICE C	135

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ÓBITO (DO).....	138
ANEXO B – FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DE VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA (FNIV)	139
ANEXO C – MAPA DO BRASIL: UNIDADES FEDERATIVAS E REGIÕES	141

1. INTRODUÇÃO

A violência de gênero é uma das violações dos direitos humanos mais difusas no mundo atualmente. Estima-se que, baseado em informações de 87 países para o ano de 2017, 1 em 5 mulheres em idade reprodutiva havia experimentado violência física e/ou sexual do parceiro nos 12 meses prévios à pesquisa (UN WOMEN, 2018). No Brasil, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), as agressões vitimizaram 22.419 mulheres no último quinquênio, além de, em 2015, posicionarem o país em 5º lugar no ranking de taxas de homicídios femininos num grupo de 83 países com dados homogêneos com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres no ano (WAISELFISZ, 2015).

Historicamente, o nível de mortalidade feminina por homicídio experimentou incrementos desde a década de 1980, chegando ao maior nível registrado no país no ano de 1996, com 4 mulheres vítimas de agressão por 100 mil habitantes (ENGEL, 2020). Depois disso, a taxa de homicídios femininos diminuiu até o ano de 2007, quando voltou a crescer, despontando, em 2012, como a maior medida nos últimos 30 anos, registrando cerca de 4,8 mulheres vítimas de tal mortalidade no país a cada 100 mil pessoas (ENGEL, 2020). Em 2019, o país registrou uma taxa de mortalidade feminina por agressão de 3,5 por 100 mil mulheres, combinando a marcante heterogeneidade entre as Unidades Federativas que registraram medidas de 1,7 a 12,5 mulheres vítimas a cada das em 100 mil mulheres (IPEA; FBSP, 2021).

Quanto às notificações de violência (doméstica, sexual e/ou outras) no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, no ano de 2014, para o Brasil, para as idades adultas, cerca de 71% dos atendimentos correspondiam às mulheres, sendo o principal autor da agressão o parceiro ou o ex-parceiro (WAISELFISZ, 2015). Outro ponto a ser destacado é a desigualdade de gênero que compõe tal cenário e é um dos fatores que sustentam a violência contra as mulheres. No ano de 2021, em um ranking de 153 países, o país ficou atrás de 92 nações em termos de igualdade de gênero, marcadamente com a persistência de lacunas de gênero concernentes ao Empoderamento Político e Participação Econômica e Oportunidade (WORLD ECONOMIC FORUM, 2021).

Concomitantemente, a violência contra a mulher tem recebido maior reconhecimento no país a partir de um processo de ampliação da proteção social, consequência de novas concepções da vida social que incluem à esfera pública relações que, antes, restringiam-se ao âmbito doméstico (CORTIZO; GOYENCHE, 2010). Isso se traduz também em ampliação no reconhecimento da violência de gênero, tendo como exemplos empíricos a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015). Além disso, há de se mencionar mudanças também significativas em outros aspectos da vida, principalmente no âmbito público com massiva entrada feminina no mercado de trabalho e expectativas quanto a configurações mais igualitárias no âmbito doméstico (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; MACHADO; COSTA RIBEIRO, 2021; MEDEIROS; PINHEIRO, 2018).

Mesmo assim, as mulheres seguem sendo as principais vítimas de desigualdades, situando-se como as principais afetadas pela precariedade do trabalho e aumento do desemprego, além de estarem vulneráveis à violência tanto na esfera privada, quanto na esfera pública (ENGEL, 2020; NASCIMENTO, 2014). Raça/cor e a idade mais jovem das vítimas também se traduzem como marcadores que acentuam a vulnerabilidade submetida às mulheres que vivenciaram alguma violência no país, tanto em contextos privados quanto fora das residências, tendo como algoz conhecidos ou desconhecidos (ENGEL, 2020). Além disso, a maior parcela dos casos abordados corresponde às mulheres em idade reprodutiva, o que realoca o assunto para a influência de tais violências na saúde dessas mulheres (SOUZA, ANA MAYARA GOMES DE, 2019).

Dessa forma, o presente trabalho busca descrever violências letais e não letais por agressão que aflige mulheres em idade reprodutiva, tendo em vista o perfil das vítimas e seus fatores contextuais. Nomeadamente, dispõe-se investigar o perfil de morbimortalidade por agressão de mulheres de 10 a 49 anos de idade, no período de 2015 a 2019 para o Brasil, de modo a qualificar os eventos tendo em vista o contexto em que se deu a ocorrência.

Em um primeiro momento, busca-se escrutinar a qualidade das informações disponíveis acerca do evento no que diz respeito à sua completude. Em seguida,

intenta-se descrever o perfil das mulheres vítimas de violência, letal ou não, e do evento ocorrido, de modo a sinalizar a discussão acerca da motivação do evento e sua aplicação empírica. Deste modo, o propósito em abordar o tópico sob a perspectiva advém da importância de contextualizar tais violências, uma vez que pouco se conhece acerca das motivações que originam os atos violentos contra mulheres no país como um todo (ENGEL, 2020).

O cenário denotado é caracterizado por significativa magnitude da mortalidade de mulheres por causa de morte Agressão com notáveis diferenças entre unidades federativas. Além disso, é considerável o número de notificações de violência contra a mulher que, possivelmente, contribui para a reprodução de vulnerabilidades, como um maior risco à mortalidade por agressão, agravos à saúde física e psicológica e percepções de insegurança (BARUFALDI *et al.*, 2017; ENGEL, 2020). Como pouco se sabe acerca das circunstâncias em que os óbitos em questão acontecem no Brasil, há limitações que impossibilitam a categorização da violência a nível nacional e dificultam investigações acerca da relação entre tais mortes e motivação por gênero. Além disso, as informações acerca das violências não letais também apresentam problemas que prejudicam até mesmo a afirmação de séries históricas (ENGEL, 2020).

O quinto objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) confere urgência à igualdade de gênero e à importância da prevenção e do combate à violência, em especial contra as mulheres e crianças. Violências que incidem sobre o público feminino, dessa forma, são entendidas como prioridade no cenário mundial, tendo em vista sua gravidade, afetando a qualidade de vida, autonomia, segurança das mulheres, entre outros aspectos, e recebe contornos ainda mais proeminentes no caso brasileiro de altas relativas taxas de mortalidade feminina por agressão altas. Sendo assim, faz-se imprescindível aprimorar cada vez mais o conhecimento acerca do tema que tem como expressão máxima uma mortalidade que se configura evitável.

A fim de realizar o objetivo proposto, faz-se uso do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) como fontes principais dos dados intentados. A decisão acerca do recorte temporal busca contemplar os anos de melhor qualidade de dados para ambas as bases.

Entendendo, principalmente, que o Sinan não é um sistema longo como o SIM e que passou por mudanças importantes no período recente, a escolha foi feita pelos últimos anos para os quais se tinha informação. Além disso, por se tratar de uma análise de corte transversal e de eventos caracterizados, relativamente, por pouca incidência, os dados abrangem um quinquênio.

Por fim, a proposta de investigação do cenário recente de tal violência no país busca compor o campo de pesquisa de modo a contribuir com o conhecimento acerca da mortalidade de mulheres em idade reprodutiva e das violências incididas sobre tal grupo tendo em vista as unidades federativas, além de evidenciar lacunas no que diz respeito à produção de dados sobre o tema. Tais justificativas integram um cenário maior que tem como fim a elaboração de estratégias de enfrentamento a um problema que é de saúde pública.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente capítulo são apresentados o referencial teórico e a revisão bibliográfica. Inicialmente, discute-se as definições do conceito de violência. Em um segundo momento, propõe-se a discorrer acerca de sua relação com o gênero e, em seguida, enfoca-se o contexto da América Latina. Ademais, é abordado o histórico político-normativo do evento no Brasil e mundo e os diferentes tipos de violências. Por último, discorre-se acerca das evidências empíricas.

a. Violência: O que é?

O conceito de violência é múltiplo, variável e complexo (CECÍLIA; MINAYO, 2006). Apesar disso, há alguns aspectos que são comuns aos seus usos, como a noção de coerção e de dano a um indivíduo ou grupo de pessoas (WAISELFISZ, 2011).

Ao discutir a amplitude do debate acerca do conceito, Michaud (1989) busca sintetizá-lo de modo que leve em conta a complexidade da interação, já que múltiplos atores podem compô-la, a diferenciação das modalidades da produção da violência o tempo em que se decorre a violência; e, por fim, os diferentes danos provenientes da violência. O autor, com isso, entende que sua definição abrange situações de interação em que um ou vários atores causam algum dano a outrem, pessoa ou grupo, direta ou indiretamente, de forma pontual ou esparsa no tempo e em graus diferentes, de modo que prejudique a integridade física, moral, patrimonial ou intervenha no envolvimento simbólico ou cultural dos envolvidos (MICHAUD, 1989).

No âmbito do Direito, no caso do Brasil, o termo violência adquire contornos mais definidos, abarcando agressões à pessoa humana e violências caracteristicamente imateriais, tais como negligência e dano moral. Debert e Gregori (2008) mencionam o enredamento dos tópicos crime e violência e apontam que o primeiro se trata da tipificação de abusos, com sua definição e resolução realizadas no âmbito jurídico. Violência, por sua vez, requer reconhecimento social, o que empreende “decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre os envolvidos” (DEBERT; GREGORI, 2008).

A Organização Mundial da Saúde define violência enquanto uso intencional de força física ou poder, por meio de ameaça ou prática, contra si próprio, o outro ou contra um grupo ou comunidade (KRUG *et al.*, 2002). Além disso, considera-se na conceituação que tal ação pode ter como resultado sofrimento, morte, dano psicológico, privação ou prejudica o desenvolvimento.

Walby *et al.* (2017) concebem que a designação do evento como violento depende da intenção bem como das ações no que diz respeito à interpretação do conceito de dano. As autoras reforçam a dimensão invisível do conceito à qual muitas vezes a violência incidida especificamente sobre as mulheres é designada e argumentam que

(...) in order to potentially make visible the relationship between violence and other forms of power and to identify the levers of transformation – it is better to restrict the concept of ‘violence’ to a specific and precise definition connected to intended physical acts that cause harm (WALBY *et al.*, 2017, p. 4).

Já Minayo (2009) formula o conceito como uma questão que concerne ao social e constitui um ethos baseado na intenção de ferir, mutilar ou matar o outro. Uma das possibilidades da manifestação da violência é a partir de maus tratos físicos ou psicológicos, contra um outro indivíduo ou coletivo e o ethos mencionado pode ser realizado, tanto por autores individuais quanto institucionais, como pessoas, grupos ou nações (MINAYO, 2009). A autora, dessa forma, pontua a intencionalidade na definição, porém expande o conceito ao incluir atores que não necessariamente são indivíduos ou grupo de indivíduos.

Como foi visto, a intencionalidade se apresenta como aspecto fundante em algumas conceituações do termo. Entretanto, a delimitação da ação como violenta ou não tendo em vista sua intenção é muito complexa, principalmente no que diz respeito a determinados comportamentos que infringem algum tipo de dano e que são naturalizados culturalmente. Para Dahlberg e Krug (2006), deve-se considerar dois pontos em relação a tal aspecto: primeiramente, a intenção de usar força em determinado ato não necessariamente indica haver intenção de causar dano, o que difere a intenção da consequência da ação. Segundamente, o cometimento do ato pode oferecer perigo e ser danoso à saúde, porém a pessoa na posição de agressor pode não o entender dessa forma. Deste modo, os autores firmam que, em se tratando

de intencionalidade, é preciso haver distinção entre intenção de ferir e intenção de “usar a violência”.

Assim, apesar de haver menção à intencionalidade na conceituação feita pela OMS, a Organização compreende a definição de violência como uma questão concernente à saúde ou ao bem-estar dos indivíduos. Deste modo, por mais que determinado ato seja compreendido como aceitável no contexto cultural em que os indivíduos envolvidos estão inseridos, ele é considerado como violento tendo efeitos importantes na saúde da pessoa ou grupo que sofre a violência. Reitera-se que tais efeitos não necessariamente configuram sofrimento ou morte, mas concebem um peso substancial em quem sofre a violência ou consequências desta, seja indivíduo, grupo, família, comunidade ou sistema de saúde.

Ainda sobre a definição de violência descrita pela Organização Mundial de Saúde, a alusão à palavra “poder” como complemento de “uso de força física” amplifica o que se entende como ato violento, incluindo eventos que são resultados de uma relação de poder, como ameaças e intimidação (DAHLBERG; KRUG, 2006). Nesse sentido, a inclusão da dimensão de poder, para além de atos incididos fisicamente, amplia a natureza de práticas violentas, considerando casos como negligência ou atos de omissão. Sendo assim, são muitos aspectos presentes na definição de violência da OMS, implicitamente ou explicitamente, que contribuem para a compreensão do fenômeno e, até então, o conceito abrange todos os atos violentos, públicos ou privados, reativos ou antecipatórios.

A violência de gênero muitas vezes ocupa esse lugar na discussão, uma vez que não necessariamente corresponde a uma ofensa física e pode partir de um lugar incerto de uma intenção normalizada e aceita socialmente. Os agravos e violências letais e não-letais apresentam diferenças radicadas numa estrutura desigual de poder, decorrendo principalmente dos diferentes tipos de violência aos quais homens e mulheres são acometidos. No tópico seguinte, propõe-se a esmiuçar a relação entre gênero e violência.

b. Violência e gênero

Evidenciando a relação interpessoal entre homens e mulheres e a violência que recai sobre o sexo feminino, entende-se que, quando o essencialismo biológico, que determina a superioridade de homens em detrimento das mulheres, é vigente na sociedade, práticas orientadas a regular as relações entre os indivíduos podem se sustentar no uso de intervenções com o intuito de conformar as pessoas aos papéis e representações previamente definidas (TÍLIO, 2014). Isso significa que tais práticas atuam como forma de naturalizar desigualdades. Essa perspectiva também incorpora a violência, uma vez que essa última pode servir de instrumento de dominação e opressão com o objetivo de preservar disparidade de poder (TÍLIO, 2014).

Saffioti (2001) discute a função patriarcal que delimita ao homem poder ou, pelo menos, tolerância de determinar a conduta das categorias sociais abrangidas pelo conceito, como mulheres e criança. A violência nesse contexto é empregada como auxílio para cumprir o projeto de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2001).

Barker (2016) define como patriarcado as estruturas radicadas em hierarquias de poder relativas ao gênero, representando o poder agregado que homens têm sobre mulheres. O autor pontua que o conceito explica como violências estão radicadas em relações complexas em que se inter cruzam poder econômico, social e político. Para o autor. Para a erradicação da violência patriarcal é preciso desnaturalizá-la, uma vez que não é própria à masculinidade, e evidenciar as desigualdades estruturais que marcam tais relações.

A formação de identidade masculina pautada na ideia do homem como agente do poder de violência tem implicações tanto nas relações entre homens e mulheres, quanto entre homens. As manifestações de violência neste conjunto são motivadas por fins como a vingança, reafirmação de superioridade, defesa da honra e controle sobre as mulheres. Tais manifestações, nesses casos, estão associadas à manutenção do poder, defesa da honra e controle (SILVA, JOSÉ REMON TAVARES DA, 2014).

Penha (2016) retoma, principalmente, os conceitos “ethos da masculinidade” de Alba Zaluar e “ethos guerreiro” de Ednilsa Ramos de Souza a fim de discutir a

identificação de uma masculinidade específica. Os conceitos partem de contextos marcados pela incidência da criminalidade em que violência, demonstrações de força e agressividade e a frieza funcionam como manifestação de poder e virilidade, além de constituírem a essência da masculinidade (PENHA, 2016).

Essa conjuntura se complexifica uma vez que o social não é homogêneo e as categorias de gênero não devem ser entendidas de maneira universalizada. Isso compreendido, outros condicionantes de relações de poder podem ser colocados em análise. Tílio (2014) exemplifica tal formulação com as dissonâncias da masculinidade hegemônica já que ser homem não determina ser necessariamente opressor, sendo a categoria de homem caracteristicamente heterogênea. De todo modo, tece-se uma relação estreita entre o uso da violência e a manutenção de poder e masculinidade.

Dessa forma, entende-se que a violência no sentido posto, em especial a incidida sobre mulheres, constitui um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física, sendo suas manifestações maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder (BANDEIRA, 2014).

c. América Latina

No contexto da América Latina e, em específico, do Brasil, a discussão sobre as causas da violência associada ao gênero inevitavelmente perpassa o passado colonial escravocrata e o discurso de miscigenação alinhado ao racismo. Viveros-Vigoya (2016) analisa o continuum de violência na história latino-americana e aponta as estruturas simbólicas e sociais que fundamentaram a subordinação de gênero e inferioridade racial em que a violência é circunscrita, de modo que a conjuntura descrita sustentava relações de oposição e, também, de cumplicidade entre colonizadores e colonizados (VIVEROS-VIGOYA, 2016). Esse contexto apresenta um legado até os dias de hoje, em que a discriminação racial e reprodução de masculinidades ainda organizam essa estrutura, sendo a violência parte constituinte de masculinidades tanto hegemônicas quanto subordinadas (VIVEROS-VIGOYA, 2016). Homens em grupos subalternizados, definidos pela raça ou etnia, classe e sexualidade, dessa forma, afirmar sua masculinidade sobre as mulheres é uma forma de buscar sua emancipação (VIVEROS-VIGOYA, 2016).

Nessa mesma linha, de acordo com Carneiro (2003), a violência está radicada no contexto latino-americano desde a expansão colonial que, no Brasil, tem contornos singulares com a miscigenação e o mito da democracia racial. A violência sexual no país, então, estrutura todas as hierarquias de gênero e raça na sociedade (CARNEIRO, 2003). Para pensar a hegemonia masculina e as concebidas desigualdades, então, é preciso contemplar ideologias complementares ao sistema de opressão (CARNEIRO, 2003). Isso significa, por exemplo, abordar a violência contra a mulher tendo em vista a violência racial como dimensão fundamental para a discussão, de modo que possibilite discutir as desigualdades intra-categoria “mulher” e “homem”, ao invés de entendê-las como blocos homogêneos. A violência por parte do Estado, seja simbólica e/ou estrutural, por exemplo, pode recair sobre os homens emoldados nesse recorte e se reproduzir em novas violências interpessoais intra-comunidade (CARNEIRO, 2003).

Apesar de considerarem a violência como um problema de longo prazo e cotidiano na América Latina, Imbusch, Misse e Carrión (2011), por sua vez, pontuam que as consequências do processo de colonização na América Latina para o contexto de violência atual permanecem controversas com algumas variações regionais, indicando ser esta uma relação complexa de se estabelecer. Tal afirmação é feita a partir de um levantamento histórico que se remete ao período colonial e vai de encontro à atribuição homogeneizante comumente feita à América Latina como uma região violenta.

Para os autores, não há diferenciações nessa proposição sendo que cada país ou região da América do Sul experimentou um padrão muito diferente de violência, o que impediria generalizações nesse sentido (IMBUSCH; MISSE; CARRIÓN, 2011). Além das particularidades de cada contexto, história e conjuntura atual, os autores também apontam que os fatores que explicam crime e violência também são diversos. Tudo isso embasa o argumento de que para se assumir um eixo comparativo entre os países ou até mesmo sub-regiões é preciso um entendimento mais detalhado de cada região ou país, indo contrariamente à ideia de uma América Latina coesa principalmente no que diz respeito à violência.

De todo modo, o histórico colonial é fator importante para entender a configuração social como um todo, pois organizou um contexto desigual e marginalizou grupos que permanecem subordinados, o que propicia a reprodução de violência indireta (RYLKO-BAUER; FARMER, 2016).

Com enfoque nos sujeitos que são autores da violência e vítimas dela, quando se trata da prática acometida por homens e mulheres a homens e mulheres, a conceituação passa a demandar diferenciações relativas ao gênero. Enfocando a violência física, Dias Júnior (2007) conclui em sua análise para o Brasil que os fatores externos de óbitos como os homicídios, expressão máxima da violência, são fenômenos tipicamente masculinos. Essa observação está ancorada no que disserta algumas das abordagens das teorias acerca de gênero, principalmente no que diz respeito aos papéis e comportamentos tradicionais dos gêneros masculino e feminino e sua articulação com a violência e produção de masculinidades.

Fatores como a violência estrutural também podem ocasionar o aumento da vitimização feminina aumente (LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014). Locais marcados por conflitos por tráfico de drogas, conflitos armados e violação de direitos humanos apresentam características importantes para pensar tanto a mortalidade masculina quanto a feminina. No contexto latino-americano, muitas mulheres vítimas de violência letal se encontram em setores marginalizados de acordo com Meneghel e Hirakata (2011) sendo a Ciudad de Juárez, no México, o caso mais emblemático. A Rússia e a Guatemala, países com as maiores taxas de homicídios de mulheres do mundo, também apresentaram aumento da vitimização feminina em contextos de instabilidade, como o esfacelamento da União Soviética e conflitos internos violentos no caso da Guatemala (LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014).

Alcañiz et al. (2004) discorrem acerca da violência urbana na América Latina e seu perfil masculino e jovem, principalmente para o caso do Brasil que demarca conflitos de violência armada e organizada. Tal contexto de vulnerabilidade que circunscreve as mulheres é, dessa forma, fundamentado na falta de resposta do Estado, desigualdade socioeconômica e dimensões culturais da masculinidade. Além disso, Alcañiz et al. (2004) também lembram que, nessa situação contínua de violência, as mulheres são um dos grupos mais afetados as mulheres sendo as principais

vítimas de desigualdades e as principais afetadas pela precariedade do trabalho e aumento do desemprego, além de estarem vulneráveis à violência tanto na esfera privada, quando na esfera pública (ALCAÑIZ; CAICEDO; MOURA, 2004). As mulheres também são afetadas indiretamente pela violência urbana que atinge majoritariamente os homens, uma vez que muitas têm que assumir a responsabilidade material e emocional por suas famílias (ALCAÑIZ; CAICEDO; MOURA, 2004).

Engel (2020) reflete sobre raça/cor como um marcador que acentua a vulnerabilidade dessas mulheres a todos os tipos de violência, tanto em contextos privados quanto fora das residências, tendo como algoz conhecidos ou desconhecidos (ENGEL, 2020). A autora, então, pontua a violência urbana e estrutural, que, para além dos efeitos já conhecidos como a mortalidade por homicídios em via pública principalmente, também pode agravar a violência doméstica que vitimiza muitas mulheres. Deste modo, violência e gênero se apresentam como categorias de análise com enredamentos importantes traduzindo, também, desigualdades resultantes das relações de poder estruturadas na sociedade.

d. Histórico político-normativo do evento no Brasil e mundo

Legislações que abordam o combate e prevenção à violência contra a mulher, especialmente a doméstica, têm sua importância assinalada no fato de proporcionar proteção legal às mulheres (TAVARES; WODON, 2018). Tais leis também firmam um compromisso alinhado à meta 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, explicitando a necessidade de eliminar toda forma de violência contra mulheres seja na esfera pública seja na esfera privada a fim de alcançar a igualdade de gênero (TAVARES; WODON, 2018). Mundialmente, de 2014 a 2018, houve um aumento na porcentagem de países com leis que preveem a violência doméstica, mas ainda faltam avanços no reconhecimento da violência sexual como forma de tal violência (TAVARES; WODON, 2018). Segundo Tavares e Wodon (2018), na época da pesquisa, 24,1% dos países não tinham leis acerca da violência doméstica.

No Brasil, a violência contra a mulher foi judicializada levando em conta as especificidades do problema com a promulgação da Lei nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que com o intuito de coibir e prevenir a violência

contra a mulher criou mecanismos direcionados, principalmente, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Ao discutir o processo de criação da Lei e a desnaturalização da violência doméstica e familiar, Cortizo e Goyeneche (2010) rememoram o processo de ampliação da proteção social, consequência de uma mudança na concepção da vida social, de modo que relações, antes restringidas ao âmbito privado passaram a ser trazidas para a esfera pública (CORTIZO; GOYENECHÉ, 2010).

Isso se traduz também em ampliação no reconhecimento da violência de gênero, estando tal ampliação relacionada à criação de mecanismos jurídicos com o intuito de aumentar o acesso ao sistema judiciário de causas antes restringidas à ordem do privado (CORTIZO; GOYENECHÉ, 2010). Esta é, marcadamente, pauta da luta do movimento feminista, importante para a implementação da Lei 11.340/2006. Ou seja, o clamor por uma Lei como a 11.340/2006 ia contra justamente a ideia de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, noção que reforça a esfera privada restringida à sua própria resolução de conflitos.

Outra lei importante para o andamento da pauta da violência contra a mulher foi promulgada em 2015. A Lei nº 13.104 é também conhecida como Lei do Femicídio, uma vez que tipifica o feminicídio como o assassinato de alguma mulher em decorrência do gênero (ROICHMAN, 2020). Apesar de não haver resultados empíricos que afirmem o efeito direto da Lei para a diminuição da ocorrência dos feminicídios, para Roichman (2020), sua importância vai além disso. De acordo com a autora, a relevância da tipificação do crime de feminicídio sobrepõe a discussão acerca de seu impacto no número de mortes. Esse argumento se pauta na importância do reconhecimento do fenômeno e a oposição clara do Estado frente ao crime (ROICHMAN, 2020).

e. Mensuração e tipos de violência

Para fins empíricos, há muitas propostas de mensuração da violência em uma área, localidade ou, até mesmo, em um país. A taxa de homicídios é a medida mais usada para indicar o nível de violência de determinada localidade (BUVINIC; MORRISON, 1999; LUCAS; CUNHA; BONDEZAN, 2020; NÓBREGA JÚNIOR, 2017).

O recurso de mensuração se trata, então, de tomar a taxa de homicídios como proxy da violência, uma vez que o homicídio é o ato violento mais sério e mais precisamente relatado nas estatísticas (BUVINIC; MORRISON, 1999).

Buvinic e Morrison (1999) também apontam que, apesar dos motivos para a aproximação, é importante a complementação com outras medidas, a fim de pontuar a também importância das demais formas de violência, como a psicológica. Apesar de não corresponder a uma tentativa de mensurar violência, Barufaldi et al. (2017) é um exemplo que faz uso de informações além da mortalidade por agressão com o intuito de investigar violências prévias em casos de mortes violentas de mulheres.

A mensuração da violência também depende da categorização de tais eventos, além de conformar muitas discussões acerca da congruência entre o conceito de violência e sua aferição empírica.

Segundo o relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2016, para a produção de dados sobre homicídios, sua simples definição marcada pelo ato de levar alguém a óbito é insuficiente. Isso porque a escolha da fonte de informações é fator importante para delimitar tal descrição e nem sempre são perfeitamente coincidentes. Deste modo, a categoria do óbito vai depender dos dados utilizados. Quanto à nomenclatura, comumente, homicídios e óbitos por agressão correspondem a um mesmo evento, entretanto, o fato apresenta algumas especificações também a depender da fonte de dados, sendo que, nos casos de óbitos femininos, pode haver, ainda, referências ao termo feminicídio.

No Brasil, a categoria de homicídios, pensada no âmbito da segurança, é tipificada no Código Penal Brasileiro e contempla os óbitos de natureza dolosa e culposa, sendo o crime de latrocínio, roubo seguido de morte, neste caso, não incluso. O óbito por agressão, por sua vez, condiz com as mortes delineadas pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (FBSP, 2016). Isso significa que a contabilização dos homicídios propriamente ditos depende das leis que definem a categoria e do sistema de justiça. Na área da saúde, os óbitos correspondem às mortes por agressão, delimitadas na Classificação Internacional de Doenças e, consensualmente, dizem respeito aos códigos X89 ao Y09 (APÊNDICE A) (FBSP, 2016), podendo incluir ou não outros códigos, como no caso de mortes por intervenção

legal. Por conseguinte, análises que se debruçam sobre a situação brasileira usualmente recorrem a fontes de dados acerca dos homicídios na área da saúde e/ou às estatísticas de registro das ocorrências criminais (FBSP, 2016).

No caso de morte de mulheres por agressão, os óbitos ainda podem ser classificados como um feminicídio. Para Solyszko Gomes (2018), a possibilidade de uma diferença expressiva não acompanha necessariamente a escolha de qual termo dizer, mas como é feita a análise do fenômeno, uma vez que os termos podem assumir concepções genéricas, mais específicas ou de natureza legal. Dessa forma, segundo a autora, ambos os conceitos são alternativos à categoria de homicídio que é marcadamente neutra e invisibilizada no termo genérico. O reconhecimento do fenômeno, deste modo, contribui em evidenciar um problema de natureza de gênero. Isso significa que a defesa do uso de termos como feminicídio parte da tentativa de assinalar tais mortes violentas de mulheres como óbitos que ocorreram e ocorrem em razão do gênero (SOLYSZKO GOMES, 2018).

Ainda, Carcedo (2010) entende que nem todo homicídio feminino é um feminicídio. A autora, então, disserta sobre a noção de cenários de feminicídios na América Central e pontua que pode haver óbitos de mulheres em assaltos ou outra situação que também afeta os homens, porém, igualmente, pode haver muitos feminicídios que são tratados como homicídios casuais. Carcedo (2010) os identifica das seguintes formas: família, relação conjugal, ataque sexual, comércio sexual, tráfico de mulheres para todos os tipos de exploração, gangues e facções, território de vingança e misoginia. Deste modo, a violência contra mulher, segundo Carcedo (2010), têm como causa a subordinação feminina. Sendo assim,

no es de extrañar que la encontremos en cualquier ámbito, dentro y fuera de la esfera de la relación de pareja y de las relaciones familiares. No hay medio ni círculo social que esté exento de este ejercicio de poder sobre las mujeres, porque nuestras sociedades están aún lejos de erradicar la discriminación femenina. La violencia contra las mujeres no es una aberración social, sino, por el contrario, el producto esperable de una sociedad que coloca a las mujeres en posición inferior a los hombres. (CARCEDO, 2010, p. 3)

No que concerne às violências que infligem as mulheres, há também várias definições abrangidas pela discussão que possibilitam minuciar o debate. Dentre as mais abordadas estão: violência de gênero, violência contra a mulher, violência doméstica e violência cometida por parceiro íntimo. Saffioti (2001) trata do uso de tais

termos e, para a autora, os conceitos, apesar de não serem excludentes entre si, apresentam especificidades importantes que os justificam.

A violência de gênero por si só delimita agressores e vítimas, sendo que esta última categoria circunscreve inclusive crianças que também podem ser vítimas desse tipo de violência. Já para Casique Casique e Furegato (2006), a violência de gênero é infligida por homens contra as mulheres e seu motivo está baseado no fato de a vítima ser do sexo feminino, o que se difere do que foi posto por Saffioti (2001). Essa configuração abarca muitas formas de violência, como a violência intrafamiliar e a doméstica, que podem se manifestar via agressões físicas, psicológicas, sexuais, sociais, dentre outras. As autoras evidenciam ainda a relação próxima que muitas mulheres mantêm com esses agressores, sendo essa uma forma comum de violência contra a mulher, como nos casos de violência intrafamiliar e doméstica (CASIQUE CASIQUE; FUREGATO, 2006).

O termo “violência doméstica” não delimita a categoria de agressor e tem como unidade espacial principal o espaço doméstico que, segundo a autora, caracteriza o ambiente privado não só territorialmente como simbolicamente (SAFFIOTI, 2001). Por último, a violência intrafamiliar abarca sujeitos que têm algum parentesco ou afinidade (SAFFIOTI, 2001).

Miura e colegas (2018) investigam o uso de termos Violência Doméstica e Violência Intrafamiliar, que são identificados na literatura ora de modo semelhante, ora com significados distintos. O uso do primeiro termo foi unanimemente aplicado para se referir a violência de gênero e contra mulher jovem e adulta. Para vítimas crianças e adolescentes constatou-se uma maior diversidade dos termos e, para vítimas idosas, observou-se a prevalência do termo Violência Intrafamiliar.

Para Portella (2019), a ideia de cenários de Carcedo (2010) se aproxima das noções de configurações e de situações de homicídio e pode contribuir na identificação dos contextos de tais eventos. O trabalho entende que

a configuração de homicídio refere-se à estrutura das situações de homicídios, dada pelos arranjos particulares entre os principais elementos da situação: a vítima e o agressor (suas características e a relação entre eles), as motivações do agressor e os componentes situacionais (arma, local, período do dia e da semana, elementos precipitadores e/ou facilitadores do crime). (PORTELLA, 2019, p. 38)

A autora empreende um extenso esforço em compreender e analisar as dinâmicas sociais que produzem homicídios de mulheres em Pernambuco, estado brasileiro. Portella (2019) identificou quatro configurações: criminalidade, violência interpessoal, violência doméstica e familiar e violência cometida por parceiro íntimo. A primeira atinge ambos os sexos, enquanto que a segunda foi associada aos homens e as duas seguintes às mulheres.

Todos os CVLIS com vítimas do sexo feminino cometidos em Recife em 2010	Feminicídio	Motivados diretamente pelas desigualdades de gênero	Parceiro íntimo
			Familiar
			Não familiar
	Contexto da criminalidade	Outros	Uso
			Tráfico
		Drogas	
	Conflitos interpessoais diversos		
Outras configurações			

Quadro 1 - Configurações de homicídios de mulheres, Recife, 2010

Fonte: PORTELLA, 2019

Para os casos de homicídios femininos, a autora encontra três configurações:

- 1) Homicídios cometidos contra meninas, em aglomerados urbanos ou rurais, com elementos que podem descrever situações de abusos físicos e/ou sexuais por parte de parentes do sexo masculino, no ambiente da casa, da família, ou arredores (PORTELLA, 2019).
- 2) Homicídios cometidos contra mulheres jovens, em via pública, com arma de fogo, à noite, sugerindo a configuração ligada à dinâmica da criminalidade urbana (PORTELLA, 2019).
- 3) Homicídios cometidos contra mulheres adultas, com arma branca, na residência da vítima, sugerindo violência cometida por parceiro íntimo, com elementos que apontam claramente para a situação mais conhecida de violência contra mulheres (PORTELLA, 2019).

Os resultados do trabalho citado explicitam contextos diversificados de homicídios para mulheres, além de que obedecem a dinâmicas sociais distintas. Nesse sentido,

o marcador de gênero está sempre atuante, mas de diferentes formas (PORTELLA, 2019).

Deste modo, as violências podem ser definidas tendo em vista a modalidade, como no caso da violência doméstica e da intrafamiliar, ou o tipo que a caracteriza, como a violência física e a violência psicológica. No contexto brasileiro, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) é uma referência no que abrange este último. A legislação em questão classifica os tipos de violência contra a mulher em cinco itens: violência física, que compreende os casos que ofendem a integridade corporal; violência psicológica, que compreende condutas que afetem a saúde psicológica e autodeterminação; violência sexual, que compreende condutas que constrangem, coagem, induzem a vítima no que se refere à sua sexualidade ou limitem seu direitos reprodutivos; violência patrimonial, que compreende condutas limitantes relativas aos bens, valores e recursos econômicos da vítima; e, por último, violência moral, caracterizada por qualquer conduta entendida como calúnia, difamação e injúria.

f. Evidências empíricas

No contexto latino, Molinatti e Acosta (2015) analisam a mortalidade de mulheres por agressão para a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México, entre 2001 e 2011, e concluem que o Brasil teve os maiores níveis de taxas de agressões, apresentando, junto ao México, um aumento no período (MOLINATTI; ACOSTA, 2015). Tal aumento se deu em todas as idades, principalmente, nas idades mais jovens quando se considera o decênio inteiro. Além disso, as taxas que o Brasil apresenta são superiores à média mundial e à média da América Latina.

Quanto à tendência, Waiselfsz (2012) nota que houve um grande crescimento até 1996, em que as taxas de homicídio feminino duplicam, e, a partir daí, permanecem estabilizadas com tendência de queda. Houve ainda algumas variações no período de promulgação da Lei Maria da Penha, porém a medida retorna ao mesmo nível de 1996. Leite e colegas (2017) analisam a mortalidade feminina por agressão para o Brasil a partir do recorte de idade de 20 a 59 anos e denotam uma tendência estável, de 2002 a 2012. Apesar disso, as dissonâncias regionais evidenciam diferenças importantes no padrão de mortalidade (LEITE *et al.*, 2017). Verifica-se

declínio das taxas de mortalidade por tal causa para a região Sudeste (declínio médio de 3,41%), enquanto as regiões Norte, Nordeste e Sul acompanham um aumento (acréscimos de 5,74%, 5,49% e 2,92%) (LEITE *et al.*, 2017).

Nos que se refere ao nível, os diferenciais regionais da mortalidade de mulheres por agressão também são consideráveis, sendo que a região Centro-Oeste apresentou a maior taxa de mortalidade por agressão no que diz respeito às mulheres adultas (LEITE *et al.*, 2017). Estes resultados são observados junto a desigualdades em relação aos aspectos econômicos: estados em tercis com menos IDH e/ou em tercis com maior desigualdade (Índice de Gini) denotam as maiores taxas de mortalidade feminina (LEITE *et al.*, 2017).

Meneghel e Hirakata (2011) também observam que a mortalidade feminina por agressão é heterogênea no que se refere às regiões brasileiras. Além disso, tal mortalidade apresenta associação positiva significativa com o coeficiente de mortalidade violenta masculina ($r = 0,757$, $p < 0,001$). Leites, Meneghel e Hirakata (2014) encontram resultado similar para o estado do Rio Grande do Sul ($r = 0,397$, $\text{valor } p = 0,018$). As autoras sugerem que tais violências apresentam uma relação positiva, sendo a mortalidade masculina por agressão um indicador de violência estrutural e a mortalidade feminina por agressão um indicador de violência de gênero.

Abordando a morbimortalidade violenta comparativamente entre homens e mulheres, De Souza e colegas (2012), ao analisarem a morbimortalidade por agressão no Brasil, de 1996 a 2007, notam que há uma progressão quanto à participação masculina em comparação à feminina em casos de violência (SOUZA, EDINILSA RAMOS DE *et al.*, 2012). Ou seja, quanto maior a gravidade da agressão, maior a proporção de homens vítimas. Barufaldi e colegas (2017), por sua vez, analisam os óbitos femininos por agressão considerando a existência ou não de notificação prévia de violência no período de 2011 a 2016 para o Brasil. Encontrou-se que, para mulheres com notificação de violência, o risco de morte é maior em comparação com as demais.

O país, dessa forma, agrupa muitas dinâmicas diferentes de taxas de mortalidade feminina por homicídio ao longo do seu território, o que complexifica a investigação de tal violência no contexto nacional. Quanto às violências não-letais,

pontua-se a importância de abranger eventos não-letais para se discutir violências incididas sobre mulheres.

No que diz respeito às características de mulheres que vieram a óbito por agressão, tem-se um perfil composto por mulheres negras, jovens, baixa escolaridade, solteiras, cujo meio pelo qual ocorreu a morte foi disparo de arma de fogo (DAVID *et al.*, 2020; MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; RODRIGUES, ROSELENE BATISTA, 2020).

De Moura *et al.* (2015) avaliam o risco de morrer por agressão conforme características sociodemográficas em 2010, tendo em vista a perspectiva relacional de gênero, e constatam que a maior escolaridade e união conjugal não estável estavam associadas a um maior risco de morte para as mulheres ao serem comparadas aos homens. Apesar disso, o estado conjugal dessas mulheres tem certa unanimidade, com diversos estudos apontando maior risco para quem é solteira (BARROS, SHEYLA CARVALHO DE *et al.*, 2021; DAVID *et al.*, 2020; GARCIA, LEILA POSENATO; SILVA, 2016; MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; SILVA, MARIA ARLEIDE DA *et al.*, 2013).

Quanto às idades, um estudo abrangendo o período de 1980 a 2014 para o contexto brasileiro apresenta que, após um ajuste de modelos de idade-período-coorte, as mulheres mais jovens apresentam maior risco de morrer em comparação com as mulheres mais velhas, sendo que o pico é atingido no grupo etário de 30 a 35 anos. Outro achado diz respeito às coortes de nascimento mais jovens, cujas taxas e risco de morte aumentaram expressivamente (SOUZA, EDINILSA RAMOS DE *et al.*, 2017). As autoras observam que o resultado coincidiu com a progressão da urbanização, que aconteceu de forma acelerada e mal planejada. Dessa forma, desigualdades sociais persistentes possibilitariam conflitos e violências, sendo uma delas a de gênero. Além disso, maior vulnerabilidade social, ocasionada, por exemplo, pela existência de iniquidade social, pode propiciar a preponderância do narcotráfico e o crime organizado, aumentando, assim, a violência estrutural, como no caso das regiões Sul e Sudeste, que experienciaram uma redução de tal violência no período abordado (SOUZA, EDINILSA RAMOS DE *et al.*, 2017) .

Monteiro, Romio e Drezett (2021) analisam o evento de morte por agressão para mulheres de dois grupos etários, 15 a 29 anos e 30 a 59 anos, para o período de 2016 a 2018, Brasil, e encontram resultados alarmantes para mulheres pardas, que apresentam taxas significativamente maiores comparadas às de mulheres brancas, sendo que para as primeiras é mais comum o uso de armas de fogo e, em mulheres brancas, o estrangulamento foi o meio mais aplicado (MONTEIRO; ROMIO; DREZETT, 2021). Para o primeiro grupo, a maior taxa é referente às idades de 30 a 59 anos, com um nível de 12,5 mulheres vítimas de violência letal intencional para 100.000 mulheres. Para mulheres brancas de mesma idade, o nível encontrado corresponde a 5,9 para 100.000 mulheres. O uso de armas de fogo como o principal meio é também um resultado atestado em vários estudos (BARROS, SHEYLA CARVALHO DE *et al.*, 2021; BARUFALDI *et al.*, 2017; SILVA, MARIA ARLEIDE DA *et al.*, 2013).

Com relação ao local da ocorrência, Garcia e Silva (2016) pontuam, para dados de 2011 a 2013, maior parcela dos óbitos de mulheres por agressão no Brasil ocorreram em via pública (31,3%), seguido de domicílio (28,1%). Tal informação apresentava alguns diferenciais no que se refere às regiões geográficas, sendo que as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte tiveram as maiores proporções concernentes ao local domicílio. Ao analisar dados de 1996 a 2013, Engel (2020) denota uma diferença na distribuição do local do fato ocorrido em termos de raça/cor. Em relação às mulheres brancas, o percentual de óbitos em domicílio é maior do que em via pública, enquanto que a afirmativa para mulheres negras é inversa (ENGEL, 2020).

O perfil de mulheres vítimas de violência não necessariamente letal é similar ao perfil de mulheres que vieram a óbito por agressão, porém com algumas dissonâncias. Em sua maioria são mulheres negras, de baixa escolaridade e jovens (ENGEL, 2020). Entretanto, tem-se evidência que, em 2013, mais da metade das agressões aconteceram em suas residências e quase 40% tiveram como autor o cônjuge ou ex-cônjuge, sendo força corporal e/ou espancamento os principais meios pelos quais mulheres sofrem a violência (ENGEL, 2020).

Barros e colegas (2016), ao focar a prevalência de fatores associados à violência por parceiro íntimo na cidade de Recife, entrevistam mulheres de 15 a 49

anos em 2014 e encontram que a violência emocional é a mais citada, seguida pela violência física, e, por último, sexual. Além disso, o estudo aponta a associação entre ter ocorrido a violência e a ocorrência de relação sexual devido ao medo, humor depressivo-ansioso e uso de drogas, colocando em discussão o estado de saúde dessas mulheres.

Kronbauer e Meneghel (2005), por sua vez, analisam a prevalência da violência por parceiro íntimo na cidade de Porto Alegre, situada no Rio Grande do Sul. Propôs-se um estudo transversal em unidade básica de saúde de mulheres de 18 a 49 anos que consultaram o serviço no ano de 2003. As violências mais prevalentes foram a psicológica, física e sexual, nesta ordem. Além disso, entre as mulheres sem instrução, encontrou-se 86% de violência psicológica e 64% de violência física, e, entre as mulheres alfabetizadas, 54% tiveram resposta positiva para violência psicológica e 37% para violência física. A escolaridade também esteve associada a ambas as violências, com as mulheres com menos anos de estudo apresentando prevalências maiores.

Vieira et al. (2013) também encontra parcelas superiores de violência psicológica. Os autores pontuam evidências que apontam a distribuição dos tipos de violência da seguinte forma: violência psicológica/moral (85,7%), física (74,9%), negligência/abandono (18,2%), sexual (13,3%), patrimonial (4,0%) e tortura. O artigo analisa fichas de notificação de casos de violência contra mulher na cidade de Fortaleza, Ceará, de 2006 a 2008, e encontra associação positiva no que se refere à sobreposição de tipos de violência contra a mulher e a escolaridade até o ensino fundamental e a reincidência de situações de agressão.

Lima, Lapaz e Biffi (2008), por sua vez, encontram a incidência de violência física como predominante em pesquisa feita abrangendo a cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Vasconcelos, Holanda e Albuquerque (2016) analisam o perfil do agressor e fatores associados à violência contra as mulheres, circunscrito ao município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, a partir de documentos identificados na Secretaria da Mulher referentes ao período de 2008 a 2012. As autoras notam que, entre as violências cometidas, as físicas e psicológicas foram as mais comuns.

Ainda sobre o trabalho supracitado, os resultados denotam que os agressores eram homens jovens que viviam em união estável com as vítimas (VASCONCELOS; HOLANDA; ALBUQUERQUE, 2016). Lima, Lapaz e Biffi (2008) aponta resultados em que a residência foi o local de ocorrência mais frequente e o agressor mais identificado foi o parceiro.

Garcia et al. (2008) utiliza diferentes tipos de fontes de dados a fim de analisar aspectos epidemiológicos e clínicos da violência contra a mulher, tendo como recorte o município de Uberlândia situado no estado de Minas Gerais. Segundo as autoras, as vítimas são, em sua maioria, jovens, de baixa escolaridade, pouca qualificação profissional e com residência em imóvel próprio. Trata-se de um perfil semelhante ao dos agressores. Estes, geralmente, são os próprios companheiros e o vício e ciúmes são os motivos mais apontados para a agressão.

Acerca da reincidência da violência, Engel (2020) encontra que, de acordo com o VIVA/Sinan, 37,3% dos casos mencionados configuravam violência de repetição, indicando que parte das mulheres se encontravam em relacionamentos caracteristicamente violentos. Resultados próximos foram encontrados para 2014 (WAISELFISZ, 2015).

Por último, alguns estudos se debruçam sobre o grupo de gestantes que estão sujeitas a violências, visto que se trata de um período marcadamente de fragilidade física e emocional, podendo influenciar na saúde dessa mulher e estender os danos ao feto. Levando isso em consideração, Silva e Leite (2020) entrevistaram 330 puérperas em 2017 no município de Cariacica, Espírito Santo. As autoras notam que a violência mais prevalente perpetrada pelo parceiro íntimo corresponde à psicológica. Adicionalmente, o perfil é similar ao apresentado às demais pesquisas: mulheres jovens, menor renda e escolaridade. Um achado que chama atenção se refere à vida sexual que indica que mulheres que sofreram violências mais frequentemente haviam iniciado a vida sexual até os 14 anos e desejaram interromper a gravidez (SILVA, RANIELLE DE PAULA; LEITE, 2020).

Santiago e colegas (2008) identificaram alguns fatores relacionados à violência doméstica contra gestantes, como parceiro íntimo adolescente e agressão física anterior aos 15 anos de idade. Outro resultado importante é acerca da violência

física/sexual que apresenta associação com a dificuldade em comparecer às consultas pré-natal, o fato de não trabalhar e uso de drogas por parte do parceiro íntimo. Lucas d'Oliveira *et al.* (2009) percebem que as mulheres que relataram violência por parceiro íntimo antes da gravidez tiveram chance 11,6 maior de relatar violência durante a gravidez. Quando relatada violência durante o período de gravidez, a chance de haver relatos durante o pós-parto foi 8,2 maior. Além disso, a violência psicológica foi a mais prevalente, principalmente durante o período de gestação. A violência sexual aconteceu principalmente no pós-parto e foi a menos prevalente. Já a física teve uma redução de 50% durante a gestação em comparação com o período anterior à gravidez.

Em síntese, nota-se que trabalhos que analisam a violência contra mulher segundo o tipo ou modalidade da violência, em sua maioria, são investigações cuja circunscrição geográfica corresponde a municípios ou pequenas regiões, principalmente devido à abrangência dos dados investidos. No entanto, esses trabalhos são úteis para lançar luz aos fatores associados à violência contra a mulher.

As evidências pontuadas traduzem conclusões comuns a respeito da forma de se estudar o tema. A primeira delas é a necessidade de informações que possibilitem discriminar o tipo e a modalidade da violência registrada, sobretudo em casos de vítimas do sexo feminino. Uma segunda observação diz respeito à importância de estudos com abordagem descritiva-analítica para o estudo dos perfis de vítimas e agressores a fim de possibilitar a adequação de medidas interventivas que visem promover a saúde e a assistência dessas mulheres. É bastante claro que as violências estão presentes em todos os grupos sociais femininos, porém não é à toa que acontecem com maior prevalência entre as mulheres já vulnerabilizadas. Isso repercute bem como no estado de saúde dessas mulheres, que, como foi observado, constituem um grupo com atravessamentos diversos que implicam também outras vulnerabilidades, como de raça e escolaridade.

A especificação da situação de violência, deste modo, dá lastro a um maior reconhecimento da violência de gênero, contribuindo, conseqüentemente, para sua mensuração e para o enfrentamento dessa problemática. Outrossim, a afirmação igualmente é adequada para casos de violência letal, o que, como já visto, confere

uma relevância ainda maior à qualificação desses óbitos femininos, uma vez que o Brasil também possui altas taxas de homicídios do sexo masculino, conjuntura agravada pela violência urbana. A impossibilidade de reconhecer óbitos ocorridos devido à violência urbana e óbitos motivados por gênero dificulta até mesmo as discussões acerca do tema. Tendo o país experienciado mudanças tanto na esfera pública quanto privada, como a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho e a promulgação da Lei Maria da Penha, são esperadas transformações não só no nível como também no contexto da mortalidade feminina por agressão. Dessa forma, faz-se imprescindível um esforço nessa direção, a fim de compreender o cenário da violência no Brasil, sobretudo no que se refere às mulheres.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação proposta por este trabalho é desenvolvida em duas análises. A primeira diz respeito à qualidade do preenchimento dos quesitos das bases de dados. A segunda análise, por sua vez, descreve o nível da mortalidade por agressão e o perfil do evento e da vítima. Neste capítulo, são descritos os dados e os métodos implicados nessas análises.

Isto posto, inicialmente, é apresentada a amostra analítica, as bases de dados usadas e as variáveis selecionadas, de modo geral. Em seguida discorre-se acerca da recategorização das variáveis e, por último, são comentados os elementos metodológicos aplicados a cada análise.

O estudo tem como unidade de análise mulheres em idade reprodutiva residentes no Brasil, que experienciaram algum evento violento entre 2015 e 2019. A idade reprodutiva considerada corresponde ao intervalo dos 10 anos aos 49 anos. A faixa de idade é concordante com a diretiva do SIM que compreende as mesmas idades para óbitos de mulheres em idade fértil, além de se tratar de um período que abarca diferentes ciclos da vida da mulher em situação de violência.

Deste modo, a fim de abordar violências letais e não letais de mulheres em idade reprodutiva na população brasileira que aconteceram entre 2015 e 2019, em ambas as análises, são usados o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação composto pelo Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA/Sinan) que são disponibilizados no DATASUS. Usa-se também os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) disponibilizada pelo IBGE, que são aplicados apenas na segunda análise.

a. Bases de dados

A Atualmente, na área da saúde, as principais informações acerca da mortalidade, morbidade e nascimentos de uma população situada no Brasil são oriundas dos Sistemas de Informação em Saúde disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Especificamente à mortalidade violenta e violências não-letais, o Sistema de Informação sobre

Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos e Notificação (Sinan), juntamente ao Sistema de Informações Hospitalares (SIH), usualmente, são os principais subsídios para análises que compreendem a temática.

O SIM contabiliza os óbitos ocorridos em território brasileiro além de registrar informações adjacentes acerca do indivíduo e do evento, configurando-se como a principal fonte de dados no que que concerne à mortalidade no país. O Sinan, delimitado à sua integração ao Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), assimila notificações de violência interpessoal e autoprovocada que afligem a população e chegam às unidades notificadoras, além de dispor informações específicas ao evento investigado a fim de qualificar a violência. O SIH, por sua vez, circunscreve informações hospitalares, como cadastramento e internação, correspondentes ao Sistema Único de Saúde apenas. Nesse sentido, este último apresenta algumas delimitações no que diz respeito aos casos de violência registrados, já que acessam apenas aqueles que recorrem a atendimento hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS).

Sendo assim, para a análise pretendida, os dados logrados são provenientes do SIM e do Sinan, principalmente, uma vez que se propõe uma investigação acerca das violências letais e não-letais, não necessariamente físicas. A seguir, discorre-se acerca do histórico, eventos abrangidos e fluxo da informação de ambos, além de pontuar as limitações e qualidade dos dados.

i) Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)

Com a implantação do Sistema Único de Saúde em 1991, a coleta de dados passou a ser atribuição de estados e municípios (CERQUEIRA, 2014). Dessa forma, o Sistema de Informação sobre Mortalidade, que fora desenvolvido na década de 70 com o intuito de suprir falhas do Sistema do Registro Civil e viabilizar o conhecimento acerca do perfil epidemiológico da mortalidade em todo o país, passou a ser alimentado por informações provenientes das secretarias de saúde estaduais e municipais. A partir de 1996, o SIM passou a operar tendo em vista a Classificação Internacional de Doenças (CID – 10), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Tal classificação empreende a padronização da codificação de doenças e

agravos na saúde a partir de códigos de modo que uma categoria única é atribuída a cada estado de saúde correspondente a um código (CERQUEIRA, 2014).

Em relação à classificação do óbito, o conceito de causa básica de morte corresponde à primeira lesão, doença, circunstâncias do acidente ou violência das quais se desenvolveram outras condições que levaram ao óbito (CERQUEIRA, 2014). De acordo com Cerqueira (2014). As causas básicas compreendidas pela causa externa (Capítulo XX) correspondem a três circunstâncias: agressões de terceiros, violência autoinfligida e acidentes ou morte indeterminada, sendo o meio, lesão ou instrumento pelo qual a causa básica se deu a informação designadora da causa intermediária da morte.

Diferentemente dos óbitos por causas naturais que podem passar pelo Serviço de Verificação do Óbito (SVO), as mortes por causas externas são direcionadas aos serviços do Instituto Médico Legal (IML) e em locais sem esse serviço, qualquer médico deve emitir a declaração. A lista circunscreve as mortes violentas e/ou acidentes, por afogamento, estrangulamento, arma de fogo, arma branca, queimaduras, eletricidade, homicídio, suicídio, além de conter suspeitas por envenenamento ou qualquer outro fator que demanda investigações pertinentes à Justiça. A notificação dos óbitos por causa externa, especificamente, é feita por meio da Declaração de Óbito (DO) preenchida por um médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) (CERQUEIRA, 2014). Deste modo, para os casos de morte em decorrência de uma violência, a definição da causa básica é feita a partir de informações prestadas por terceiros, como familiares e polícia (CERQUEIRA, 2014).

O fluxo pode ser identificado na Figura 1.



Figura 1 - Fluxo das informações do SIM para causas violentas

Fonte: Adaptado (BORGES et al., 2012)

Inicialmente, tem-se a notificação da morte violenta na Polícia Civil, via registro ou boletim de ocorrência e, em seguida, é gerada uma guia de remoção do corpo que direciona o óbito até o Instituto Médico Legal. O IML recebe o corpo e, nesta etapa, são determinadas as causas de morte e preenchidos os campos de causas de morte da Declaração de Óbito pelo médico legista. Em seguida, tais informações são encaminhadas por dois caminhos diferentes, o primeiro é a Secretaria municipal de Saúde em forma de Declaração de Óbito e o segundo é a Polícia Civil constituindo a Perícia do Corpo. Por último, as Secretarias de Saúde possibilitam que os dados da DO cheguem até o Ministério da Saúde, sendo, por fim, consolidados no SIM. A Polícia Civil, por sua vez, direciona as informações até à Secretaria Estadual de Segurança Pública, promovendo, neste intervalo, a classificação da natureza da morte violenta segundo o Código Penal no Registro ou Boletim de Ocorrência.

Nota-se que as informações acerca do óbito violento passam pelo IML, tomando duas direções um mesmo evento: uma relacionada à segurança pública e outra à saúde. Com isso, sua qualificação experimenta uma diferenciação tendo em vista o objetivo distinto das instituições que recebem o laudo médico ou Declaração de Óbito. As informações disponíveis pelo SIM não possibilitam identificar a motivação da violência que teve como fim o óbito por agressão, deste modo, uma alternativa mencionada pelo Atlas da Violência 2019 diz respeito ao Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública. A produção de dados em saúde e em segurança

pública têm diferenças importantes principalmente no que diz respeito à tipificação dos casos, sendo que no caso dos registros policiais, a categorização acontece segundo o Código Penal e possibilita identificar determinadas circunstâncias e o que motivou o homicídio. Apesar de resolver o problema, não existe padronização das estatísticas criminais a nível nacional e há consideráveis diferenças entre os sistemas estaduais (IPEA; FBSP, 2019). De todo modo, as metodologias para a contabilização das mortes são muito diferentes para o âmbito da segurança pública quando comparado ao da saúde, já que a produção de informações em ambos tem propósitos diferentes (IPEA; FBSP, 2019).

Em relação à sua cobertura, a subnotificação dos óbitos, desde a concepção do SIM, passou por períodos de diminuição drástica (QUEIROZ *et al.*, 2020). Nesse trajeto, a evolução da subnotificação de declarações de óbitos de certo modo seguiu similar ao sub-registro de óbitos (OLIVEIRA, 2018). No ano de 2004, em comparação às projeções oficiais, a cobertura referente ao Brasil pontuou 89,3%. 11 anos depois, o indicador alcançou 97,2%, como mínimo e máximo para o estado do Amapá, 91,2%, e São Paulo, 99,8% (OLIVEIRA, 2018).

Ademais, os eventos de mortalidade externa cuja intenção é indeterminada se apresentam como uma questão a ser discutida apesar da melhoria constatada na notificação dos óbitos. No trabalho de Souza e colegas (2019), os resultados para os dados da Bahia na primeira década do século indicam uma relação entre variação nas taxas de homicídios e variação nas proporções de mortes indeterminadas. Ou seja, em lugares onde se registravam um aumento da taxa de homicídio, havia, inversamente, uma diminuição na proporção de óbitos por causa indeterminada, o que sugere a necessidade de se atentar à qualidade acerca da causa básica de morte. Além disso, há evidências que apontam que a frequência de registro de causa externa inespecífica em óbito hospitalar é superior à encontrada em certificação de legistas, sendo tal informação importante para subsidiar ações que busquem a melhoria do registro de causas violentas no SIM (SOARES FILHO, A. M. *et al.*, 2021; SOARES FILHO, ADAUTO MARTINS; BERMUDEZ; MERCHAN-HAMANN, 2021).

Circunscrevendo os eventos de óbitos femininos por agressão, Jesus e Mota (2010) discutem a possibilidade de subnotificação de tais casos, uma vez que os

casos cuja intenção é indeterminada podem mascarar casos de homicídio, principalmente. A autora e o autor apontam como resultado a classificação inadequada da causa de óbito por parte do Instituto Médico Legal como o principal motivo para as subnotificações no caso estudado.

Em específico, os dados acerca da mortalidade feminina por agressão são comumente usados para se discutir violência de gênero e violências incididas sobre as mulheres. Como os dados do SIM não apresentam motivação, não é possível afirmar os casos que configuram de fato um feminicídio ou casos caracterizados como homicídios não motivados pelo gênero. Para Engel (2020), tal diferenciação é importante, uma vez que a especificação permite investigar e colocar em debate a violência de gênero. Como recurso, Meneghel e Hirakata (2011) compreendem os dados de mortalidade por agressão provenientes do SIM como uma boa *proxy* para violência contra as mulheres, principalmente no que diz respeito aos casos ocorridos na residência que sugerem violência familiar.

Soares Filho, Cortez-Escalante e França (2016) produziram uma revisão de literatura acerca dos métodos de correção da mortalidade por acidentes e violências notificados ao SIM, tendo como ponto de partida estudos que seguissem os critérios de sub-registro de óbitos, declaração devido a causas mal-definidas ou devido a causas declaradas com códigos inespecíficos. Dessa forma, os artigos selecionados constituíam três principais grupos temáticos, um de correção do sub-registro de óbitos por causas externas, um segundo de reclassificação das causas mal definidas de morte e, por fim, um grupo de correção da má classificação das causas externas de mortalidade. Os principais recursos metodológicos aplicados para o cumprimento dos objetivos se tratavam de métodos com base no resgate de informações, como entrevistas em domicílios, hospitais, Institutos de Medicina Legal e óbitos investigados no SIM, e com base em modelos estatísticos, como técnicas de correção de sub-registro dos óbitos por meio de estimadores.

Os autores verificaram que o sub-registro das causas externas não se mostrou muito diferente do relativo aos óbitos totais, e em alguns casos foi maior, em municípios de porte pequeno e médio. Além disso, há divergência entre os trabalhos selecionados no que tange à proposta de correção das causas externas não definidas.

Tal divergência aconteceu tanto em ordem quanto magnitude de reclassificação das causas, entretanto apresentaram evidências comuns quanto à falta de utilização por parte do IML de informações disponíveis no prontuário a fim de preencher as declarações de óbito. Tal constatação abrange capitais do sudeste e municípios de Mato Grosso, São Paulo e Sergipe.

Garcia et al. (2015) estimam as taxas corrigidas de morte feminina por agressão ocorridas entre 2009 e 2011 a partir de uma redistribuição proporcional dos eventos de intenção indeterminada. Com isso, as autoras reforçam a necessidade de correção de tais dados com a finalidade de reduzir a subestimação. Quanto a mortalidade de modo geral, de Almeida e Szwarcwald (2017) encontram resultados, a partir de uma Pesquisa de Busca Ativa, referentes ao ano de 2012, que certificam coberturas superiores a 90% em 12 estados do Brasil no que diz respeito aos óbitos de 1 ano ou mais.

No que concerne à completude das informações contidas no SIM, Messias et al. (2016) analisam a qualidade dos dados referentes aos óbitos por causas externas do ano de 2010 na cidade de Fortaleza no Ceará. Os autores constatam que os campos com o melhor preenchimento foram as variáveis de nome, local de residência, nome da mãe, naturalidade e sexo. As variáveis de local de ocorrência, raça/cor e escolaridade, por sua vez, apresentaram os piores níveis, chegando a uma completude de 55%, 38,4%, e 34%, respectivamente. Os autores também investem em uma análise acerca da concordância entre a causa básica de morte encontrada na Declaração de Óbito e o registro dessa informação no SIM, sendo observado um nível de concordância fraca entre as duas informações, com inadequações no que diz respeito ao preenchimento da causa básica de morte.

ii) Sistema Nacional de Agravos de Notificação (VIVA/Sinan)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação em saúde (Sinan) teve seu desenvolvimento na década de 1990 com o intuito de fornecer informações relativas à morbidade com abrangência nacional (LAGUARDIA *et al.*, 2004). Nesse sentido, o sistema seria fonte principal de informações a respeito do histórico e magnitude de agravos ou doenças que afligem a população, de modo a contribuir na investigação e identificação de epidemias. Já o Sistema de Vigilância de Violências e

Acidentes (VIVA), paralelamente, teve sua implementação no ano de 2006 com o objetivo de detalhar acidentes e violências que chegavam até o Sistema de Saúde (ENGEL, 2020). A vigilância de tais agravos se estabeleceu em serviços de referência no que diz respeito a situações de violência, tais como hospitais de urgência.

Deste modo, no ano de 2009, as notificações compulsórias de uma de suas metodologias, o VIVA contínuo, passaram a integrar o Sinan (ENGEL, 2020). As notificações dos agravos abrangidos pelo VIVA/Sinan são feitas por unidades cadastradas como unidades notificantes, que não necessariamente compõem o setor da saúde (ALVES BARBOSA DE OLIVEIRA *et al.*, 2018). As informações, então, são registradas por meio da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais (FNIV), cujo responsável por gerenciar é o Ministério da Saúde (SILVA, LÍDIA ESTER LOPES DA; OLIVEIRA, 2016).

As violências que são objeto de notificação no Sinan correspondem à violência física, sexual, psicológica/moral, financeira/econômica, tortura, tráfico de pessoas, trabalho infantil, negligência/abandono e intervenção legal. Tal delimitação segue a tipologia da violência destacada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que aponta três categorias diferentes: Violência auto infligida (autoprovocada), que se refere a tentativas de suicídio, suicídio, autoflagelação, autopunição, automutilação; violência interpessoal, que se subdivide em violência intrafamiliar e comunitária ou extrafamiliar; e violência coletiva, que é subdividida em social, política e econômica. Como o registro da notificação interpessoal ou autoprovocada no Sinan, se utiliza de um código genérico da CID – 10, a fim de especificar a violência notificada (BARRETO, 2015).

Na maioria das violências pontuadas pela OMS que são delineadas pelo Sinan, as notificações abrangem vítimas a independem de gênero e idade. A circunscrição das notificações de violência extrafamiliar/comunitária, por sua vez, compreende especificamente as violências infligidas contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero). Dentre as violências cuja notificação é mandatória no Sinan, destaca-se a violência doméstica e sexual, sendo esta última de caráter imediato. A obrigatoriedade da notificação desses agravos é recente e aconteceu com

a publicação da Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011 (“VIVA/SINAN - Vigilância Contínua”, 2021).

Na Figura 2, observa-se o fluxo das informações no Sinan.

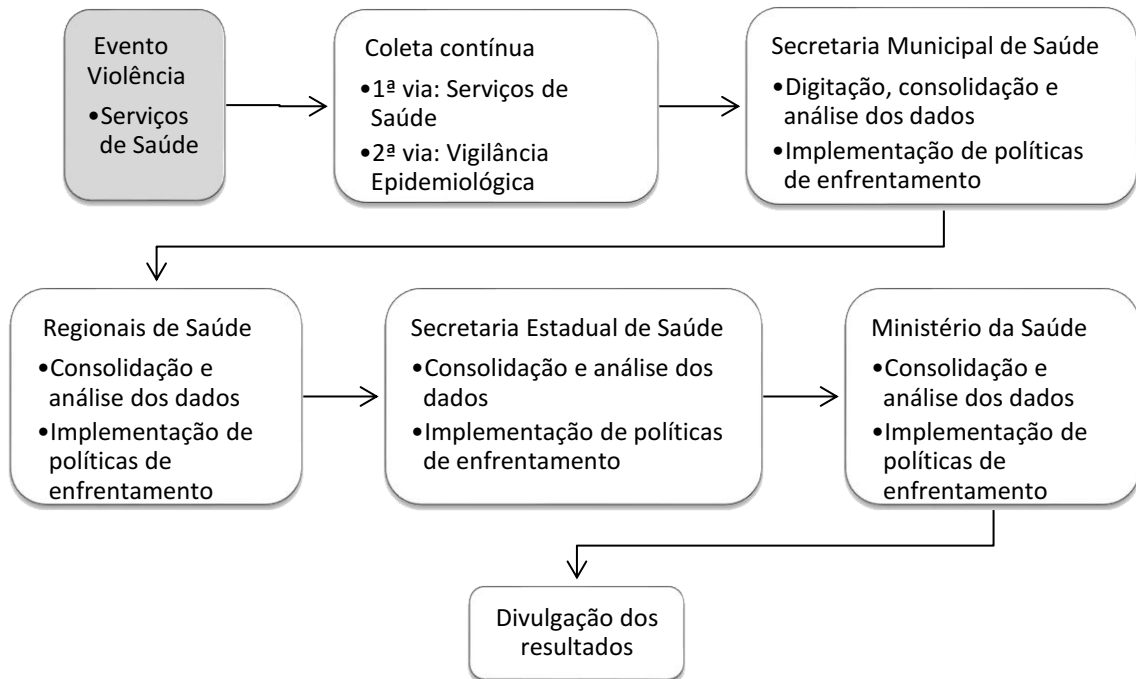


Figura 2 - Fluxo das informações de violência do VIVA/Sinan
Fonte: Adaptado (“VIVA/SINAN - Vigilância Contínua”, 2021)

Trata-se, como já foi pontuado, de um sistema de coleta de dados contínuo de modo que, se algum evento violento configurado objeto de notificação alcançar algum órgão do sistema de saúde, a violência é registrada e direcionada para as Secretarias de Saúde. Depois disso, a etapa que se segue leva até o Ministério da Saúde. Em todos esses processos os dados são consolidados e analisados, até que haja sua divulgação.

Deste modo, a vigilância contínua de determinadas violências e sua notificação compulsória se apresenta como uma importante forma de monitorar agravos por causas violentas nacionalmente que têm ou não como consequência o óbito. Essa possibilidade permite abranger a discussão acerca da morbidade no que diz respeito às causas externas violentas e investigar de forma mais detalhada a violência no país.

Por ser um sistema relativamente novo e em expansão, estima-se um número considerável de violências que são desconhecidas, tanto por falta de notificação quanto pela possibilidade de não chegarem a demandar atendimento nos serviços de saúde (BARBOSA DA SILVA JR *et al.*, 2013). Nesse sentido, o uso de dados tem recomendação pautada no objetivo de conhecer as características dos eventos notificados e fundamentar a elaboração de políticas públicas, além de conhecer a magnitude e a gravidade das violências (BARBOSA DA SILVA JR *et al.*, 2013).

Barufaldi *et al.* (2017) e Silva e Oliveira (2016) são exemplos desses usos. Ambas as publicações investigam as características dos eventos de modo a contribuir no entendimento do fenômeno. A primeira referenciada, especificamente, empreende uma comparação entre as mulheres com e sem notificação de violência no Sinan que vieram a óbito por agressão. As autoras encontram resultados significativos mesmo com a possível limitação de a subnotificação de casos atenuar os achados acerca do risco maior de morte por agressão para mulheres notificadas por violência em comparação com as demais.

De todo modo, a preocupação com a subnotificação de casos tem diminuído à partir do aumento da cobertura observado no último quinquênio, justificado com a compulsoriedade recente da notificação de tais violências e com o aumento dos municípios notificantes (“Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA)”, 2019). Mesmo assim, se por um lado, os registros do Sinan ajudam a compreender o fenômeno além da mortalidade, por outro eles contam com um viés de seleção que é decorrente de uma possível diferenciação no acesso dos serviços que geram a notificação compulsória.

Além da cobertura, outro problema que configura uma limitação no que concerne às informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação é a incompletude dos dados, adotando-se os seguintes parâmetros: excelente (>90%), regular (70-89%) e baixa (<70%).

Os dados do VIVA/Sinan de 2016 apresentaram 11,4% de inadequação à definição de caso, duplicidades e inconsistência de dados. Os que restaram, tiveram percentual considerado “médio” de preenchimento das variáveis a nível nacional de 84,4%, classificado como regular segundo relatório de versão preliminar produzido

internamente pelo Ministério da Saúde (2019). As regiões geográficas apresentaram preenchimento considerado “regular”, sendo a maior completude observada no Tocantins (94,1%) e a pior em Sergipe (61,7%). Em relação aos blocos de variáveis, a zona de residência e violência sexual foram classificadas com preenchimento “excelente”. Já os dados da pessoa atendida, da ocorrência e provável autor da agressão foram classificados com preenchimento “regular”.

Ainda em relação ao ano de 2016, o melhor preenchimento correspondeu às variáveis de idade, sexo, nome da mãe, tipo de deficiência/transtorno, tipo de violência, tipo de violência sexual e procedimento realizado. Os campos de gestante, raça/cor, situação conjugal/estado civil, orientação sexual, possui algum tipo de deficiência ou transtorno, local de ocorrência, ocorrência outras vezes, sexo e ciclo de vida do provável autor da violência apresentaram preenchimento “regular”. O pior preenchimento foi pontuado pelas variáveis de escolaridade, identidade de gênero, hora da ocorrência, motivação da violência, classificadas como “ruins”, e circunstância da lesão, que foi classificada como “muito ruim” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Utilizando uma proporção similar, Sousa e colegas (2020) avaliam a qualidade de preenchimento como “ruim” para os anos de 2011 a 2015. A melhor completude compreende variáveis mais objetivas, como as de perfil por sexo e por idade. As variáveis de escolaridade e indicação de gestante ou não, por sua vez, apresentaram cobertura ruim, enquanto que raça/cor tiveram cobertura regular. Abath e colegas (2014), por sua vez, apontam uma cobertura regular para os dados de Recife concernentes aos anos de 2009 a 2012. Entretanto, foram encontradas duplicidades (0,5% em 2012 e inexistente em 2009) e casos de violência que não deveriam constar no banco de dados, uma vez que não eram objeto de notificação do VIVA/Sinan. Para além disso, a consistência dos dados foi mais bem avaliada do que o preenchimento das variáveis.

Sobre a consistência das notificações de violência registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Nogueira (2018) empenha uma caracterização da violência notificada contra mulheres idosas, para os anos de 2008 a 2014, circunscrevendo o estado de Santa Catarina, e aponta que o uso do Sinan, apesar de ser um instrumento importante para o acompanhamento de violências notificadas,

apresenta certas limitações. Essas se referem à constatação de inconsistências nos dados no que diz respeito aos critérios de preenchimento pelos profissionais de saúde. Tais problemas resultam em campos de preenchimento em branco ou ignorados, para além dos possíveis sub-registros e subnotificações. Um estudo ecológico, compreendendo o estado do Rio de Janeiro, entre 2009 e 2016, apontou que as principais inconsistências foram entre violência psicológica e meio da agressão, sexo e identidade de gênero, tipo de violência e idade da vítima, violência autoprovocada e características do agressor e tipo de violência (GIRIANELLI *et al.*, 2018).

Por fim, a contabilização das mortes por agressão tem contribuição importante nos estudos de mortalidade por causas violentas no âmbito da saúde, sobretudo, para o caso do Brasil, em que a incidência de homicídios é historicamente alta. Os óbitos por agressão compõem importantes medidas quando se trata de análises que enfoquem a violência em determinado contexto, com a gravidade do resultado podendo explicar a consolidação do fenômeno (IPEA; FBSP, 2019). As notificações de violências pelo Sinan, nesse sentido, abrem novas possibilidades ao ampliar as abordagens de análises que enfocam agravos e violências não necessariamente letais. Além disso, um registro dessa natureza complementa investigações que antes tinham como insumo apenas o Sistema de Informações sobre Mortalidade. O detalhamento investido pelo Sinan, então, possibilita analisar o fenômeno a partir de outras perspectivas, como no caso de violências contra a mulher, que não são discriminadas no SIM.

iii) Categorização das variáveis

O SIM e o Sinan buscam contemplar a extensão do território nacional, registrando todos os eventos em que cada um abrange. A PNAD contínua, por sua vez, é uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caracteristicamente domiciliar integrada cujos dados são produzidos mediante amostragem probabilística, sendo representativa a nível do Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina, e Municípios das Capitais (“Divulgação mensal | IBGE”, 2022). A pesquisa, portanto, produz informações contínuas acerca da população no mercado de trabalho e características

sociodemográficas. Entende-se, deste modo, que a PNAD possibilita contabilizar a população residente a nível da Unidade Federativa no Brasil.

Pode-se conferir as informações acerca das fontes de dados na Tabela 1.

Tabela 1 - Fontes dos dados empenhados nas análises

Informação	Fonte de dados	Período
Mortalidade por causa Agressão	Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) – DATASUS	2015-2019
Violências interpessoais	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes / Sistema de Informação de Agravos de Notificação (VIVA/Sinan) – DATASUS	2015-2019
População residente	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – IBGE	2017

A amostra analítica é definida para o caso do SIM segundo as variáveis de Sexo, Idade e Causa básica da DO (Tabela 2). São estratificados os casos em que o sujeito é do sexo feminino, teve o óbito por agressão e, à data da morte, tinha entre 10 e 49 anos. Em específico à causa básica da Declaração de Óbito, os casos selecionados se referem aos códigos consoantes ao CID-10 no que diz respeito a causa de morte “agressão”, são eles: X85 a Y09 (Quadro 4 – APÊNDICE A).

Já para o VIVA/Sinan, considera-se na estratificação as variáveis de Sexo, Idade e a informação acerca de lesões autoprovocadas (Tabela 2). Nesta última, são selecionados os casos que não tiveram confirmação de lesão autoprovocada, o que inclui na amostra analítica as notificações que negaram haver tal lesão e as notificações que apresentaram a variável em branco ou sem resposta válida.

Por último, para a PNAD, que fornece as informações dos denominadores das taxas a serem calculadas, leva-se em conta apenas as variáveis Sexo e Idade do morador na data de referência (Tabela 2). A residência tem como referência o ano de 2017, que data o meio do período analisado.

Ainda, há de se mencionar que, nos dicionários referidos ao SIM e ao Sinan, as variáveis acerca do sexo e idade da vítima são especificadas como campos de preenchimento obrigatório, cuja ausência da informação impossibilita a inclusão do evento morte ou violência. Quanto à variável que informa se a lesão foi autoprovocada no VIVA/Sinan, o campo se caracteriza como essencial, ou seja, registra um dado necessário à investigação do caso apesar de não ter preenchimento obrigatório.

Tabela 2 - Descrição das variáveis selecionadas para a estratificação das bases de dados

SIM		Sinan		PNAD	
Nome do campo	Categorias	Nome do campo	Categorias	Nome do campo	Categorias
Sexo (campo obrigatório)	M - Masculino F - Feminino I - Ignorado	Sexo (campo obrigatório)	M - Masculino F - Feminino I - Ignorado	Sexo	1 - Homem 2 - Mulher
Causa básica da DO	Códigos CID-10	A lesão foi autoprovoada? (campo essencial)	1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado		
Idade (campo obrigatório)	Idade do falecido em minutos, horas, dias, meses ou anos	Idade (campo obrigatório)	Idade em minutos, horas, dias, meses ou anos	Idade do morador na data de referências	Idade (em anos)

Fonte: "Conjuntos de dados - OPENDATASUS" (2020)

Em específico, a partir da variável de Causa básica, é possível identificar as categorias CID correspondentes à causa de morte agressão (Quadro 4 – APÊNDICE A). Ao ser estratificada, a variável de Causa básica engloba apenas a causa de morte Agressão e discrimina as categorias CID. Para este trabalho, tal variável é, então, recategorizada e denominada “Meio da agressão”, uma vez que fornece as informações acerca do meio pelo qual ocorreu a agressão. São elencadas três categorias principais: Disparo de arma de fogo, Objeto cortante, penetrante ou contundente e Força física, como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 - SIM: Recategorização da variável Meio da agressão

CID	Categoria
X93, X94, X95	Disparo de arma de fogo
X99, Y00	Objeto cortante, penetrante ou contundente
X91, Y04, Y05	Força física
Demais Códigos	Outros

Na Tabela 4 são apresentadas as variáveis imbricadas no estudo que apresentam informações correspondentes entre o SIM e o VIVA/Sinan e as categorias descritas pelos respectivos dicionários. A fim de detalhar tais informações, os documentos que originam seus dados estão dispostos no ANEXO A – Declaração de Óbito (DO) e no ANEXO B – Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovoada.

Tabela 4 - Descrição das variáveis selecionadas similares entre SIM e VIVA/Sinan

SIM		Sinan	
Nome do campo	Categorias	Nome do campo	Categorias
Código do Município de residência (campo obrigatório)	Código do município de residência	UF de residência (campo obrigatório)	Sigla da Unidade Federada de residência do paciente por ocasião da notificação
Raça Cor	1 - Branca 2 - Preta 3 - Amarela 4 - Parda 5 - Indígena	Raça/Cor (campo essencial)	1 - Branca 2 - Preta 3 - Amarela 4 - Parda 5 - Indígena 9 - Ignorado
Escolaridade	0 - Sem escolaridade 1 - Fundamental I (1ª a 4ª série) 2 - Fundamental II (5ª a 8ª série) 3 - Médio (antigo 2º Grau) 4 - Superior incompleto 5 - Superior completo 9 - Ignorado	Escolaridade (campo essencial)	1 - 1ª a 4ª série incompleta do E.F. 2 - 4ª série completa do E. F. 3 - 5ª a 8ª série incompleta do E. F. 4 - Ensino fundamental completo 5 - Ensino médio incompleto 6 - Ensino médio completo 7 - Educação superior incompleta 8 - Educação superior completa 9 - Ignorado 10 - Não se aplica
Situação conjugal - ou estado civil	1 - Solteiro 2 - Casado 3 - Viúvo Separado 4 - judicialmente/divorciado 5 - União estável 9 - Ignorado	Situação conjugal (campo essencial)	1 - Solteiro 2 - Casado/União consensual 3 - Viúvo 4 - Separado 8 - Não se aplica 9 - Ignorado
Momento da ocorrência do óbito	1 - Durante a gestação 2 - Durante o abortamento 3 - Após o abortamento 4 - No parto ou até 1 hora após o parto 5 - No puerpério 6 - Entre 43 dias e até 1 ano após o parto 7 - Não identificado na investigação	Gestante (campo obrigatório)	1 - 1º Trimestre 2 - 2º Trimestre 3 - 3º Trimestre 4 - Idade gestacional ignorada 5 - Não 6 - Não se aplica 9 - Ignorado

	8 - Mais de um ano após o parto		
	9 - Óbito não ocorreu nas circunstâncias anteriores		
Local de Ocorrência do Óbito (campo obrigatório)	1 - Hospital Outros 2 - estabelecimentos de saúde 3 - Domicílio 4 - Via pública 5 - Outros 6 - Aldeia indígena 9 - Ignorado	Local de ocorrência (campo obrigatório)	1 - Residência 2 - Habitação coletiva 3 - Escola 4 - Local de prática esportiva 5 - Bar ou similar 6 - Via pública 7 - Comércio/Serviços 8 - Indústrias/ construção 9 - Outro 99 - Ignorado

Fonte: "Conjuntos de dados - OPENDATASUS" (2020)

A primeira variável listada possibilita a análise UF de residência. No presente trabalho se considera a informação de residência e em ambas as bases de dados são definidas como campo de preenchimento obrigatório. Além deste, para o SIM, apenas Local de Ocorrência do Óbito é sinalizado com a obrigatoriedade do preenchimento. No que diz respeito ao VIVA/Sinan, as variáveis Local de ocorrência e Gestante apresentam a mesma exigência. Além disso, esta mesma base de dados, ainda, designa os demais quesitos pontuados como campos de preenchimento essencial.

O VIVA/Sinan também possibilita investigar informações adicionais acerca do evento e do provável agressor. Sendo assim, são implicados neste trabalho e descritos na Tabela 5 dados sobre a motivação da violência, o tipo de violência, a relação existente entre o provável autor e vítima, o meio pelo qual a violência ocorreu, o sexo do provável autor da violência, o tipo de violência sexual quando há e se a violência é reincidente. Algumas das informações conseguinte citadas abrangem múltiplas perguntas, o que possibilita sua sobreposição (ver ANEXO B – Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada). Um exemplo é a informação acerca do tipo de violência, em que uma única notificação pode sinalizar que houve violência física, psicológica e sexual.

Tabela 5 - Descrição das variáveis selecionadas específicas ao VIVA/Sinan

Nome do campo	Categorias	Itens
Violência motivada por:	1 - Sexismo	
	2 - Homofobia/Lesbofobia	

	3 - Racismo	
	4 - Intolerância religiosa	
	5 - Xenofobia	
	6 - Conflito geracional	
	7 - Situação de rua	
	8 - Deficiência	
	9 - Outros	
	88 - Não se aplica	
	99 - Ignorado	
Tipo de Violência (Múltipla)	1 - Sim	Física, Psicológica/Moral, Tortura, Sexual, Tráfico de seres humanos, Financeira/econômica, Negligência/abandono, Intervenção legal, Outros
	2 - Não	
	9 - Ignorado	
Relação com a pessoa atendida (Múltipla)	1 - Sim	Pai, Mãe, Padrasto, Madrasta, Cônjuge, Ex-cônjuge, Namorado(a), Ex-namorado(a), Filho(a), Irmão(ã), Amigos/conhecidos, Desconhecido, Patrão/chefe, Policial/agente da lei, Outros
	2 - Não	
	9 - Ignorado	
Meio da violência (Múltipla)	1 - Sim	Força corporal/espancamento, Enforcamento, Objeto contundente, Objeto perfuro-cortante, Substância ou objeto quente, Envenenamento/intoxicação, Arma de fogo, Ameaça, Outro
	2 - Não	
	9 - Ignorado	
Sexo do provável autor da violência	1 - Masculino	
	2 - Feminino	
	3 - Ambos os sexos	
	9 - Ignorado	
Se ocorreu violência sexual, qual tipo? (Múltipla)	1 - Sim	Assédio sexual, Estupro
	2 - Não	
	8 - Não se aplica	
	9 - Ignorado	
Ocorreu outras vezes?	1 - Sim	
	2 - Não	
	9 - Ignorado	

Fonte: "Conjuntos de dados - OPENDATASUS" (2020)

Salienta-se que todos os campos apresentados na Tabela 4 e Tabela 5, exceto a variável Gestante do VIVA/Sinan, são aplicados integralmente aos sujeitos investigados, sendo que a exceção não abrange as mulheres de 10 anos apenas. Além disso, a variável Raça/cor do SIM não possibilita a opção de informação ignorada, o que não necessariamente garante que todas as respostas são válidas e correspondem às categorias listadas.

Sendo assim, as categorias listadas como informação ignorada (código 9), como informação não aplicável que cumpre os critérios para aplicação, como

categoria não mencionada nos dicionários de dados e como resposta em branco foram categorizadas, neste trabalho, como informação faltante ou dado *missing*. Ambas denominações serão usadas ao longo do trabalho para se referir às respostas com informações inválidas, segundo os critérios citados.

No que se refere à base de dados da PNAD, para além das variáveis mencionadas na Tabela 2, foi usado apenas o item de Raça/cor, que segue a mesma categorização apresentada para o SIM e para o VIVA/Sinan.

A partir da disposição demonstrada, são feitos agrupamentos em algumas das categorias listadas, de modo a promover pequenos ajustes na disposição das variáveis. Salienta-se que, apesar de os Sistemas em questão serem coordenados pelo mesmo órgão, DATASUS, algumas categorias que contêm informações similares entre um e outro não apresentam a mesma organização. As modificações, nesse sentido, têm como intuito principal convergir tais categorias. Na Tabela 6 possível observar a o agrupamento realizado de algumas das categorias citadas na Tabela 4.

A variável Raça/cor é a única a não passar pelo processo de recategorização, mantendo suas categorias. A variável Escolaridade foi recategorizada de modo a apresentar itens similares entre as bases, uma vez que o VIVA/Sinan apresentava diferenciações relacionadas à completude das séries escolares. Quanto à variável Situação conjugal, no SIM, os itens Casado e União Estável passaram a integrar apenas uma única categoria, o que se respalda na literatura que usualmente compreende o termo genérico “parceiro íntimo” correspondendo a relações de casamento e união estável ou união consensual, quando não informação além do vínculo formal (LUCAS D’OLIVEIRA *et al.*, 2009; VASCONCELOS; HOLANDA; ALBUQUERQUE, 2016).

Muitos estudos, segundo a revisão de literatura, abordam o momento da gestação e do puerpério como um recorte para investigar violência contra a mulher, uma vez que se trata de um momento específico de vulnerabilidade que interfere tanto na saúde da mulher quando na do feto ou criança (RODRIGUES, DRIÉLI PACHECO *et al.*, 2014; SANTIAGO *et al.*, 2008). Sendo assim, no que diz respeito ao momento em que ocorreu o evento violento e a situação gestacional da mulher, leva-se em conta três momentos distintos: a gestação, durante e após o procedimento do parto ou

aborto, abarcando o período puerperal, e nenhuma destas duas ocasiões. Para o SIM, a variável em questão é recategorizada segundo essas três categorias. Para o VIVA/Sinan, é possível considerar apenas se a mulher estava grávida ou não, sendo estas duas as categorias que passaram a compor a variável.

Por último, a variável de Local de Ocorrência também experimentou mudanças, de modo que a categoria Residência foi conservada. De acordo com Meneghel e Hirakata (2011), tal categoria tem sua importância no fato de ser considerada como *proxy* para violências ocorridas em ambiente doméstico.

Tabela 6 - Descrição das recategorizações das variáveis selecionadas a fim de melhorar a similaridade entre SIM e VIVA/Sinan

Nome do campo	SIM		Nome do campo	Sinan	
		Categorias			Categorias
Escolaridade	0	- Sem escolaridade	Escolaridade e (campo essencial)	1	- Sem escolaridade
	1	- Fundamental I		2,3	- Fundamental I
	2	- Fundamental II		4,5	- Fundamental II
	3	- Médio		6	- Médio
	4	- Superior incompleto		7	- Superior incompleto
	5	- Superior completo		8	- Superior completo
Situação conjugal	1	- Solteiro	Situação conjugal (campo essencial)	1	- Solteiro
	2,5	- Casado/União estável		2	- Casado/União consensual
	3	- Viúvo		3	- Viúvo
	4	- Separado judicialmente/divorciado		4	- Separado
Momento da ocorrência	1	- Durante a gestação	Gestante	1,2,3,4	- Na gestação
	2,3,4,5,6	- Durante parto ou abortamento e após (até 1 ano)		5	- Não
	8,9	- Nenhum			
Local de Ocorrência do Óbito (campo obrigatório)	1,2	- Estabelecimentos de saúde	Local de ocorrência (campo obrigatório)	1,2	- Residência
	3	- Domicílio		3	- Escola
	4	- Via pública		5	- Bar ou similar
	5,6	- Outros		6	- Via pública
				4,7,8,9	- Outros

As variáveis específicas ao VIVA/Sinan, mencionadas na Tabela 7, também passaram por algumas mudanças que são descritas na tabulação que se segue. Destaca-se a informação acerca da relação com a vítima da violência, cujos itens que se referiam a alguma relação familiar foram agrupados em Família e todas as relações relativas ao envolvimento afetivo da vítima, como (ex-)cônjuge e (ex-)namorado, foram agrupadas em Parceiro(a) ou ex-parceiro(a). Além disso, a primeira variável relacionada na tabela teve as categorias de menores percentuais incorporadas pela categoria Outros.

Tabela 7 - Descrição da transformação das variáveis específicas ao VIVA/Sinan

Nome do campo	Itens
Violência motivada por:	Conflito geracional, Racismo, Sexismo, Situação de rua, Outra, Não se aplica
Relação com a pessoa atendida (Múltipla)	Família, Parceiro(a) ou ex-parceiro(a), Desconhecido, Conhecido, Policial/agente da lei, Patrão/chefe
Meio da violência (Múltipla)	Ameaça, Arma de Fogo, Objeto perfuro-cortante ou contundente, Envenenamento/intoxicação, Outros objetos, Substância quente, Enforcamento, Força corporal/spancamento

De modo geral, a maioria das variáveis utilizadas neste trabalho é categórica, com exceção da variável Idade, e descreve tanto informações do perfil da vítima de violência ou população residente, quanto informações acerca do evento violento, bem como características do provável autor e da violência infligida.

b. Notas metodológicas

A fim de cumprir os objetivos propostos, foram aplicadas, principalmente, estatísticas descritivas, como distribuição de frequências e *boxplot*, além de contar com o emprego de matrizes. Ao final, é proposta uma análise de correspondência múltipla a fim identificar determinadas características mais relacionadas à ocorrência de um tipo de violência do que outro.

i) Medidas estatísticas

São utilizadas tabelas de frequências absolutas e relativas para representar os casos *missing* e distribuições das variáveis investigadas.

ii) *Boxplot*

O *boxplot* foi utilizado tendo em vista os percentuais de *missings* por Unidade Federativa. Trata-se de uma representação gráfica da distribuição de determinado grupo, ao incluir sua forma, tendência central e variabilidade. O método ordena e divide os valores em quatro partes, situando a mediana no interior da caixa central, de modo a definir o valor central dos dados. A caixa identifica o intervalo interquartil, abrangendo cerca de 50% das informações. Sendo assim, o limite inferior da caixa representa o quartil inferior que ($Q1=25\%$) e seu limite superior representa o quartil superior ($Q3=75\%$). Os limites Mínimo e Máximo são 50% menor e 50% maior do que os referentes quartis. Ou seja, o limite inferior é localizado em um valor 1,5 vezes menor do que o de $Q1$ e o limite superior é localizado em um valor 1,5 vezes maior do que o de $Q3$. Todos os valores que estão além deste intervalo são lidos como *outliers*.

iii) Matriz de informações ausentes

Com o objetivo de investigar a distribuição das informações faltantes intra-variável, foi usada uma matriz de dados ausentes. Esta produz gráficos de pares expondo as relações entre os dados ausentes e os observados nas demais variáveis. Além disso, o recurso possibilita o cruzamento de variáveis contínuas e categóricas, sendo estas primeiras representadas por *boxplots* e as segundas por gráficos de barras de frequências absolutas ou em proporções. Sendo assim, cada linha da matriz corresponde aos valores ausentes de uma única variável e as colunas correspondem à variável que se observa a distribuição dos *missings* do quesito referente à linha do cruzamento.

iv) Teste Qui-quadrado

Empenha-se um teste de independência de variáveis. O teste do Qui-quadrado, como em todo teste de hipóteses, deve-se estabelecer as hipóteses nula e alternativa, onde H_0 hipotetiza que as variáveis de classificação são independentes e H_1 hipotetiza que as variáveis de classificação não são independentes (REIS; REIS, [S.d.]).

A partir de uma tabela de contingência, são encontradas as distribuições esperadas, sob a hipótese de independência (hipótese nula). A estatística de teste mede a distância entre os valores observados e os esperados, X^2 , é calculada da seguinte forma (REIS; REIS, [S.d.]):

$$X^2 = \frac{(n_{11} - e_{11})^2}{e_{11}} + \frac{(n_{12} - e_{12})^2}{e_{12}} + \frac{(n_{21} - e_{21})^2}{e_{21}} + \frac{(n_{22} - e_{22})^2}{e_{22}}$$

Assim, n corresponde aos valores observados e e aos valores esperados, para cada item da tabela de contingência, com a ordem do índice sendo linha-coluna. Consequente, recorre-se à distribuição qui-quadrado sob a hipótese nula. A depender do nível de significância, define-se a região de rejeição e se investiga se a estatística de teste se situa dentro dela. Quando isso acontece, pode-se concluir pela rejeição da hipótese de independência entre as variáveis ao nível de significância definido. Isso significa que as evidências amostrais indicam que existe associação entre as variáveis (REIS; REIS, [S.d.]).

A partir dos valores esperados e observados, é possível também analisar os resíduos. Entende-se que a diferença entre a célula observada e esperada é estatisticamente significativa a partir do nível de significância. Para este trabalho, considera-se quando o resíduo padronizado ajustado é superior a 1,96 ou inferior a -1,96 ($> 1,96$ ou $< -1,96$ – nível de significância de 5%).

v) Taxas de mortalidade

As taxas de mortalidade por Unidade Federativa foram devidamente padronizadas por idade (quinqüênios etários) e por raça/cor, sendo utilizada uma estrutura padrão correspondente à do Brasil na metade do período, ano de 2017. Foram calculadas taxas de mortalidade por Unidade Federativa (UF), segundo raça/cor, em domicílio e em via pública. Em específico àquelas calculadas por raça/cor, o denominador aplicado é referido ao grupo concernente à raça/cor em questão na população, sendo necessária a padronização apenas por idade. Tal decisão provém do objetivo de comparar os níveis de letalidade entre os grupos, não importando a distribuição populacional por raça/cor na população, seja ela a original ou a escolhida como padrão.

vi) Contraste entre a amostra analítica que experimentou algum evento de violência não necessariamente letal e a população

Uma vez que ainda não é recomendado comparar o nível de incidência da violência entre localidades para informações provenientes do VIVA/Sinan (BARBOSA DA SILVA JR *et al.*, 2013), foram relacionados percentuais das categorias das variáveis referentes à amostra analítica e percentuais da população, com o objetivo de analisar a distribuição das variáveis de um ponto de vista comparativo entre as UF's (Consultar ANEXO C – Mapa do Brasil: Unidades Federativas e regiões). Essa alternativa possibilita observar a discrepância de percentuais entre amostra e população.

As variáveis foram abordadas da seguinte forma:

- Raça/cor: percentual de notificações estratificadas de violência interpessoal que tiveram como vítima mulheres negras (pardas e pretas)/ percentual de mulheres negras (pardas e pretas) na população de mulheres em idade reprodutiva. Isso significa que resultados superiores ou inferiores a 1 denotam UF's com composição diferente, com maior ou menor proporção de mulheres negras vítimas de violência em relação à distribuição populacional.

- Local da Ocorrência: percentual de notificações estratificadas de violência interpessoal que ocorreram no domicílio/ percentual de notificações estratificadas de violência interpessoal que ocorreram em via pública. Isso significa que resultados superiores ou inferiores a 1 pontuam diferenças na proporção de violências ocorridas em domicílio e em via pública, sendo que quanto menor o resultado menor a proporção de local como domicílio em relação a via pública.

- Idade: Média de idade das vítimas circunscritas nos casos de notificação de violência interpessoal/ Média de idade da população de mulheres em idade reprodutiva. O resultado indica se a amostra analítica é mais rejuvenescida ou envelhecida em relação à população correspondente.

vii) Análise de Correspondência Múltipla (ACM)

Por fim, empreende-se uma análise de correspondência múltipla. Trata-se de uma técnica estatística exploratória que possibilita verificar associações ou similaridades entre variáveis categóricas, sem que se precise definir uma estrutura causal ou uma distribuição de probabilidades. Além disso, permite identificar grupos

que possuem os mesmos fatores de risco (DA MOTA; VASCONCELOS; DE ASSIS, 2007).

A aplicação exige que as variáveis sejam exclusivas mutuamente, além de ser necessário que cada unidade de dado tenha apenas 1 resposta para cada quesito. A técnica é aplicada a uma matriz indicadora, cujas linhas conformam os casos de violência e as colunas correspondem às categorias das variáveis que assumem valores binários. Nos casos de que a categoria é assinalada no banco de dados, o cruzamento linha X coluna assinala “1”, em casos contrários assinala “0” (PRADO, 2012).

Dessa forma, a análise em questão representa graficamente as linhas e colunas da matriz resultante da tabela multidimensional, sendo possível observar as relações entre categorias (PRADO, 2012). A distância entre categorias é calculada a partir da nuvem de categorias, gerada pelo procedimento a partir do cálculo do ponto médio. Este “é o ponto G do vetor PG obtido a partir da razão entre o somatório dos vetores formados entre o ponto P e todos os outros pontos da nuvem pelo número total de pontos” (PRADO, 2012, p. 23). Assim é reduzida a dimensionalidade de uma nuvem de pontos, possibilitando sua interpretação a partir de eixos principais. Além disso, o peso de determinado ponto é dado pelo número de indivíduos que escolheram a categoria referente, de modo que quanto mais categorias escolhidas pelos mesmos indivíduos, menor é a distância entre seus pontos e maior a relação de associação entre elas, e quanto menor a frequência da categoria referente, mais longe do centro estará o ponto em questão (PRADO, 2012).

No que se refere à variância de uma nuvem de pontos, esta é definida como “a média dos quadrados das distâncias entre os M pontos da nuvem e um ponto P qualquer, menos o quadrado da distância entre o ponto médio G e o ponto P” (PRADO, 2012, p. 28), de modo que quanto menos frequente uma categoria for, maior é a sua contribuição para a variância geral. Deste modo, o primeiro eixo principal de uma nuvem é definido a partir de uma linha traçada de modo a apresentar as menores distâncias relativas aos pontos da nuvem e a maior variância da nuvem (PRADO, 2012). O segundo eixo principal é determinado de modo perpendicular ao primeiro, e os demais seguem de forma semelhante.

Em auxílio à interpretação gráfica, as contribuições, enquanto estatísticas, podem colaborar na compreensão dos eixos obtidos. Destaca-se para este trabalho as contribuições da categoria para um determinado eixo e a contribuição do eixo para a variância da categoria. Esta primeira apresenta o quanto da variância do eixo é devido ao ponto e pode ser definida da seguinte forma, em que p é o peso relativo do ponto P , y é a coordenada do ponto P no que diz respeito ao eixo l de variância λ (PRADO, 2012):

$$Ctr = \frac{py^2}{\lambda}$$

Ctr é, então, a contribuição do ponto P ao eixo l , ou seja, é a contribuição das categorias para a inércia dos eixos.

Já a contribuição de um eixo para a variância de uma categoria identifica quais eixos devem ser considerados para a interpretação de cada ponto, medindo o grau de associação entre as categorias e um eixo em particular. Esta é definida por:

$$cor = \frac{(GM')^2}{(GM)^2} = \cos^2\theta$$

Considerando G como ponto médio da nuvem de pontos e M um ponto qualquer nessa nuvem, tem-se sua projeção ortogonal M' no eixo principal l . Dessa forma, θ é o ângulo formado por GM e GM' (PRADO, 2012). Cor , então, é contribuição dos eixos para a inércia das categorias.

Em síntese,

A associação entre as categorias é observada graficamente através da localização de cada uma delas em relação aos eixos. Pontos de categorias, localizados próximos a origem apresentam associações pequenas com as demais. Enquanto que, quanto mais afastadas da origem, e próximas umas das outras, maior a associação entre as categorias. De forma geral, categorias presentes em um mesmo quadrante, apresentam características comuns. (PRADO, 2012, p. 50)

Para a análise, a inclusão de variáveis leva em consideração seu nível de preenchimento com informações válidas e os apontamentos da literatura acerca dos quesitos que caracterizam o evento em questão. São abordados os dois principais eixos da análise. Além disso, são interpretadas as categorias cuja contribuição (Ctr) é superior a $1/K$, sendo K o número de categorias incluídas na análise.

4. ACERCA DO PREENCHIMENTO DAS VARIÁVEIS

No presente capítulo, propõe-se uma discussão acerca da qualidade do preenchimento dos dados empreendidos para a análise. Inicialmente, aborda-se os dados referentes à mortalidade por agressão, nomeadamente óbitos por homicídio, do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e, em um segundo momento, são analisados os dados de violência compreendidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (VIVA/Sinan). Os dados abrangidos dizem respeito aos eventos de violência que tiveram como vítimas mulheres em idade fértil (10 aos 49 anos) ocorridos nos anos de 2015 a 2019 no território brasileiro.

Apesar da melhoria constatada no registro das informações, tanto o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) quanto o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) ainda apresentam problemas no que se refere à sua completude e à subnotificação dos eventos (ABATH *et al.*, 2014; BARBOSA DA SILVA JR *et al.*, 2013; JESUS; MOTA, 2010; SOARES FILHO, ADAUTO MARTINS; BERMUDEZ; MERCHAN-HAMANN, 2021). Uma análise partindo dessa abordagem pavimenta as investigações investidas neste trabalho cujos insumos correspondem às mesmas bases de dados.

Dessa forma, antes de ponderar as informações de mortalidade e violência, dispõe-se a escrutinar a completude dos quesitos principais enfocados por este trabalho que dizem respeito às variáveis de perfil sociodemográfico e situacionais dos eventos em questão. Intenta-se verificar se as respostas que não apresentam conteúdo ou que têm preenchimento incompatível com as categorias dos dicionários de dados, entendidas como respostas *missing*, denotam alguma relação no que se refere ao ano do acontecimento do evento, circunscrição geográfica e características sociodemográficas.

O trabalho de Silva Júnior *et al.* (2021) é um exemplo de análises com o enfoque descrito ao apresentar evidências acerca dos determinantes da incompletude de informações de escolaridade para mortalidade. Os autores se dedicam a investigar a relação entre a falta de preenchimento das informações de escolaridade dos óbitos de adultos no SIM e as características sociodemográficas dos falecidos. O artigo conclui que não há homogeneidade na distribuição das respostas faltantes no que diz

respeito aos quesitos espacial, socioeconômico e demográfico, para os dados referentes a 2010. Notou-se que homens, mais velhos, brancos, viúvos, cujo evento se deu em via pública e por causa externa apresentaram maior chance de falha no preenchimento da variável de escolaridade. Além disso, tal chance é menor na região Norte, se comparada às demais regiões.

De todo modo, como foi percebido na seção de revisão de literatura dos dados e afirmado por Silva Júnior et al. (2021), os estudos acerca do cenário brasileiro que abordam os dados ignorados têm como enfoque principal a avaliação e evolução temporal de tal completude. Isso também pontua uma escassez de trabalhos que abordam a relação entre as informações faltantes e a distribuição das demais variáveis. Trata-se, portanto, de uma perspectiva analítica importante, uma vez que permite avaliar padrões de dados *missing*, o que facilita a seleção de métodos mais adequados para lidar com essas informações (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2021).

Tendo em mente a discussão proposta, na Tabela 8, é possível observar a distribuição dos casos de óbitos por causa externa circunscritos nos anos referidos segundo a fonte de informação que auxilia o preenchimento da DO. Nota-se que mais de 50% dos óbitos por causas externas em questão correspondem a outra fonte que não a família da vítima, o hospital e ocorrência policial. Além disso, 28% correspondem a informações faltantes. Tal distribuição pode dificultar consultar a origem das informações dispostas na DO e, conseqüentemente, as causas para um preenchimento incompleto.

Tabela 8 - Fonte da informação, distribuição absoluta e relativa, SIM, 2015 a 2019, óbitos por causalidade externa, Brasil (n = 760.268)

Fonte da informação	N	%
Família	58.756	7,7
Hospital	39.760	5,2
Ocorrência policial	56.338	7,4
Outra	392.218	51,6
Missing	213.196	28,0
Total	760.268	100,0

Fonte: SIM (DATASUS)

Partindo deste total de casos, 760.268, objetiva-se estratificar a base de dados por sexo, idade e tipo de violência a fim de corresponder às mulheres em idade fértil que vieram a óbito por agressão, sujeitos da análise pretendida. Com a Tabela 9 é possível notar que o percentual de informações faltantes em tais variáveis implicadas

na segmentação dos dados é relativamente pequena, visto que não ultrapassam 2%. Trata-se de uma porcentagem importante que indica que poucos casos possivelmente enquadrados na amostra pretendida são perdidos por falta de informação.

Sendo assim, a variável com menor parcela de *missings* é Sexo (0,1%), seguida por Causa básica (1,2%) e, por fim, Idade (1,7%).

Tabela 9 - Número absoluto e percentual dos *missings* correspondentes às variáveis usadas para estratificação, SIM, 2015 a 2019, óbitos por causalidade externa, Brasil (n = 760.268)

Variáveis	N	%
Sexo	948	0,1
Idade	13.163	1,7
Causa básica	9.088	1,2

Fonte: SIM (DATASUS)

A estratificação do banco de dados leva em conta a categoria “Feminino” para a variável Sexo, os casos indicados como maiores de 9 anos e menores de 50 anos para a variável de Idade e os códigos CID-10 de Agressão para a variável de Causa básica (X85-Y09). Deste modo, tal categoria é definida como lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com a intenção de lesar (ferir) ou de matar (“Conjuntos de dados - OPENDATASUS”, 2020). Os casos especificados, então, se referem a 2,38% da base dados, o que significa 18.112 eventos compondo a amostra analítica.

Dessa forma, abordando exclusivamente as mulheres em idade reprodutiva cujo óbito se deu por agressão, a análise que se segue compreende algumas variáveis centrais de perfil do sujeito e do evento, levando em consideração sua completude. As variáveis, dessa forma, são: Raça/Cor, Estado Civil, Escolaridade e Estado gestacional, correspondendo à vítima, e Local da ocorrência e meio pelo qual a agressão ocorreu (Meio da agressão), referentes ao evento.

Tabela 10 - Número absoluto e percentual dos *missings* correspondentes às variáveis usadas para estratificação, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)

Variáveis	N	%
Raça/Cor	434	2,4
Estado Civil	1.393	7,7
Escolaridade	3.788	20,9
Estado Gestacional	4.636	25,6
Local da ocorrência	97	0,5

Meio da agressão	610	3,4
------------------	-----	-----

Fonte: SIM (DATASUS)

A variável de Local de ocorrência apresentou apenas 0,5% de *missings* para o grupo selecionado, o que abrange 97 casos e situa o quesito como o de maior completude em relação aos demais abordados. Raça/Cor e Estado Civil tiveram percentuais de *missing* correspondentes a 2,4% e 7,7%, respectivamente (Tabela 10). Os resultados indicam que as variáveis de Escolaridade e Estado gestacional, por sua vez, apresentam a pior qualidade de preenchimento em relação ao restante, com porcentagem de informações faltantes superior a 20%. Adicionalmente, os meios de agressão não especificados compreendem 3,4% da base de dados, sendo um percentual superior apenas às variáveis de Raça/cor e Local da ocorrência.

Focalizando a variável com maior parcela de informações faltantes, Estado Gestacional, é possível ampliar a discussão acerca de sua completude, visto que se trata de um óbito que, por corresponder especificamente a mulheres em idade fértil, é investigado pelo SIM. O processo, que tem como intuito investigar e identificar óbitos maternos, apresenta como passo principal o preenchimento da ficha de Investigação do Óbito Materno. Deste modo, o instrumento é aplicado a todo óbito de Mulher em Idade Fértil (MIF), entre 10 e 49 anos de idade. Uma vez que a amostra analítica em questão é composta por mulheres em idade fértil com o recorte etário citado, subtede-se que todos esses óbitos foram abrangidos. Além disso, a informação acerca da situação gestacional e puerperal da mulher estão presentes na Ficha de Investigação, o que possibilitou analisar a variável após a investigação.

Com isso, constatou-se um percentual de 14,46%, 2.507 casos de óbito, de informações faltantes ou ainda inespecíficas referentes à amostra analítica após a investigação citada, menos da metade da parcela indicada pela variável de estado gestacional selecionada anteriormente (34,3%, Tabela 10). Deste modo, optou-se por aplicar nas análises seguintes a informação investigada para a variável Estado Gestacional, o que a realoca como segunda variável com menor percentual de casos *missing*.

A Figura 3 possibilita analisar o percentual de *missings* de cada variável segundo as Unidades Federativas.

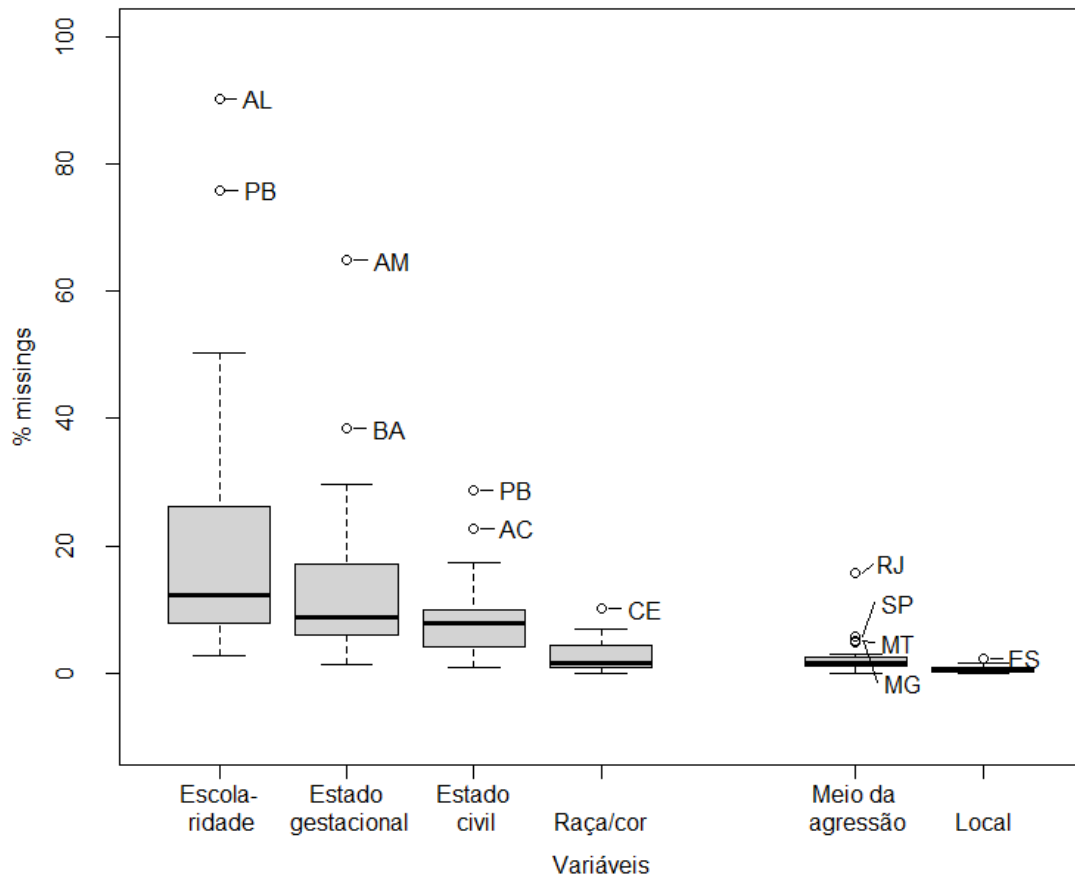


Figura 3 - Boxplot da distribuição de *missings* das variáveis em % por UF de residência, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)
 Fonte: SIM (DATASUS)

A variável de Local de ocorrência é a mais bem preenchida em todos os estados, chegando a 0% em alguns deles, como Alagoas, Amapá, Paraíba, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe. Além disso, o estado do Espírito Santo é observado como *outlier*, ainda que apresente valor próximo ao mínimo observado para o quesito. Para a variável Meio da agressão, destaca-se os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato grosso e Minas gerais, com os maiores percentuais, pontuando-se como casos *outliers*. Ambas as variáveis correspondem a características concernentes ao óbito e seus percentuais de *missings* UF de residência apresentam uma dispersão muito pequena, pouco perceptível nos *boxplots*.

O menor percentual de *missings* registrado para a variável Estado gestacional foi no estado de Santa Catarina, com 1,4%, e Paraná, com 1,4%. As informações faltantes, no que diz respeito à variável em questão, atingiram cerca de 65% para o

estado do Amazonas e cerca de 38% para o estado da Bahia, que se evidenciaram como *outliers*. Além disso, seu *boxplot* se caracteriza assimetricamente positivo, com a medida de tendência central, mediana, mais próxima ao segundo quartil, indicando que os valores referidos às UF's de menor porcentagem de *missings* são menos esparsos.

A variável de Escolaridade, por sua vez, denota os casos de maiores percentuais de informações faltantes, como pode-se observar no primeiro *boxplot*, (Figura 3) que se apresenta assimetricamente positivo. As informações ausentes circunscritas para o estado do Alagoas concernentes à escolaridade compreendem 90,4% dos casos do banco de dados trabalhado, o maior percentual de *missings* apresentado pelo estado em relação às demais variáveis. Paraíba também apresenta uma alta porcentagem de *missings* correspondente a 76% dos eventos contabilizados em questão. Ambos os quesitos se destacam como casos *outliers*, sendo, inclusive, superiores a qualquer valor registrado pelas UF's para qualquer variável. Em contraponto, ainda sobre a variável acerca da escolaridade, Sergipe e Roraima dispõem menos de 4% de informações faltantes (Figura 3).

No que diz respeito à variável de estado civil da vítima, nenhum estado ultrapassa a parcela de 30% de respostas ausentes, sendo Paraíba e Acre as unidades federativas com maiores porcentagens: 29% e 23, respectivamente, o que configura os estados como *outliers*. Sergipe, por sua vez, é o estado com menor percentual de *missings*, de modo que os casos sem resposta para estado civil contam apenas 0,8%. A variável de raça/cor apresenta uma parcela relativamente pequena de informações faltantes, sendo que nenhum estado ultrapassa 10% de respostas *missings*. O Ceará, o Amapá e o Espírito Santo denotam as maiores taxas em comparação aos demais: 10%, 7% e 7%, nesta ordem. Ainda sobre a variável em questão, o estado do Mato Grosso do Sul apresentou 0% de casos sem informação (Figura 3).

Messias et al. (2016), ao analisarem a qualidade dos dados referentes aos óbitos por causas externas do ano de 2010 na cidade de Fortaleza no Ceará, constatam que as variáveis de local de ocorrência, raça/cor e escolaridade, por sua vez apresentaram os piores níveis, nessa ordem, o que se difere em muitos aos

resultados encontrados. Ademais, de modo geral, os dados mais dispersos correspondem às variáveis de maior incompletude de informações. Além disso, os *boxplots* exprimem distribuições assimétricas que, em sua maioria, concentram os casos em Q1. Com exceção para a variável de Estado Civil.

Como já foi mencionado, a base de dados compreende os anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Na Tabela 11, é possível observar a distribuição dos casos de *missing* para cada variável segundo o ano de ocorrência.

Tabela 11 - Número percentual dos *missings* correspondentes às variáveis por ano de ocorrência, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)

Ano	Raça/Cor	Estado Civil	Escolaridade	Local da ocorrência	Estado Gestacional	Meio da agressão
2015	3,8	8,5	24,8	0,7	16,5	3,6
2016	3,0	7,4	21,1	0,7	14,8	3,8
2017	1,8	6,9	19,8	0,5	12,8	3,6
2018	1,6	7,9	19,6	0,3	12,4	3,0
2019	1,7	7,8	19,0	0,4	16,3	2,7

Fonte: SIM (DATASUS)

Nota-se que as variáveis de Meio da agressão e Escolaridade experimentaram uma diminuição ao longo do quinquênio, sendo o ano de 2019 o de menor porcentagem de *missings*: 2,7% e 19%, respectivamente. A variável de Local de ocorrência do evento também apresenta valores percentuais menores, porém o ano de 2018 é o ano de menor parcela de informações faltantes, 0,3%. O quesito Raça/cor tem 2018 como o ano de menor percentual de resposta *missing*. A variável de estado gestacional da vítima, por sua vez, denota no último ano da série o segundo maior percentual de *missings* no quinquênio, 16,3%, ou seja, é a única variável que ao considerar o início e o final do quinquênio não teve um aumento considerável em seu preenchimento. Por último, a variável de Estado civil apresenta a maior parcela de respostas ausentes no ano de 2015, 8,5%, em contraponto ao ano de 2017, que tem o menor percentual de *missings*, 6,9%.

A seguir, é possível observar a distribuição das respostas caracterizadas como *missing* em percentual tendo em vista as categorias de cada variável, referentes aos óbitos femininos ocorridos à idade fértil no Brasil entre 2015 e 2019 (Figura 4). A matriz permite analisar tal distribuição de modo a compreender melhor as informações faltantes de cada variável a partir dos microdados, buscando padrões. Ao se cruzarem, as variáveis formam uma matriz identidade em que os *missings* são casos

coincidentes. O ideal seria encontrar distribuições aleatórias de *missings* nas categorias de resposta, entendendo que as informações faltantes não são determinadas por características específicas. Ou seja, um indício de que o padrão de respostas ausentes é aleatório consiste numa mesma proporção de *missings* em cada categoria das variáveis.

A variável Meio da agressão não foi incluída na análise a seguir em virtude da disposição de suas categorias, que experimentou um agrupamento de uma grande quantidade delas, uma vez que são numerosas.

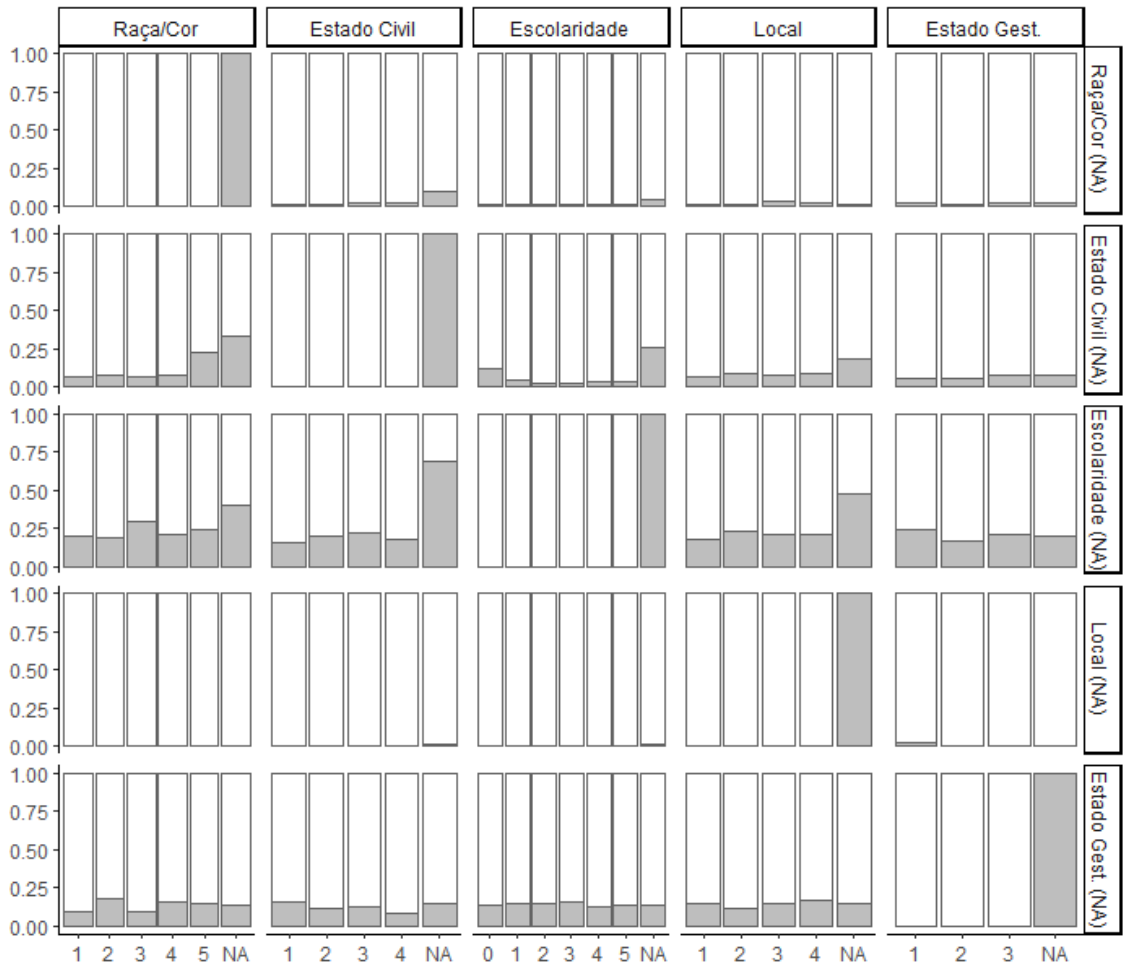


Figura 4 - Matriz de dados ausentes (%), SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)

Fonte: SIM (DATASUS)

Gráfico 1					
Índice	Raça/Cor	Índice	Estado Civil	Índice	Escolaridade
1-	Branca	1-	Solteira	0-	Sem escolaridade

2- Preta	2- Casada/união estável	1- Fundamental I	
3- Amarela	3- Viúva	2- Fundamental II	
4- Parda	4- Separada judicialmente	3- Médio	
5- Indígena	NA- <i>Missing</i>	4- Superior incompleto	
NA- <i>Missing</i>		5- Superior completo	
		NA- <i>Missing</i>	
Índice	Estado Gestacional	Índice	Local da ocorrência
1-	Na gravidez	1-	Hospital
2-	No parto e após (até 1 ano)	2-	Domicílio
3-	Nenhum dos dois	3-	Via pública
NA-	<i>Missing</i>	4-	Outros
		NA-	<i>Missing</i>

Quadro 2 - SIM, matriz de dados ausentes: Legenda

Como já foi pontuado, a variável de Raça/cor apresenta uma porcentagem menor de casos de informação ausente e por esse motivo pouco se consegue observar da variação de *missing* segundo categoria. Entretanto, nota-se uma concentração dos óbitos sem resposta para a variável em questão no que diz respeito à categoria de *missing* da variável de Estado Civil (Figura 4). Isso significa que, aproximadamente, 10% da categoria de respostas “NA” (*missings*) da variável Estado Civil são também respostas *missing* da variável Raça/cor. Em contraponto a essa observação, a categoria “Solteira” da variável Estado Civil conta com 1,7% de casos que apresentam informação ausente para a variável de Raça/cor.

Quanto às informações ausentes da variável Estado Civil, chama atenção sua distribuição com relação à variável de Raça/cor. Focalizando a primeira citada, mais de 25% dos casos “NA” de Raça/cor tem informações *missing* para a variável de Estado civil. Quanto à categoria de “Indígena”, 19,2% apresentam resposta *missing* para a variável Estado Civil (Figura 4). Com relação à variável Estado Gestacional, a maior parte das respostas ausentes para Estado Civil correspondem às categorias de “Nenhum dos dois”, ou seja, fora do período que poderia ser causa materna, e *Missing*, indicando que mulheres que vieram a óbito por agressão enquanto estavam gestantes, no parto ou abortamento e até um ano depois deste evento tem mais informações de Estado civil em relação às demais, apesar de esta ser uma diferença muito pequena. Ainda, há de se destacar a distribuição em relação à variável de Escolaridade. Cerca de 10% dos casos “Sem escolaridade” têm informação ausente para a variável Estado

Civil, sendo que este percentual supera as demais categorias, exceto a categoria NA para Escolaridade.

Escolaridade é uma variável que contém parcela considerável de informações ausentes. Nota-se que com relação às variáveis de Raça/cor, Estado civil e Local de ocorrência, a porcentagem das respostas *missing* de Escolaridade é superior no que compreende as categorias de “NA” em relação às demais (Figura 4). Quanto à relação entre Escolaridade e Estado gestacional, a distribuição das categorias dessa última não apresenta diferenças acentuadas, entretanto, mulheres gestantes expõem a maior proporção de casos que têm informação ausente para Escolaridade, em relação às demais categorias da variável.

Local de ocorrência, dentre as variáveis discutidas, tem o menor percentual de informações faltantes como foi observado anteriormente (Tabela 10 - Número absoluto e percentual dos *missings* correspondentes às variáveis usadas para estratificação, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)Tabela 10). Percebe-se que a categoria “No parto” da variável Estado Gestacional concentra a maior porcentagem de *missings* de Local de ocorrência, destacando-se nas distribuições (Figura 4).

Por último, há de se abordar a variável de Estado gestacional. Nota-se que não é perceptível grandes variações no percentual de *missings* nas categorias das variáveis focalizadas. Entretanto, destaca-se a categoria “Preta” de Raça/cor, que apresenta maior proporção de *missings* de Estado gestacional em relação às demais categorias.

Nessa sequência, são analisados os dados de violência disponibilizados pelo VIVA/Sinan, que, apesar de não conter *linkage* com o SIM, também aborda eventos de natureza violenta. A base completa contava com os casos de violência abrangidos pelo Sistema que ocorreram no Brasil de 2015 a 2019.

Foram registrados ao todo 1.534.378 casos, de acordo com a Tabela 12. Destes, não havia informação acerca do sexo da pessoa vítima do agravo para 411 casos notificados, significando menos que 0,1% da base de dados. Quanto à variável indicativa de lesão autoprovocada, 115.573 casos não continham essa informação,

abrangendo 7,5% das violências contabilizadas. Por fim, em relação ao quesito de Idade, 47.321 notificações não registraram essa informação, ou seja, 3,1% dos casos notificados. As três variáveis são principais, uma vez que a partir delas é feita a estratificação da base de dados a fim de abranger os sujeitos focalizados pela análise: mulheres em idade fértil que sofreram algum tipo de violência interpessoal. Nota-se que, apesar de existir casos sem resposta, as parcelas de Sexo e Idade faltantes são relativamente pequenas indicando um bom preenchimento dos dois quesitos evidenciados.

Tabela 12 - Número absoluto e percentual dos *missings* correspondentes às variáveis usadas para estratificação, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência, Brasil (n = 1.534.378)

Variáveis	N	%
Sexo	411	0,0
Lesão autoprovocada	115.573	7,5
Idade	47.321	3,1

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Selecionados os casos de vítima feminina em idade fértil que não se tratava de violência autoprovocada, a base de dados passa a contar com 636.483 casos notificados em virtude do acometimento de alguma violência, 41,5% da base de dados anterior. Dessa forma, a análise que se segue compreende algumas variáveis centrais de perfil do sujeito e do evento, levando em consideração sua completude. As variáveis de perfil são: Raça/Cor, Estado Civil, Escolaridade e Estado gestacional. Os quesitos que se referem ao contexto da violência abrangidos por essa investigação são: Local da ocorrência, Provável autor, Repetição e Motivação. Adicionalmente, a base de dados é composta por variáveis que abrangem informações de relação entre o autor da violência e a vítima, tipo de violência e meio pelo qual ocorreu.

Na Tabela 13, é possível observar os casos *missings* em número absoluto e em porcentagem para cada variável referente às violências contra mulheres em idade reprodutiva.

Tabela 13 - Número absoluto e percentual dos *missings* correspondentes às variáveis, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Variáveis	N	%
Raça/Cor	68.100	10,7
Estado Civil	115.444	18,1
Escolaridade	215.481	33,9
Estado Gestacional	175.242	27,5
Local da ocorrência	77.812	12,2

Provável autor	66.832	10,5
Repetição	143.777	22,6
Motivação	205.501	32,3

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Nota-se que os quesitos com menor porcentagem de informações faltantes são Provável autor, Raça/cor e Local de ocorrência, nessa ordem, o que configura um padrão parecido com os dados trabalhados do SIM. Em contraponto, Escolaridade, Motivação da violência e Estado gestacional denotam as maiores parcelas de dados *missing*, com 33,9%, 32,3% e 27,5%, respectivamente.

Além disso, tais resultados estão de acordo com o que Sousa e colegas (2020) encontram para os dados de casos notificados de violência no Brasil, entre 2011 e 2014, no Sinan. As autoras constataam uma cobertura excelente para as variáveis de sexo e idade, uma cobertura regular para Raça/cor e, por fim, coberturas ruins para as variáveis de escolaridade e indicativa para gestante ou não. Dos Santos e colegas (2016) encontram resultados um pouco diferentes para violências perpetradas contra adolescente em Pernambuco, entre 2009 a 2012. A variável indicativa de gestação e raça/cor foram classificadas com cobertura ruim e escolaridade com cobertura muito ruim. Para Sousa et al. (2020), a menor exigência de subjetividade em variáveis como Sexo pode explicar o excelente preenchimento da variável, além do fato de ser respondida obrigatoriamente para a inclusão do caso do Sistema.

A Tabela 14 expõe o percentual de informações ausentes para cada variável segundo o tema do seu conjunto. Os quesitos são dispostos dessa forma, ao invés de uma única informação, porque podem se sobrepor (ver ANEXO B – Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada). Por pertencerem a um mesmo conjunto de perguntas, espera-se que a porcentagem de *missings* seja similar intra-grupo e que corresponda às mesmas notificações.

Tabela 14 - Número absoluto e percentual dos *missings* correspondentes às variáveis, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Tema	Variável	N	%
Relação com o provável autor da violência	Família	57.222	8,99
	Paceiro(a) ou ex-parceiro(a)	53.744	8,44
	Desconhecido	57.004	8,96
	Conhecido	57.812	9,08
	Policial/agente da lei	57.092	8,97
	Patrão/chefe	57.232	8,99

Meio de agressão	Ameaça	34.638	5,44
	Arma de fogo	34.056	5,35
	Objeto perfuro-cortante	33.060	5,19
	Envenenamento/intoxicação	34.426	5,41
	Objeto contundente	34.529	5,42
	Outro objeto	47.813	7,51
	Substância/objeto quente	34.110	5,36
	Enforcamento	33.947	5,33
	Força física	21.778	3,42
Tipo de violência	Violência financeira/econômica	21.945	3,45
	Violência física	5.849	0,92
	Intervenção legal	21.599	3,39
	Negligência/abandono	20.640	3,24
	Violência psicológica	18.668	2,93
	Violência sexual	18.819	2,96
	Tortura	23.046	3,62
	Tráfico de seres humanos	21.028	3,30
	Outros	27.773	4,36
Violência sexual	Assédio sexual	13.594	2,14
	Estupro	10.048	1,58

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Nota-se haver pouca variação entre os percentuais de respostas válidas no que se refere às variáveis indicativas da relação autor-vítima. O menor valor corresponde à informação de Parceiro ou ex-parceiro, 8,44%, enquanto o maior à variável de Conhecido, 9,04%. Em relação ao meio de agressão, a maioria das variáveis apresenta cerca de 5% de casos *missing*. Destaca-se a variável que informa ter havido o uso de outro objeto que não os especificados, com 7,51% de notificações sem a informação, e a variável de força física, com o menor percentual de 3,42%. No que se refere ao Tipo de violência, Violência física se mostra como a variável de menor percentual, com menos de 1%. Por último, para os casos em que há violência sexual, é possível discriminar tal violência entre estupro e assédio sexual, sendo ambos quesitos com menos de 3% de *missings*.

Ainda, investigou-se a sobreposição de *missings* para as variáveis dos temas Relação com o provável autor, Meio de agressão e Tipo de violência. Os percentuais conferidos correspondem a 7,23%, 2,25% e 0,08% dos casos notificados, respectivamente. Os valores são próximos aos valores mínimos conferidos pelas variáveis de cada tema, de modo que parte considerável das notificações que têm

informações faltantes para a variável melhor preenchida apresenta informações faltantes para as demais do mesmo grupo.

Na Figura 5 é possível observar sinteticamente tais informações tendo em vista as Unidades Federativas.

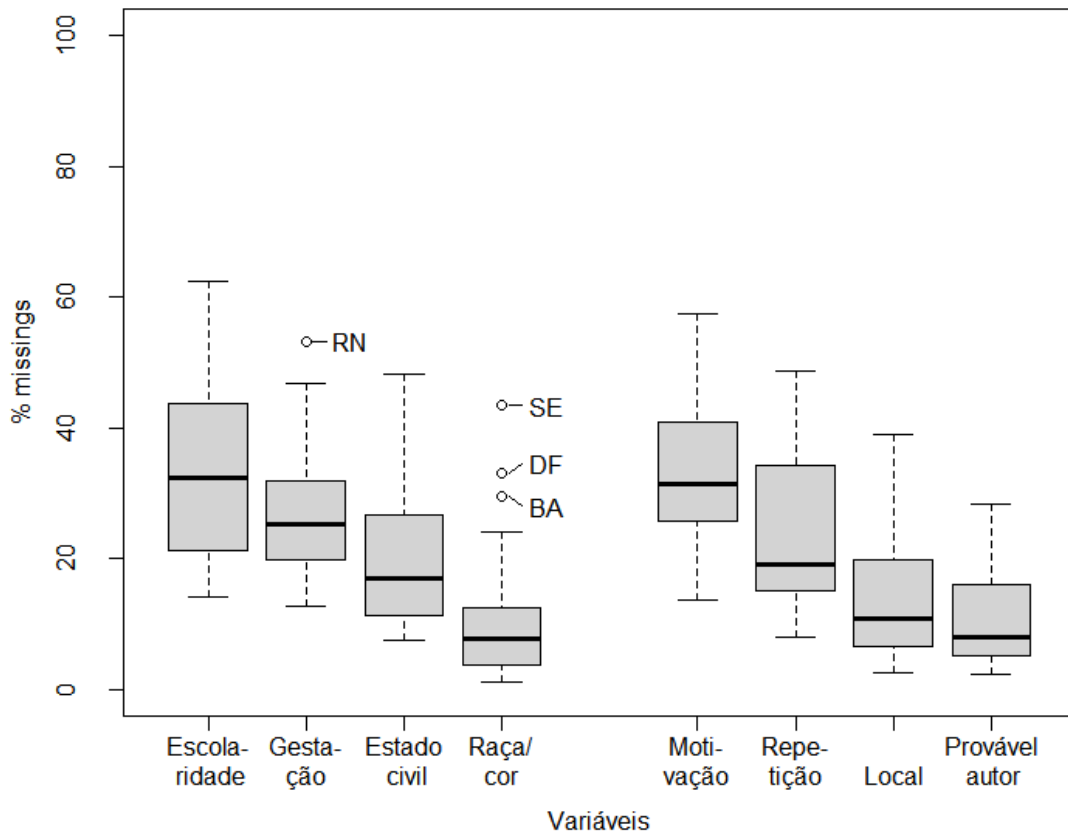


Figura 5 - Boxplot da distribuição de *missings* das variáveis em % por UF de residência, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)
Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Apesar de a variável Raça/cor ter 10,7% de respostas sem informação a nível Brasil, alguns estados apresentam porcentagem bem superior como no caso do Sergipe, Distrito Federal e Bahia que têm, respectivamente, 43,4%, 33,1% e 29,5% de informações faltantes para a variável em questão, situando as UF's como *outliers*. Além destes, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro também apresentam percentuais consideráveis de respostas nulas: 24%, 29,5% e 23,1%, respectivamente, todos dentro do intervalo abrangente pelos limites máximo e mínimo do *boxplot*. Por outro lado, alguns estados têm as informações quase completas para Raça/cor, como o Amapá, com apenas 1,1% de dados *missing*. Denota-se que, embora o valor máximo alcançado pela variável Raça/cor supere o valor máximo de variáveis como Local da

ocorrência e Provável autor da ocorrência, sua dispersão é a menor, tendo em vista seu intervalo interquartilico.

Com relação à variável de Estado civil (Figura 5), Sergipe também denota a menor completude em comparação aos demais estados. Além destes, Alagoas (36,8%), Bahia (35%) e Rio de Janeiro (33,3%) também apresentam porcentagens elevadas de informações faltantes no que se refere à variável em questão, embora não destacados como *outliers*. Nota-se um *boxplot* assimétrico positivo, indicando que mais da metade das UF's apresentaram percentuais de *missings* inferiores a 20%.

A variável de Escolaridade se destaca por atingir os maiores patamares de *missing* em alguns estados, com 4 estados superando 50% de informações não preenchidas, são eles: Sergipe (62,3%), Rio Grande do Norte (59,8%), Rio de Janeiro (56,6%) e Bahia (53,4%). Ainda abordando a variável Escolaridade, a maior completude corresponde ao estado do Pará, que tem 14% de casos sem informação para o quesito. O *boxplot* é caracteristicamente simétrico.

O quesito referente ao estado gestacional da vítima (Gestação) apresenta percentuais de informações faltantes um pouco menores que 50% em alguns estados, como Bahia (46,7%), Rio de Janeiro (44,4%), Distrito Federal (38,4%) e Alagoas, que tem 39,8% de casos *missing*. Ainda, o estado do Rio Grande do Norte não alcançou 50% de informações completas referentes ao quesito, com 53,2% de respostas ausentes. Destaca-se por isso sua dispersão, menor do que grande parte das variáveis (Figura 5).

Para a variável Local de ocorrência da violência, o Paraná tem a menor parcela de respostas ausentes (2,5%) e Sergipe tem a maior (38,9%), sem *outliers*. Provável autor, que indica o sexo do provável autor da violência notificada, é a variável com menor proporção de *missings*, como já foi visto. Os estados com a pior completude da variável são Sergipe e Bahia com 28,2% de informações ausentes e a melhor corresponde ao estado do Acre (2,3%), todos dentro do intervalo de limite inferior e limite superior do *boxplot*. Nota-se, também, que mais da metade das UF's denotam parcelas menores de 10% de respostas ausentes (Figura 5).

Já a variável de violência repetida chega a 48,7% de *missings* em Sergipe, em contraponto a 8% no Maranhão, estado de menor proporção de dados faltantes referentes à variável mencionada. Destaca-se o *boxplot* assimétrico positivo, que concentra mais da metade das UF's com porcentagens menores que 20%, apesar do valor máximo quase atingir 50%, configurando como uma das variáveis com maiores dispersões.

No que se refere à variável de Motivação da violência, Sergipe apresenta a pior completude da variável, alcançando 57,5% de casos sem resposta preenchida, limite máximo no *boxplot*. Além dele, os estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia e Rio Grande do Norte também ultrapassam os 50% *missings* na variável. O Paraná tem o melhor preenchimento com quase 86,4% da variável Motivação com respostas com informação.

Deste modo, a maioria dos casos abordados na Figura 5 apresentam uma distribuição simétrica ou assimetricamente positiva, estando a maior parte dos casos mais próxima de Q1.

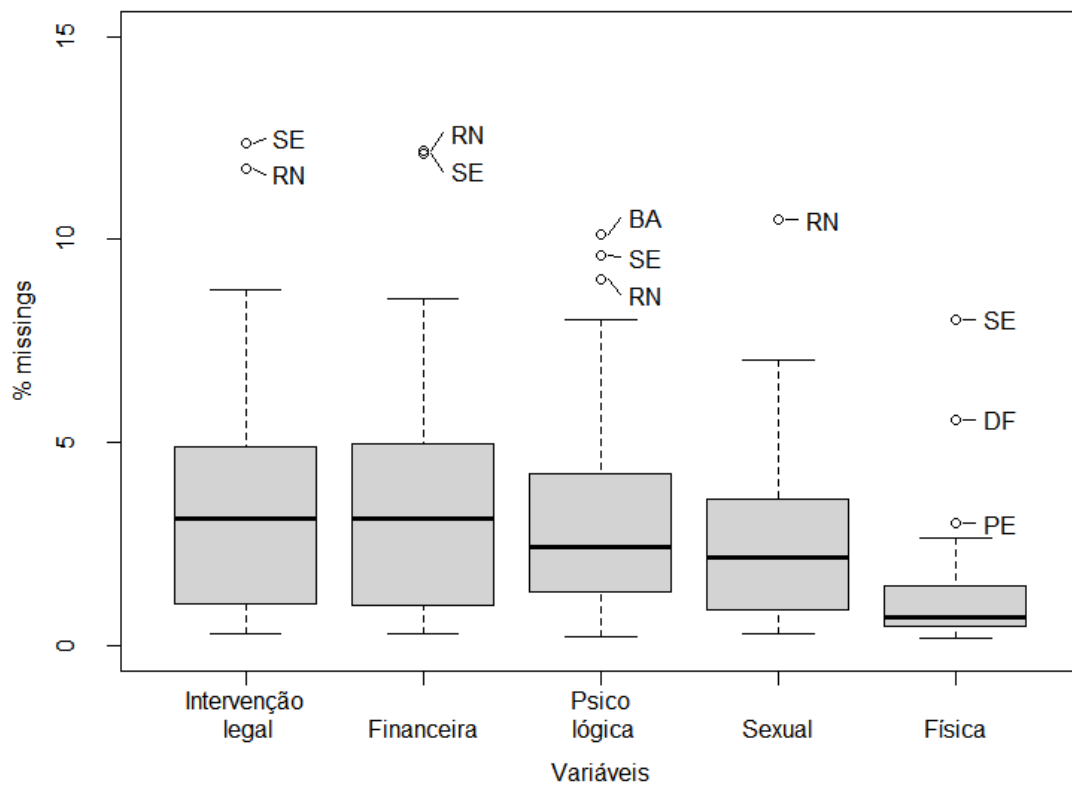


Figura 6 - Boxplot da distribuição de *missings* em % das variáveis correspondentes ao tipo de violência por UF de residência, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

No que diz respeito aos tipos de violência (Figura 6), percebe-se que o estado de Sergipe está elencado como *outlier*, com um dos maiores percentuais, em quase todos os quesitos do tema, exceto no que se refere à violência sexual. A variável de Violência física escancara o preenchimento inferior do estado, em que ultrapassa o dobro do percentual definido pelo limite máximo do *boxplot*, que concentra mais da metade das UF's em valores menores que 2% de informações ausentes. Além de Sergipe, destaca-se o Rio Grande do Norte nas variáveis concernentes à violência proveniente de intervenção legal, violência financeira e violências sexual.

A análise da completude dos dados na Tabela 15 é feita tendo em consideração os anos compreendidos pela base de dados.

Tabela 15 - Número absoluto e percentual dos *missings* correspondentes às variáveis por ano de ocorrência, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Ano	Raça/ Cor	Estado Civil	Escolar idade	Estado Gestaci onal	Local da ocorrência	Prováv el autor	Repetição	Motivação
2015	14,4	18,0	35,3	29,6	12,6	11,4	24,0	39,3

2016	13,0	17,9	35,9	28,3	12,7	11,1	23,0	34,2
2017	11,8	19,0	34,9	28,6	13,7	11,7	23,9	32,2
2018	8,8	17,9	32,8	26,6	11,6	10,0	21,8	29,6
2019	7,4	17,9	31,4	25,5	10,9	8,8	20,9	28,8

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Percebe-se que todas as variáveis têm uma porcentagem de *missings* menor em 2019 em comparação a 2015. Ou seja, comparando o início e final do período, todas as variáveis apresentaram uma diminuição no percentual de *missings*, embora seja uma melhora pequena comparando o início e o final do intervalo. Nesse aspecto, o quesito de Raça/cor se destaca, com uma melhora acentuada: de 14,4% de informações ausentes em 2015, ele cai para 7,4% em 2019. Para Estado Civil, Local de ocorrência e Provável autor, o ano de maior proporção de informações ausentes corresponde a 2017. Para as demais variáveis, 2015 foi o ano de maior percentual de *missings*.

A matriz de *missings*, na Figura 7, possibilita observar as distribuições discutidas mais acuradamente.

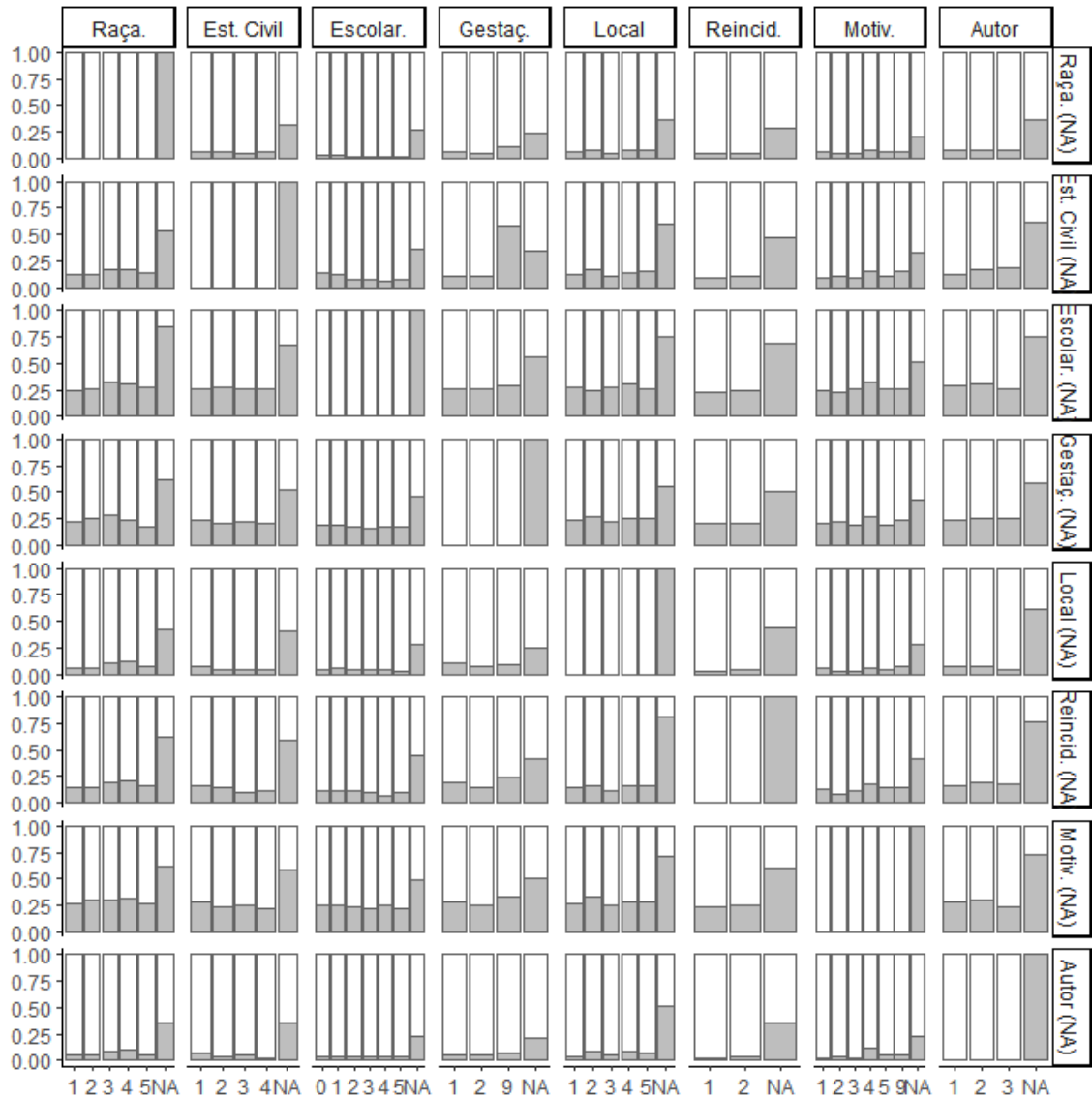


Figura 7 - Matriz de dados ausentes (%), SIM, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)
 Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Gráfico 2					
Índice	Raça/Cor	Índice	Estado Civil	Índice	Escolaridade
1-	Branca	1-	Solteira	0-	Sem escolaridade
2-	Preta	2-	Casada	1-	Fundamental I
3-	Amarela	3-	Viúva	2-	Fundamental II
4-	Parda	4-	Separada	3-	Médio
5-	Indígena	NA-	Missing	4-	Superior incompleto
NA-	Missing			5-	Superior completo
				NA-	Missing
Índice	Estado Gestacional	Índice	Local da ocorrência	Índice	Violência recorrente
1-	Na gravidez	1-	Domicílio	1-	Sim
2-	Não estava grávida	2-	Escola	2-	Não
9-	Não se aplica	3-	Bar	NA-	Missing
NA-	Missing	4-	Via pública		
		5-	Outros		
		NA-	Missing		
Índice	Motivação da violência	Índice	Provável autor		
1-	Sexismo	1-	Masculino		

2- Racismo	2- Feminino
3- Conflito geracional	3- Ambos os sexos
4- Situação de rua	NA- Missing
5- Outra	
9- Não se aplica	
NA- Missing	

Quadro 3 - Sinan, matriz de dados ausentes: Legenda

Nota-se, inicialmente, que a proporção de *missings* de todas as variáveis é mais acentuada nas categorias “NA” em qualquer quesito. Tal proposição pode ser observada até mesmo na variável que indica o sexo do provável autor da violência, que tem a menor porcentagem de informações ausentes em comparação às demais variáveis.

A única exceção à evidência em comum encontrada corresponde aos casos *missings* da variável de Estado civil na distribuição da variável de Estado gestacional. Nesse caso, a categoria com maior proporção de respostas ausentes para Estado civil é “Não se aplica”. No banco de dados trabalhado, essa categoria corresponde à idade 10 anos que não é incluída na categoria por não ser considerada aplicável para Estado gestacional pelo Sinan.

Ao observar a distribuição de *missings* da variável Raça/cor, não é possível notar grandes variações entre as categorias, uma vez que se trata de uma variável com um pequeno percentual de informações faltantes. Entretanto, pode-se perceber que a parcela de *missings* de Raça/cor é maior nas categorias iniciais de Escolaridade. Além disso, a motivação por situação de rua apresenta uma proporção maior de respostas ausentes de raça/cor.

Quanto à variável de Estado civil, também é possível notar o mesmo padrão na variável de Escolaridade, com as categorias mais avançadas com menores percentuais de respostas *missing*. Ainda, a categoria de Raça/cor com maior parcela de informações faltantes foi a de Amarela. Quanto aos *missings* da variável de Escolaridade, a categoria de evento ocorrido em via pública denota a maior proporção. Em relação ao local de ocorrência, destaca-se as categorias de parda, solteira e na gravidez.

Diante dos resultados apresentados para o SIM, destaca-se o estado de Sergipe, que apresenta o segundo menor percentual médio de informações ausentes, composto por baixas proporções inclusive em variáveis que denotam parcelas altas de *missing*, como no caso da variável de Escolaridade. Enquanto o nível geral de respostas faltantes ultrapassa 20%, o estado de Sergipe tem uma completude de 98% dos dados para a variável em questão, despontando como um dos estados com maior completude em relação aos demais no que diz respeito às variáveis selecionadas. Por outro lado, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Amazonas apresentaram as maiores proporções médias de respostas *missing* para variáveis análogas às do Sinan (Raça/Cor, Estado Civil, Escolaridade, Local da ocorrência e Estado Gestacional) (Tabela 16).

Ao passo que Sergipe é destaque positivo no que se refere às informações de mortalidade, o mesmo estado tem as maiores porcentagens de *missing* em relação às informações de violência pelo Sinan (Tabela 16). Com ele, também são denotados os estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Alagoas e Distrito Federal com as piores completudes constatadas para as variáveis pontuadas que têm correspondência com as do Sinan. O Maranhão, o Paraná e o Acre, por sua vez, têm os menores percentuais de respostas *missing*. Deste modo, nota-se que o estado do Rio Grande do Norte apresenta uma pior completude tanto no SIM quanto no Sinan, enquanto que, para o estado de Sergipe, os resultados são radicalmente divergentes. O estado do Paraná também se destaca, uma vez que tem os menores percentuais médios de informações faltantes para ambas as bases de dados. Os valores máximos de *missing* contabilizados para o estado foram 4,1%, no caso do SIM, e 19,5%, no caso do Sinan.

Tabela 16 - Percentual médio, valor máximo e valor mínimo da porcentagem de *missings* das variáveis (Raça/Cor, Estado Civil, Escolaridade, Local da ocorrência, Estado Gestacional), por UF de residência, SIM & Sinan, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão e casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 18.112 & n = 636.483)

SIM				Sinan			
UF	Média	Max	Min	UF	Média	Max	Min
PB	24,9	75,9	0,0	SE	45,1	62,3	32,5
AL	24,5	90,4	0,0	RN	38,8	59,8	15,0
RN	16,8	50,2	0,4	BA	38,3	53,4	26,8
AM	14,8	64,9	0,6	RJ	36,5	56,6	23,1
ES	14,5	43,4	2,3	AL	35,8	50,0	24,0
BA	13,0	38,4	0,2	DF	33,4	42,4	20,7

MG	11,1	34,8	0,8	RR	29,4	45,3	10,9
RO	10,8	22,7	1,4	PE	24,4	43,6	9,5
RS	10,7	35,6	0,4	PI	23,0	34,0	14,2
MS	10,5	28,1	0,0	PB	21,6	43,8	6,2
SP	8,4	24,1	0,4	AM	21,4	32,5	5,8
RJ	8,2	29,7	0,0	MS	20,6	37,7	8,1
AP	7,9	20,5	0,0	SP	20,5	33,4	10,1
AC	7,8	22,8	0,8	GO	18,9	33,9	9,8
TO	7,7	22,8	0,6	MG	16,7	30,7	8,4
GO	7,3	18,4	0,7	RO	15,2	32,4	3,5
PI	7,1	11,6	1,4	ES	15,1	28,2	7,8
PA	6,8	13,7	1,5	MT	13,6	23,3	4,8
MA	6,6	17,1	0,4	AP	12,9	27,6	1,1
RR	6,5	16,3	1,1	CE	12,3	21,7	3,1
MT	6,4	15,4	0,0	TO	12,2	21,4	1,6
CE	5,7	10,5	0,7	RS	12,2	21,0	3,9
DF	5,4	17,3	0,0	PA	11,4	19,5	3,7
PE	4,5	10,5	0,3	SC	10,1	20,1	2,5
SC	3,1	8,0	0,2	PR	9,6	19,5	2,5
SE	2,7	9,2	0,0	MA	9,6	16,1	1,7
PR	2,2	4,1	0,2	AC	9,6	14,9	1,5

Fonte: SIM (DATASUS) | VIVA/Sinan (DATASUS)

Quanto ao recorte temporal (Tabela 17), no SIM, a porcentagem de informações ausentes foi maior no primeiro ano da série, 2015, em relação ao último, 2019, em quase todas as variáveis analisadas. Essa melhoria, também é constatada na análise feita para o Sinan. Para ambos os sistemas de informação, a variação de ano para ano é pequena e levanta algumas questões acerca da cobertura de tais dados. É preciso pontuar que, no período circunscrito, o alcance e abrangência tanto do SIM, quanto do Sinan, possivelmente experimentaram mudanças nesse aspecto. Esta análise foi capaz de incorporar apenas a completude das respostas no que diz respeito à qualidade de dados, uma vez que não há dados disponíveis que possibilitem uma avaliação da efetiva abrangência das referidas bases de dados. Apesar disso, a abordagem sugerida pontua resultados importantes para compor o conhecimento acerca da qualidade do SIM e do Sinan, contribuindo inclusive na formulação de hipóteses acerca da cobertura destas fontes de dados.

Tabela 17 - Percentual médio, valor máximo e valor mínimo da porcentagem de *missings* das variáveis (Raça/Cor, Estado Civil, Escolaridade, Local da ocorrência, Estado Gestacional), por ano de ocorrência, SIM & Sinan, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão e casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 18.112 & n = 636.483)

SIM				Sinan			
Ano	Média	Max	Min	Ano	Média	Max	Min
2015	10,9	24,8	0,7	2015	23,1	39	11,4

2019	9,4	21,1	0,7	2016	22,0	36	11,1
2018	8,4	19,8	0,5	2017	22,0	35	11,7
2016	8,4	19,6	0,3	2018	19,9	33	8,8
2017	9,0	19,0	0,4	2019	19,0	31	7,4

Fonte: SIM (DATASUS) | VIVA/Sinan (DATASUS)

No que diz respeito somente às variáveis, como já foi dito, o padrão é o mesmo para as informações de mortalidade e para as de violências. Raça/cor e Local da ocorrência demonstram as melhores completudes, enquanto que Escolaridade e Estado Gestacional têm os piores percentuais de dados com resposta válida. Mesmo assim, o percentual de respostas *missing* é maior em se tratando do Sinan em comparação ao SIM. Dentre as variáveis análogas, apenas Estado Gestacional, sem a investigação do óbito de mulheres em idade fértil, tem uma proporção maior de informações ausentes no SIM em relação ao Sinan. Entretanto, este resultado muda ao se considerar o óbito investigado. Nas demais, o Sinan apresentou em média porcentagens incrementadas em mais de 50% em relação ao SIM.

As variáveis específicas ao Sinan denotam uma variação grande no percentual de *missings* de variável para variável. Enquanto Motivação da violência apresenta um percentual superior a 30%, com valor máximo por UF de residência superando 50%, variáveis como Meio da violência, Tipo da violência e Relação com o provável autor da violência apresentam percentuais que não ultrapassam 10%.

No que concerne à distribuição de respostas nulas segundo as categorias das variáveis, nota-se, no geral, que os casos de óbitos por agressão e violências contra mulheres em idade reprodutiva se concentram em categorias *Missing*. A afirmação não é verdadeira apenas para as informações inespecíficas de Estado gestacional do Sistema de informações sobre Mortalidade, que apresentam uma distribuição uniforme nas categorias das demais variáveis, porém é importante lembrar que este quesito em questão sofreu modificações em virtude da investigação do óbito.

Em um primeiro momento, tais achados já impõem limites a possíveis análises e abordagens ou, na melhor das hipóteses, impõe cautela. Um dos exemplos é a variável de Escolaridade. O estado de Sergipe tem apenas 2% de respostas *missing*, em contraponto a 90,8% de informações faltantes em Alagoas, no que se refere aos dados do SIM. No Sinan, Sergipe apresenta um percentual de 62,1% de respostas

ausentes, ao passo que o Acre indica 15% como informação faltante. Estes são resultados que dificultam análises comparativas dos dados de Escolaridade tanto entre as bases de dados quanto entre os estados.

Em relação ao período, de 2015 a 2019 observa-se uma variação pequena de ano para ano nas porcentagens de *missing*, além de um decremento ao comparar o início e o final da série. Estes são indícios que justificam agregar tais casos a fim de investir em análises caracteristicamente de corte transversal.

Todavia, estudos como os desse capítulo permitem que investimentos e treinamentos sejam mais bem direcionados a fim de melhorar o preenchimento das informações. Abordar o preenchimento dos quesitos do modo proposto possibilita apontar, de fato, quais são as características dos casos para os quais não se tem informação, além de dar lastro à discussão acerca da relevância da qualidade do quesito abrangido para a investigação do tema, o que pressiona mudanças empíricas na produção destes dados.

As variáveis abordadas dispõem sua importância para compor a literatura no que diz respeito ao tema. Muitos trabalhos pontuam resultados importantes acerca da vitimização em maior grau para mulheres negras, de menor escolaridade e em união consensual, além de estabelecerem relações importantes acerca do local em que sofrem a violência, como via pública e domicílio, explicitando a situação vulnerável em que mulheres vítimas de violência se encontram (BARUFALDI et al., 2017; ENGEL, 2020; MONTEIRO; ROMIO; DREZETT, 2021). Variáveis como a indicativa de gestantes ou puérperas se apresentam imprescindíveis para discutir a saúde reprodutiva deste grupo, por exemplo.

Sendo assim, o SIM, apesar de apresentar parcelas consideráveis de informações incompletas para algumas variáveis importantes como Escolaridade, tem boa completude em Raça/cor, Meio da agressão e Local de ocorrência, que, por meio de evidências, revelam-se fundamentais para o debate. Há, também, demandas no que dizem respeito à discriminação do tipo de violência que essas mulheres sofrem e qual sua motivação a fim de melhor qualificar tais casos, o que engrandece as potencialidades do Sinan para a compreensão do fenômeno. Apesar de a variável de Motivação da violência apresentar incompletude considerável de informação, as

demais que descrevem o evento e o autor têm grande parte das informações completas. Nessa direção, denota-se a relevância de boa completude dos quesitos escrutinados a fim de investigar a incidência e o contexto da violência que acomete mulheres, em especial, à idade reprodutiva.

5. DESCRIÇÃO DO EVENTO VIOLENTO

As violências e óbitos por agressão estudados dizem respeito a mulheres à idade fértil com diversos atravessamentos. Como já foi discutido, caracterizar estas mulheres e tais eventos compõe um passo importante na compreensão dos fenômenos abrangidos neste trabalho que tem como cerne a violência. Os estudos acerca de violência contra as mulheres que enfocam principalmente o Brasil apontam um perfil similar para as violências que tiveram o óbito como fim e aquelas que não necessariamente tiveram: mulheres negras, jovens de baixa escolaridade (BARUFALDI *et al.*, 2017; ENGEL, 2020; MONTEIRO; ROMIO; DREZETT, 2021). Além disso, marca-se diferenças importantes quanto ao local e meio pelo qual a violência acontece segundo a raça/cor da vítima, pontuando a realidade vulnerável na qual essas mulheres estão inseridas.

Sendo assim, neste capítulo, propõe-se investigar as características do evento violento, perfil dos sujeitos envolvidos e descrição dos níveis das taxas de mortalidade levando em consideração as Unidades Federativas. Ao final, descreve-se os perfis de violência levando em conta as informações do evento e as características de raça/cor e idade das vítimas.

No capítulo anterior, as variáveis de Raça/cor, Local da ocorrência e meio da agressão foram as informações de maior preenchimento. Além dessas, sexo do provável autor, relação com o provável autor da violência e tipo da violência, especificamente para os casos do Sinan, também apresentaram baixas porcentagens de informações faltantes, com uma média que não ultrapassa 15%. Constatou-se ainda uma grande variabilidade por UF de residência, o que pôs em discussão a qualidade dessas informações. Deste modo, as análises por Unidade Federativa foram elaboradas a partir dos fatores que a literatura aponta e da qualidade dessa informação.

a. Distribuição das informações de perfil e evento violento

Inicialmente, observa-se a distribuição das variáveis concernente à mortalidade por agressão que vitimou mulheres em idade reprodutiva entre os anos de 2015 e 2019, na Tabela 18.

Tabela 18 - Número absoluto e percentual por categorias das variáveis, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)

Variável	Categorias	N	%
Raça	Parda	11.137	63,00
	Branca	5.153	29,15
	Preta	1.269	7,18
	Indígena	88	0,50
	Amarela	31	0,18
Estado Civil	Solteiro	12.866	76,95
	Casado/união estável	3.098	18,53
	Separado judicialmente	591	3,53
	Viúvo	164	0,98
Escolaridade	Sem escolaridade	351	2,45
	Fundamental I	3.114	21,74
	Fundamental II	6.458	45,09
	Médio	3.488	24,35
	Superior incompleto	357	2,49
	Superior completo	556	3,88
Estado gestacional	Nenhum dos dois	14.846	95,82
	Na gravidez	332	2,14
	No parto ou após (até 1 ano)	316	2,04
Local de ocorrência	Via pública	5.870	32,58
	Domicílio	4.831	26,82
	Estabelecimento de saúde	4.004	22,23
	Outros	3.310	18,37
Meio da agressão	Disparo de arma de fogo	9.990	57,08
	Objeto cortante, penetrante ou contundente	5.650	32,28
	Força física	1.377	7,87
	Outros	485	2,77

Fonte: SIM (DATASUS)

Nota-se que a maioria das vítimas são mulheres pardas (63%), solteiras (76,95%), com, pelo menos o Ensino Fundamental II completo (75,81%), cujo evento ocorreu em via pública (32,58%). Além disso, 2,14% das mulheres da base de dados estavam grávidas. O principal meio pelo qual aconteceu a agressão foi disparo de arma de fogo, 57,08%, seguido de objeto cortante, penetrante ou contundente, 32,28%, e força física, 7,87%.

Quanto à idade da vítima, é possível observar a distribuição de frequências da variável na Figura 8.

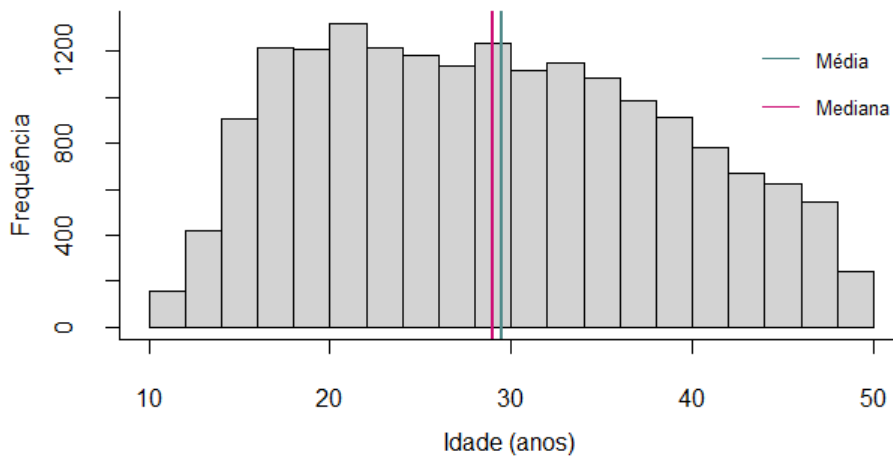


Figura 8 - Distribuição de frequências da variável Idade, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)
Fonte: SIM (DATASUS)

Tanto a média quanto a mediana correspondem a 29 anos. Nota-se que, as menores frequências estão nos extremos do intervalo reprodutivo: ao 1º ano e aos 49 anos, sendo 20 a idade mais frequente.

Na Tabela 19 é apresentada a distribuição das variáveis destacadas para os casos de violência não necessariamente letal que aconteceram entre 2015 e 2019 e tiveram como vítima mulheres em idade reprodutiva.

Tabela 19 - Número absoluto e percentual por categorias das variáveis, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Variável	Categorias	N	%
Raça	Parda	263.065	46,28
	Branca	237.298	41,75
	Preta	57.797	10,17
	Indígena	5.563	0,98
	Amarela	4.660	0,82
Estado Civil	Solteira	287.206	55,12
	Casada/união consensual	194.457	37,32
	Separada	36.267	6,96
	Viúva	3.109	0,60
Escolaridade	Sem escolaridade	33263	7,92
	Fundamental I	130851	31,17
	Fundamental II	115596	27,53
	Ensino Médio	101951	24,28
	Superior incompleto	18939	4,51
	Superior completo	19218	4,58
Local de ocorrência	Domicílio	383.584	68,66
	Via pública	103.715	18,56
	Outros	46.419	8,31

	Bar	15.619	2,80
	Escola	9.334	1,67
Estado gestacional	Não estava grávida	400.823	86,90
	Na gravidez	51.500	11,17
	NSA	8.918	1,93
Violência recorrente	Sim	252.741	51,30
	Não	239.965	48,70
Motivação	Outra	162.757	37,76
	Sexismo	106.249	24,65
	Não se aplica	88.310	20,49
	Conflito geracional	59.699	13,85
	Situação de rua	13.495	3,13
	Racismo	472	0,11
Sexo do(a) provável autor(a)	Masculino	460.658	80,87
	Feminino	83.975	14,74
	Ambos os sexos	25.018	4,39

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Em sua maioria, são mulheres pardas (46,28%), solteiras (55,12%), que completaram pelo menos até o Fundamental II (60,91%), que foram agredidas no domicílio (68,66%) e que não estava grávida (86,90%). Quanto à violência notificada, a principal motivação apontada, após a categoria genérica que engloba as demais violências não-listadas “Outras”, foi “Sexismo” (24,65%), o sexo do provável autor do ato tem maioria indicada como masculino (80,87%) e a violência repetida é pontuada em 51,3% dos casos notificados que tiveram a informação contabilizada para a variável.

Apesar de a maior parte compor o grupo de mulheres pardas, as mulheres brancas apresentam uma fração próxima a este grupo, com 41,75% dos casos. No que se refere ao estado civil, as mulheres casadas são o segundo maior grupo contabilizado, com 37,32%, constituindo junto às mulheres solteiras mais de 92% das informações válidas para o quesito. Com relação ao ensino superior, pelo menos 9,9% das respostas válidas pontuam, pelo menos, o ingresso.

Além das variáveis categóricas elencadas, é possível analisar o perfil etário das mulheres circunscritas na investigação na Figura 9.

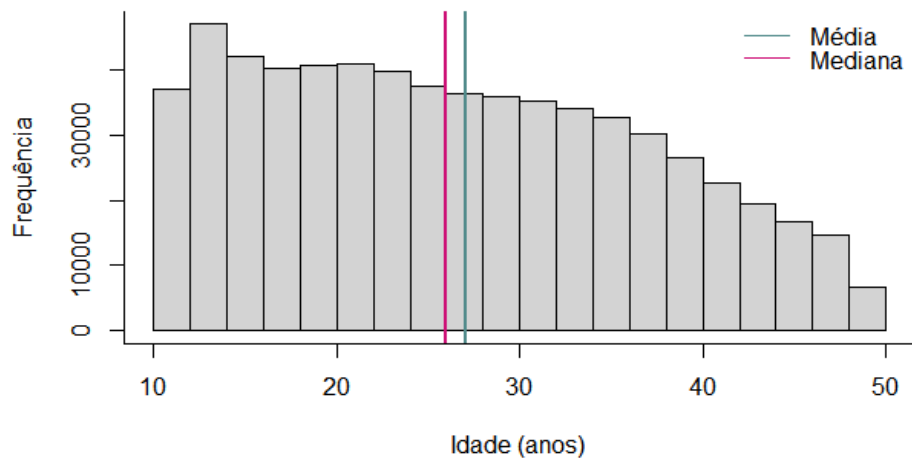


Figura 9 - Distribuição de frequências da variável Idade, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

A idade média é de 27 anos e a mediana é de 26. Nota-se, dessa forma, que se trata de um grupo jovem, em decorrência das notificações estarem concentradas na primeira metade do período reprodutivo. Para além, a idade com o maior número de notificações é a de 11 anos e com menor número é a de 49 anos.

Na Tabela 20 são apresentadas as menções à relação com o provável autor da violência, ao meio de agressão, ao tipo de violência e ao tipo de violência sexual.

Tabela 20 - Número absoluto e percentual das variáveis referentes a relação com o provável autor da violência, meio de agressão, tipo de violência e tipo de violência sexual, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Tema	Variável	N	%
Relação com o provável autor da violência	Parceiro(a) ou ex-parceiro(a)	289.072	49,61
	Conhecido	86.921	15,02
	Família	85.429	14,75
	Desconhecido	74.193	12,80
	Policial/agente da lei	2.831	0,49
	Patrão/chefe	1.884	0,33
Meio de agressão	Força corporal/espancamento	430.635	70,06
	Ameaça	148.250	24,63
	Objeto perfuro-cortante ou contundente	83.867	13,91
	Outros objetos	47.873	8,13
	Enforcamento	34.948	5,80
	Arma de Fogo	17.409	2,89
	Envenenamento/intoxicação	6.430	1,07
	Substância quente	3.249	0,54
Tipo de violência	Violência física	489.680	77,65
	Violência psicológica/moral	230.029	37,23
	Violência sexual	112.939	18,28

	Negligência/abandono	24.299	3,95
	Tortura	22.524	3,67
	Violência financeira	11.285	1,84
	Outras	9.504	1,56
	Intervenção legal	1.437	0,23
	Tráfico de pessoas	457	0,07
Violência sexual	Assédio sexual	26.989	4,33
	Estupro	89.298	14,25

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Nota: A forma com que as informações são dispostas permite a sobreposição dos itens, não concluindo uma soma de 100% (Ver Tabela 5).

No que se refere à relação do provável autor ou autora com a vítima, tem-se que pelo menos 49,6% dos casos fizeram alguma menção ao namorado(a), ex-namorado(a), cônjuge ou ex-cônjuge. Conhecido, familiar e desconhecido contam com percentuais similares, sendo, respectivamente, 15%, 14,7% e 12,8% das notificações. Agentes da lei e empregadores ou chefes não alcançam 1% dos eventos notificados.

O principal meio utilizado foi força corporal e/ou espancamento, 70,1%. Os meios restantes foram apontados em menos de 25% dos casos notificados: Ameaça é citada em 24,6%; Objeto perfuro-cortante ou contundente, 13,9%; Enforcamento, 5,8%; Arma de Fogo, 2,9%; Envenenamento/intoxicação, 1,1% e Substância quente, 0,5%.

Nota-se que a violência física é a mais preponderante, referida em 77,6% das notificações. Nessa ordem, a violência psicológica é aludida por 37,2% das notificações e a violência sexual, 18,3%. As demais não ultrapassam 4%. Considerando as sobreposições dessas violências (Figura 10), a violência física e a violência psicológica assumem o maior percentual, com 24% das notificações indicando ter havido as duas. A intercessão entre a violência física, psicológica e sexual contabilizaram conjuntamente 7% da amostra, com 44.403 notificações relatando as três.

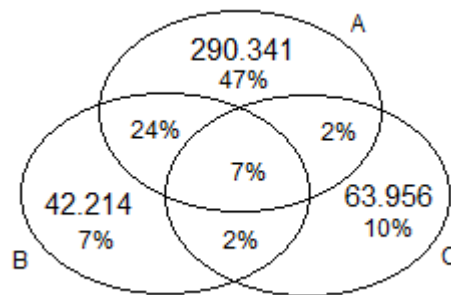


Figura 10 - Sobreposição segundo tipo de violência, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

A: Violência física; B: Violência psicológica; C: Violência sexual

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Para os casos que informaram ter havido violência sexual, 79,80% dos casos para os quais se tem informação pontuaram ter havido estupro e 24,38% citaram assédio sexual, podendo haver sobreposição também entre estas.

Em síntese, uma diferença que se nota entre as informações do SIM e do VIVA/Sinan se refere ao meio pelo qual aconteceu o ato violento. Ao mesmo tempo que disparo de arma de fogo concentra a maioria dos óbitos enquanto causa básica da morte por agressão, o mesmo meio é apontado em apenas 2,89% das notificações de violência. Força física, por sua vez, apresenta a relação inversa, sendo mencionada em 70,06% das notificações de violência e em 7,87% dos casos de óbito. Entende-se que se trata de um resultado esperado devido à letalidade dos meios mencionados.

Em relação à idade, os casos de óbitos dizem respeito a um perfil de sujeitos menos rejuvenescido em comparação ao perfil concernente aos agravos e violências, que é marcado por um contingente considerável nas primeiras idades do período reprodutivo.

Destaca-se a porcentagem de 70,18% de mulheres pardas ou negras para as informações de óbito. Tal resultado diverge da distribuição da mesma variável para os casos de violências letais ou não. Enquanto os dados de violência apresentam uma diferença menor que 15% entre a proporção de mulheres pretas e pardas e mulheres nas demais categorias, os resultados referentes à mortalidade pontuam uma diferença acentuadamente maior, conferindo mais de 40%.

Outro resultado destoante diz respeito à informação do local de ocorrência do evento. Nos casos registrados como óbito por agressão, como foi dito, apesar de ter uma porcentagem próxima à categoria de Domicílio, a maior parcela aconteceu em via pública, enquanto que as violências não necessariamente letais que aconteceram na residência denotam uma diferença na porcentagem superior a 50% em relação a via pública, segunda categoria com maior proporção.

Todavia, em específico ao local de ocorrência por raça/cor, observa-se similaridades importantes (Figura 11).

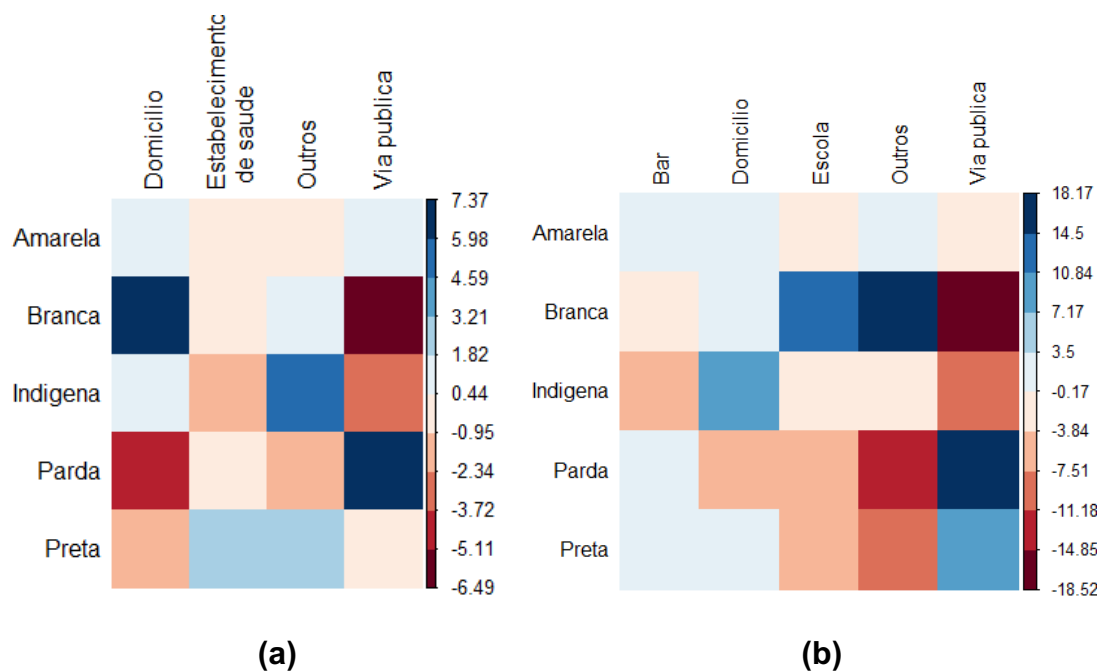


Figura 11 - Resíduos padronizados ajustados (Raça/cor X Local de ocorrência), SIM (a) e Sinan (b), 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por homicídio e casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 17.329 & n = 636.483)

(a) $X^2 = 116.78$, Graus de liberdade = 12, p-valor < 2.2e-16

(b) $X^2 = 916.85$, Graus de liberdade = 16, p-valor < 2.2e-16

Fonte: SIM (DATASUS) | VIVA/Sinan (DATASUS)

No resultado referente ao SIM (Figura 11 (a)), há uma frequência maior de mulheres brancas que vieram a óbito por agressão em domicílio e uma menor frequência em relação àquelas que vieram a óbito em via pública. Nos casos de mulheres pardas, percebe-se uma associação positiva com a categoria de Via pública e negativa com a categoria de Domicílio, pontuando uma relação inversa à observada para mulheres brancas.

No que diz respeito ao Sinan (Figura 11 (b)), é observada relação parecida, nota-se que uma das principais contribuições para o resultado do teste é conferida às categorias de raça/cor branca que tiveram o evento violento em via pública, sendo que a associação entre ambos é, evidentemente, negativa. A categoria que indica que o evento ocorreu em alguma escola e a categoria que abrange outros locais que não os listados pela variável também apresentam uma grande contribuição, porém com associação positiva. As linhas concernentes às mulheres pardas e às mulheres pretas exibem relação inversa à de mulheres brancas: os resíduos são positivos para Via pública e negativos para Escola e Outros. Ademais, a maior contribuição para o efeito no que diz respeito à coluna de Domicílio é observado para Indígenas, que é positiva, seguida pela categoria Parda, com associação negativa. Deste modo, uma frequência menor de mulheres em idade reprodutiva declarou ser branca e experienciou o evento violento em via pública, enquanto há uma frequência maior de mulheres negras, sobretudo pardas, que sofreram alguma violência não necessariamente letal em via pública.

Deste modo, apesar de algumas distribuições ressaltarem algumas diferenças, também são estabelecidas similitudes entre as violências notificadas e as agressões letais. No tópico seguinte, tais fatores são discutidos mais atentamente tendo em vista as Unidades Federativas.

b. Níveis de mortalidade por agressão e proporção de violências, UF de residência: Idade, raça/cor, local de ocorrência

A heterogeneidade das Unidades Federativas, principalmente no que se refere ao nível da mortalidade de mulheres por agressão, é marcadamente pontuada pela literatura. Deste modo, são abordadas tais diferenças a partir das informações de idade, raça/cor e local do evento. A investigação de tais fatores está embasada na qualidade do preenchimento dos quesitos, nas diferenças encontradas entre os casos de óbitos e violência não necessariamente letal. Além disso, outros estudos pontuam a relação entre raça/cor e local da ocorrência, sendo esta importante para a compreensão do tema e para a discussão acerca do tipo de violência.

Inicialmente, observa-se o nível da mortalidade por agressão na Figura 12, para a amostra completa, para mulheres pretas, pardas e brancas, padronizado pela estrutura etária brasileira de 2017 que denota uma taxa de 26 mulheres vítimas de agressão letal por 100.000 mulheres residentes no Brasil.

As taxas padronizadas por idade e raça/cor apontam o Acre com a maior taxa de mortalidade feminina em idade fértil por agressão, de 2015 a 2019, com, aproximadamente, 43 mulheres vítimas da causa de morte no período a cada 100.000 mulheres em idade reprodutiva. São Paulo se destaca como o estado com a menor taxa e com uma diferença considerável para os demais. Este último sustenta uma taxa de 12 óbitos de mulheres vítimas de agressão em 100.000. Dessa forma, três dos cinco estados com a maior taxa de mortalidade estão situados na região Norte do país.

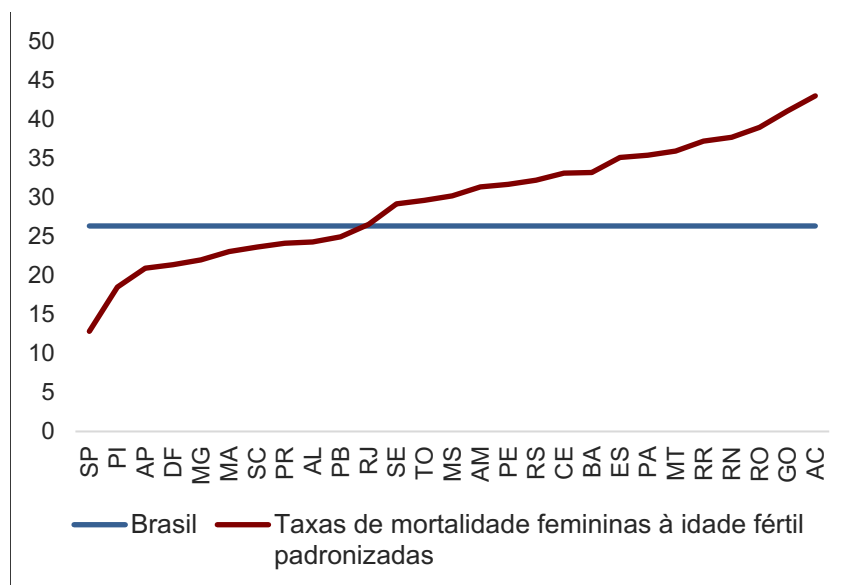


Figura 12 - Taxas de mortalidade padronizadas de mulheres à idade reprodutiva por agressão (por 100.000), SIM, 2015 a 2019 (n = 18.112) | Estrutura padrão: Brasil, 2017

Fonte: SIM (DATASUS) | PNAD Contínua (IBGE)

No que se refere às taxas de mortalidade para mulheres negras e brancas, pode-se conferir sua disposição UF de residência na Figura 13:

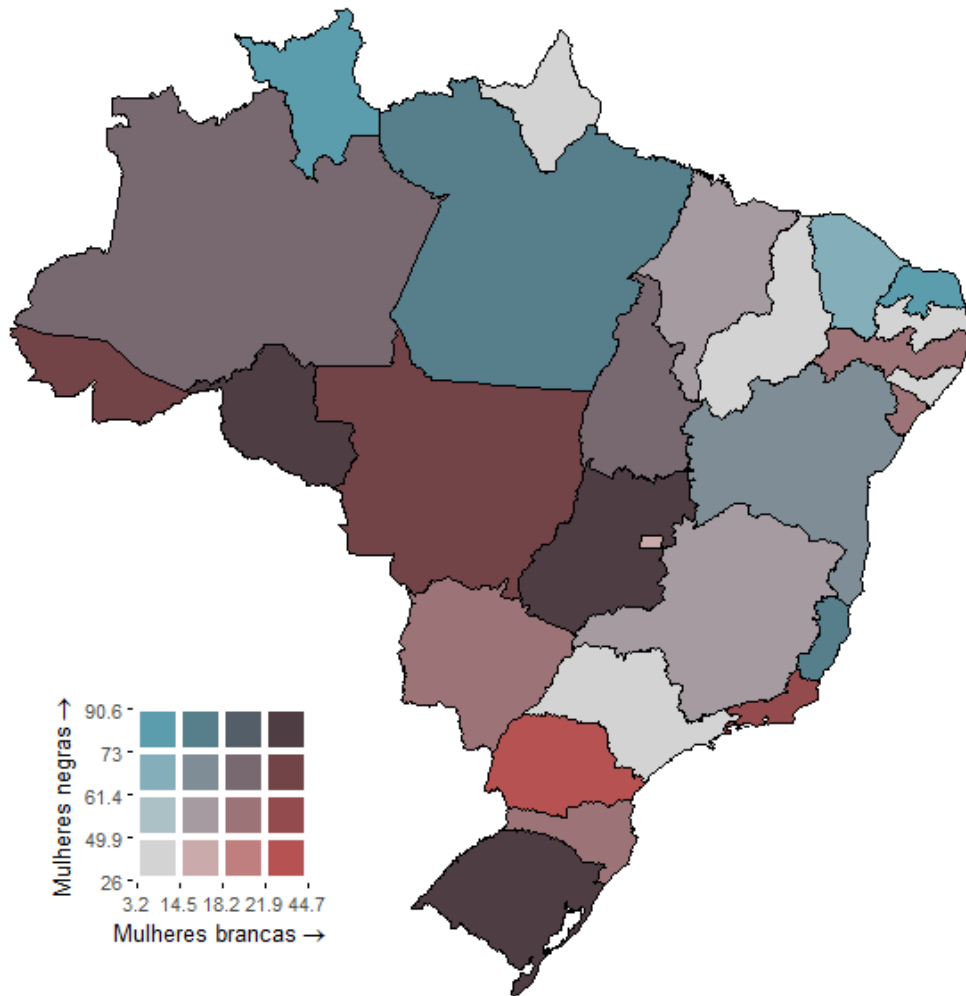


Figura 13 - Taxas de mortalidade de mulheres à idade reprodutiva por agressão para mulheres negras (pretas e pardas) e mulheres brancas UF de residência (por 100.000), quartis, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão Brasil (n = 18.112)

Fonte: SIM (DATASUS) | PNAD Contínua (IBGE)

Inicialmente, nota-se que o limite do quartil com os menores resultados para as mulheres negras tem nível bastante superior ao valor máximo da taxa de mortalidade de mulheres brancas. Os estados do Acre, Goiás e Rondônia se encontram nos quartis de maiores taxas de mortalidade, tanto no que diz respeito às mulheres negras quanto às mulheres brancas. O Rio Grande do Sul, apesar de não estar entre as Unidades Federativas com o maior nível de mortalidade sem distinção por raça, também figura como um dos estados com as maiores taxas de mortalidade de mulheres negras e de mulheres brancas. Rio Grande do Norte e Roraima, por sua vez, têm as menores taxas de mortalidade de mulheres brancas, em contraponto às

maiores taxas de mortalidade de mulheres negras correspondentes às mesmas UF's. Paraná denotou resultados inversos, situando-se no quartil das taxas mais altas de mortalidade de mulheres brancas e no quartis das menores taxas de mortalidade de mulheres negras.

Na Figura 14, é possível conferir as taxas de mortalidade em via pública e no domicílio.

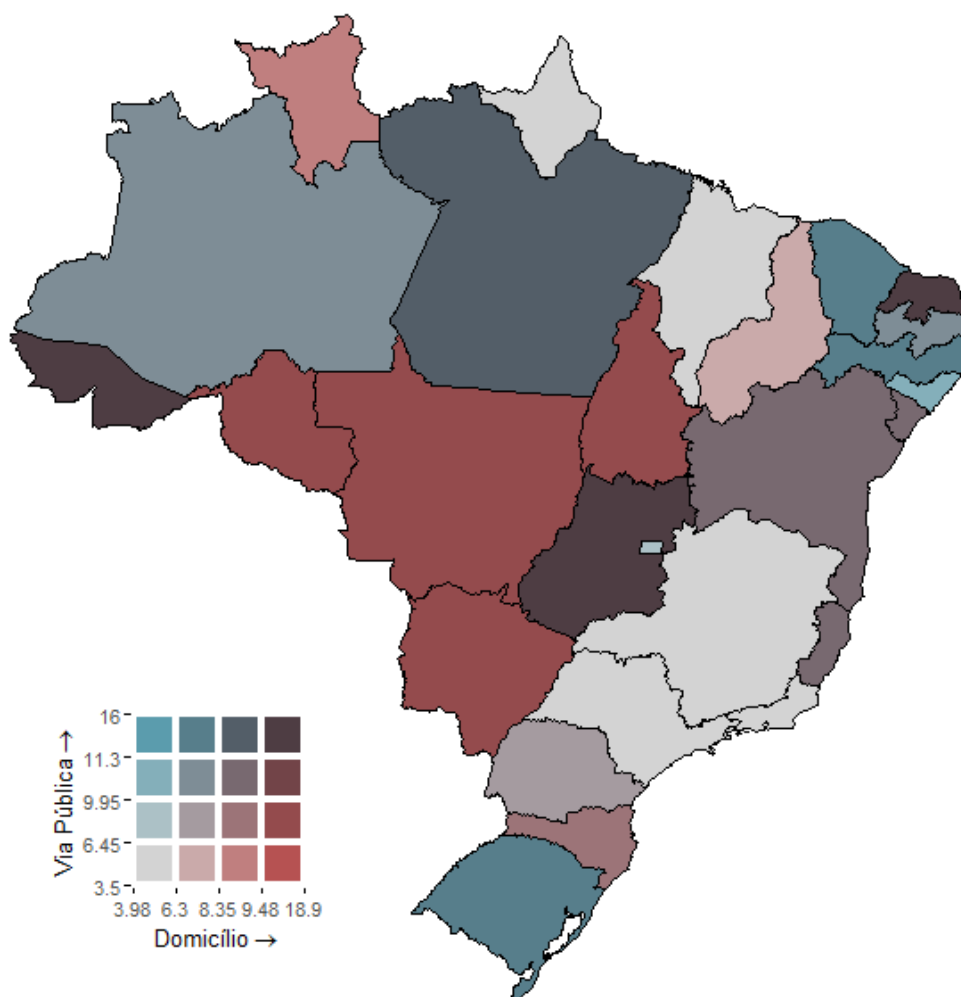


Figura 14 - Taxas de mortalidade de mulheres à idade reprodutiva por agressão no domicílio e em via pública UF de residência (por 100.000), SIM, 2015 a 2019, quartis, óbitos femininos à idade fértil por agressão Brasil (n = 18.112)

Fonte: SIM (DATASUS) | PNAD Contínua (IBGE)

Roraima e Tocantins também se destacam na região Norte enquanto umas das UF's com as maiores taxas de mortalidade de mulheres em idade reprodutiva em

domicílio por agressão e uma das menores taxas concernentes à via pública, sendo os únicos estados na região Norte com essa ordenação. Acre, Goiás e Rio Grande do Norte se encontram no grupo com os maiores níveis para ambas as categorias.

Ademais, destacam-se as regiões Centro-Oeste e Nordeste. As UF's localizadas nesta primeira se encontram no quartil das maiores taxas de mortalidade de mulheres por agressão à idade fértil ocorridas em domicílio, com exceção do Distrito Federal. Em contraponto, a maioria dos estados da região Nordeste apresentam as maiores taxas de mortalidade em via pública e as menores no que se refere às agressões no domicílio.

Nota-se que Roraima apresenta relação diferente da posta anteriormente pela literatura em que a associação entre local de ocorrência e raça/cor marca uma chance maior de mulheres brancas virem a óbito por agressão no domicílio em contraponto às mulheres negras que tem vitimização maior em via pública em relação às mulheres brancas. O estado desponta com as menores taxas de mortalidade para mulheres brancas e maiores para mulheres negras, ao passo que se situa em quartis superiores de mortalidade em domicílio e em quartis inferiores de mortalidade em via pública.

No que se refere à média de idade, observa-se a medida em relação à média de idade da população UF de residência na Figura 15. Tal informação contabiliza quantas vezes a idade média dos sujeitos enfocados é maior ou menor do que a da população, possibilitando identificar se a amostra analítica é mais jovem ou mais velha do que a população em questão.

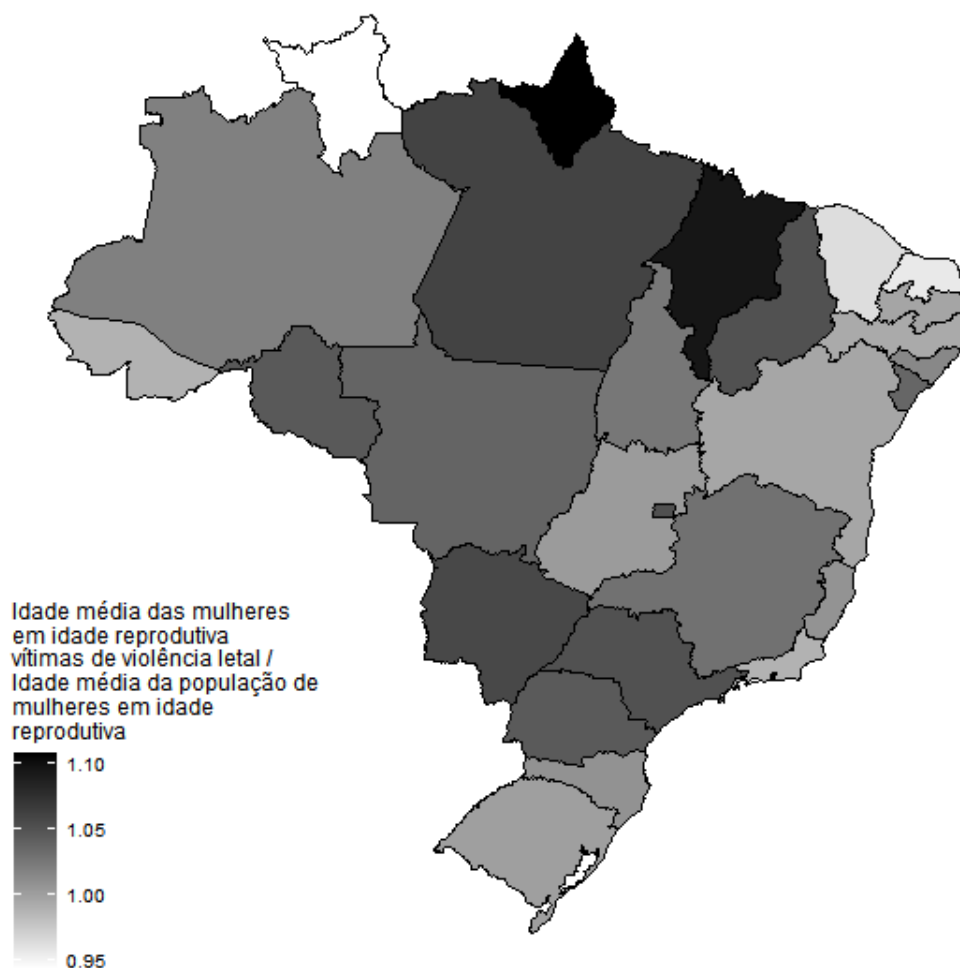


Figura 15 - Relação entre a idade média das mulheres em idade reprodutiva vítimas de violências e idade média da população feminina em idade reprodutiva, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão Brasil (n = 18.112)
Fonte: SIM (DATASUS)

Nota-se que grande parte das Unidade Federativas apresentam média de idade próxima ou superior à da população feminina referente, como no caso dos estados do Amapá e do Maranhão. Roraima, Rio Grande do Norte e Ceará se destacam com as médias relativamente mais inferiores. Amapá e Maranhão, por sua vez, apresentam médias até 10% superior à da população (Figura 15).

Os resultados que se seguem na Figura 16 são concernentes às violências não necessariamente letais. Sendo assim, o mapa a seguir apresenta o percentual de mulheres negras em idade reprodutiva que foram vítimas de violência em relação ao percentual de mulheres negras na população feminina à idade reprodutiva UF de residência.

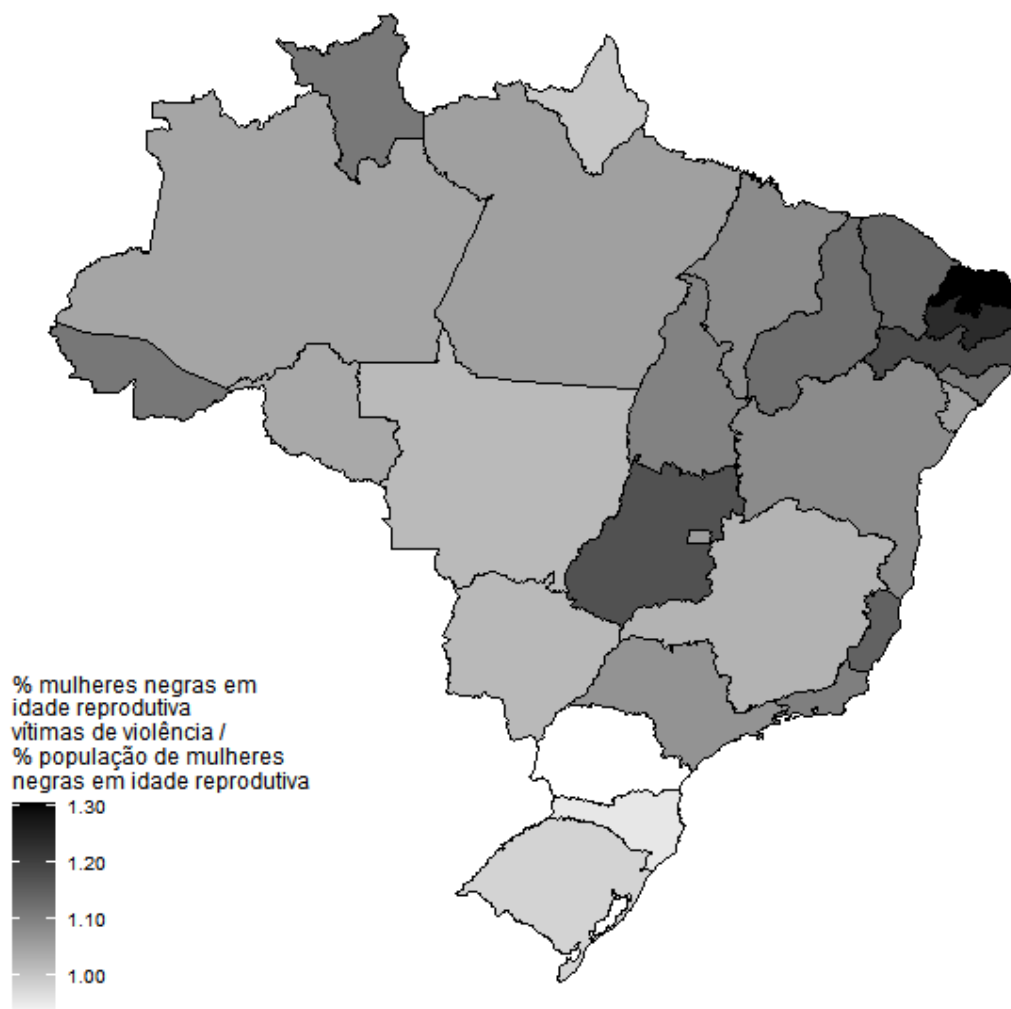


Figura 16 - Relação entre a proporção de mulheres negras em idade reprodutiva vítimas de violências e proporção da população feminina negra em idade reprodutiva, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Deste modo, tem-se que a maioria das Unidades Federativas ultrapassam a proporção populacional. Estados como o Rio Grande do Norte e a Paraíba apresentam uma proporção mais de 20% maior do a observada na população. Os estados da região Sul, no entanto, expõem o inverso, com proporções de mulheres negras vítimas de violência menores ou similares às de mulheres negras na população.

Na Figura 17, observa-se os percentuais dos casos de violência ocorreram em domicílio, em relação aos que ocorreram em via pública.

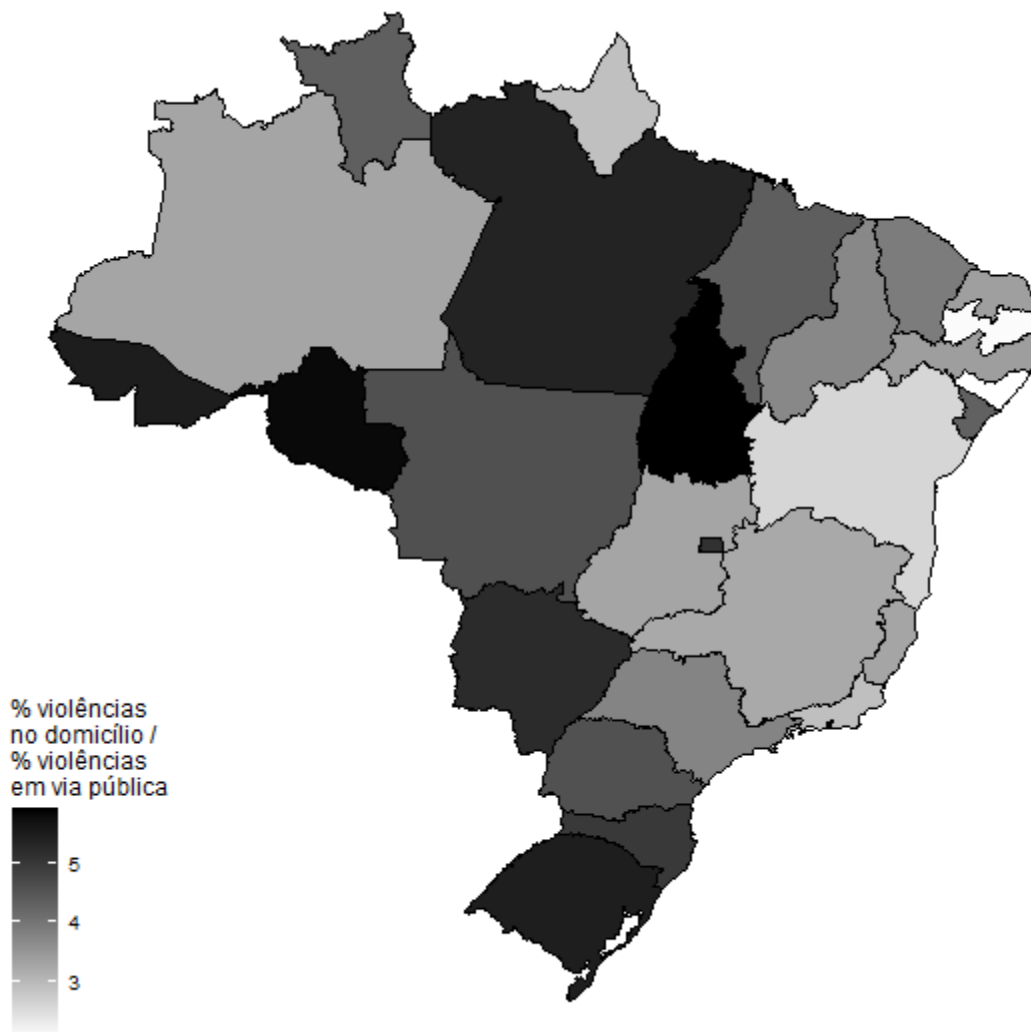


Figura 17 - Relação entre a proporção de violências ocorridas no domicílio e a proporção de violências ocorridas em via pública, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Para o Brasil como um todo, o percentual de violências notificadas que acontecem no domicílio é muito superior ao de violências em via pública. Nota-se que essa relação também é verdadeira para todas as Unidades Federativas, porém com intensidades diferentes. Estados como Paraíba e Alagoas denotam o menor quociente, entretanto, ainda assim as violências ocorridas no domicílio são o dobro daquelas ocorridas em via pública. Rondônia, Tocantins, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal apresentam uma incidência até cinco vezes maior.

A Figura 18 apresenta a idade média de mulheres em idade reprodutiva que foram vítimas de violência em relação à idade média da população feminina à idade reprodutiva UF de residência.

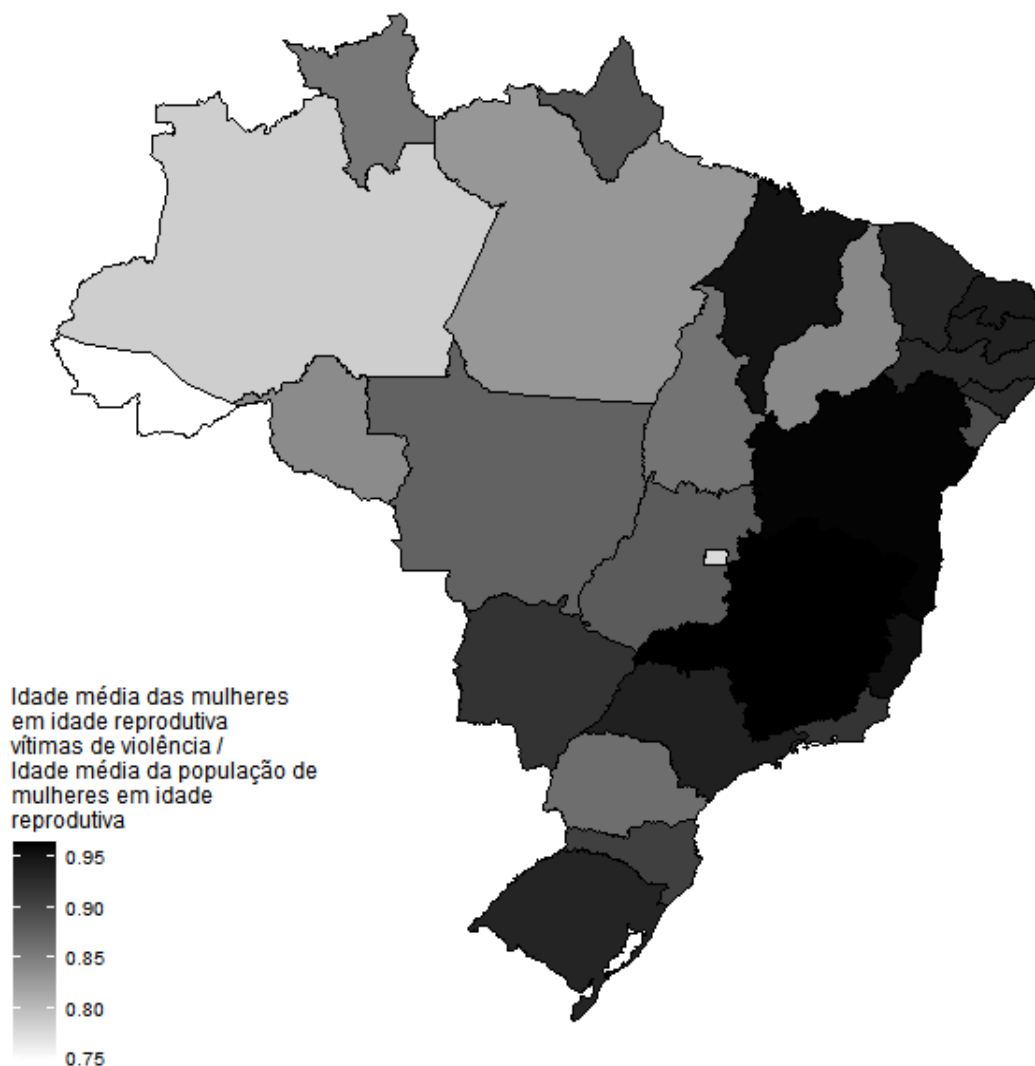


Figura 18 - Relação entre a idade média das mulheres em idade reprodutiva vítimas de violências e idade média da população feminina em idade reprodutiva, Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 636.483)

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Em todas as Unidades Federativas, a idade média das mulheres em idade reprodutiva que experienciaram alguma violência notificada é menor do que a da população de mesma idade, o que caracteriza a amostra como um grupo mais rejuvenescido do que a população com as mesmas características. O Acre e o Distrito Federal se destacam com as menores médias relativamente, seguidos pelos estados do Amazonas e Piauí. Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, por sua vez, têm a média de idade mais próxima à idade da população.

c. Perfis do evento violento

Neste tópico, são investigadas as relações das categorias abrangidas pelas variáveis analisadas, a fim de especificar associações ou similaridades entre elas. Para os casos de óbitos são abordadas as variáveis de raça, idade, local de ocorrência e meio da agressão, que tiveram a melhor completude e são fatores reiteradamente pontuados pela literatura. Para as notificações de violência, além de raça, idade, local de ocorrência e meio da agressão, estão incluídas informações acerca da relação do provável autor com a vítima, o sexo do provável autor e o tipo de violência, a fim de melhor qualificar o evento.

i) Casos de óbitos femininos à idade fértil por agressão

Primeiramente, observa-se o mapa referente às informações de mortalidade, na Figura 19. As duas dimensões principais encontradas, Dim1 e Dim2, retêm 18,7% da inércia total contida nos dados. É um percentual pequeno, em parte por causa do número extenso de casos trabalhados. Ao observar a associação entre as categorias mapeadas e os eixos dispostos (cos2), nota-se que as informações de Meio da agressão e Local de ocorrência apresentaram uma maior qualidade de representação.

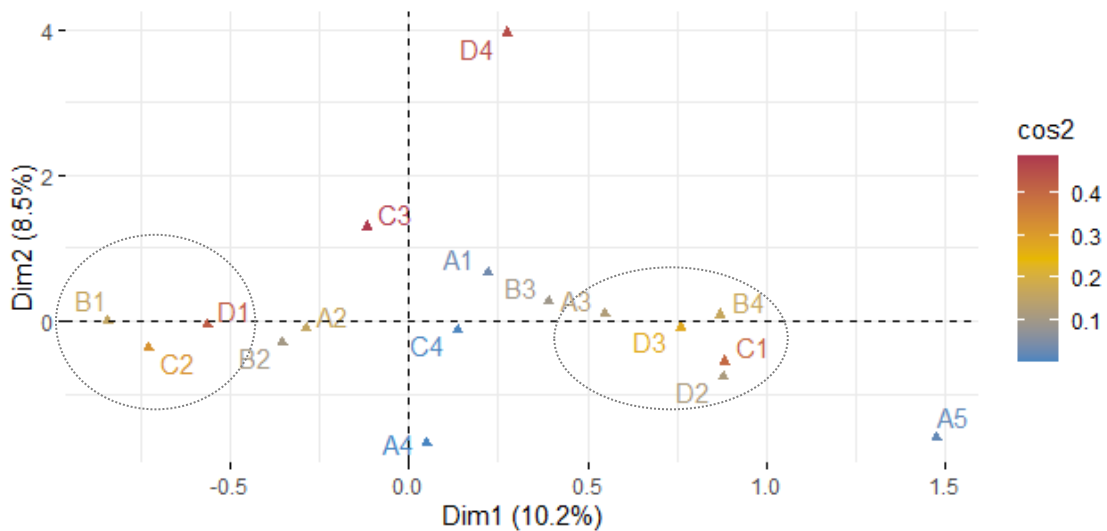


Figura 19 – Mapa de correspondência múltipla das características de perfil e evento óbito por agressão que contribuem para os eixos principais (1 e 2), SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 16.987)

A1 - Raça/cor preta	C1 - Ocorreu em domicílio
A2 - Raça/cor parda	C2 - Ocorreu em via pública
A3 - Raça/cor branca	C3 - Ocorreu em estabelecimento de saúde
A4 - Raça/cor amarela	C4 - Ocorreu em outro local que não os citados

A5 - Raça/cor indígena	
B1 - Idade entre 10 e 19 anos	D1 - A agressão se deu por meio de disparo de arma de fogo
B2 - Idade entre 20 e 29 anos	D2 - A agressão se deu por meio de força física
B3 - Idade entre 30 e 39 anos	D3 - A agressão se deu por meio de objeto cortante, penetrante ou contundente
B4 - Idade entre 40 e 49 anos	D4 - A agressão se deu por meio de outro meio que não os citados

Fonte: SIM (DATASUS)

O eixo 1, que contém a maior parte da variação dos dados, marca uma oposição importante, delimitando a faixa etária mais jovem (B1), disparo de arma de fogo como causa básica da agressão (D1), e via pública (C2), como locais de ocorrência. As categorias citadas são contrapostas pelas categorias de objeto cortante, penetrante ou contundente e domicílio (D3 e C1). Além destas, encontra-se no mesmo plano a faixa etária mais velha e raça/cor branca (B4 e A3) (Figura 19). Enfocando os quadrantes, nota-se que principalmente as categorias de local e meio de agressão apresentam maior associação compondo perfis com características em comum situados com proximidade.

Há de se notar que, apesar do eixo 1 delimitar a raça/cor parda no lado esquerdo, esta tem pouca contribuição para a inércia do eixo (ver APÊNDICE C), o que não é verdadeiro para a raça/cor branca. A proximidade da categoria de raça/cor parda e preta com o eixo 1 sugere uma relação com as demais categorias menos definida como a de raça/cor branca, em parte pela frequência elevada da categoria no banco de dados.

As categorias de maiores contribuições para a inércia do eixo 2 correspondem ao local de ocorrência domicílio (C1) e estabelecimento de saúde (C3), além de meio da agressão não citado (D4). Com a primeira categoria localizada abaixo do eixo e as duas outras acima do eixo.

ii) Casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil

Em relação aos resultados referentes às violências notificadas (Figura 20), as categorias de violência física e parceiro ou ex-parceiro da vítima apresentam a maior qualidade de representação.

O eixo 1, que contém a maior parte da inércia, subdivide as categorias de mulheres pardas, amarelas e indígenas e as categorias de mulheres pretas e brancas (A1 e A3). Além disso, a categoria de domicílio (C1), também está localizada em oposição aos demais locais de ocorrência. A categoria de faixa etária mais jovem (B1), também se distancia das demais, bem como a categoria da existência de violência sexual (G3). Ainda, o eixo 1 também demarca a categoria de (ex-)parceiro como provável autor (E2), em contraposição às categorias de familiar (E1), de conhecido e de desconhecido (E4 e E3), e a categoria sexo masculino (F1), no que se refere ao autor, em contraposição às categorias de sexo feminino (F2) e ambos os sexos (F3).

Deste modo, o eixo separa do lado esquerdo as categorias correspondentes a mulheres pretas e brancas (A1 e A3), de 20 a 49 anos (B2, B3 e B4), que sofreram violência física e psicológica no domicílio (G1 e G2), via ameaça, força física ou objeto cortante, penetrante ou contundente (D2, D3 e D4), por parte do parceiro ou ex-parceiro da vítima (E2), do sexo masculino (F1). À direita, situam-se categorias que abrangem casos em que a raça/cor da vítima era parda, entre 10 e 19 anos, em que a violência ocorreu em via pública ou escola. Adicionalmente, também se encontram as categorias de provável autor como familiar, conhecido e desconhecido da vítima, do sexo feminino ou ambos os sexos, além de localizar a categoria de violência sexual.

Em conjunto com o eixo 2, o primeiro quadrante à esquerda concentra as categorias de força física (D2), de objeto cortante, penetrante ou contundente (D3), idade da vítima entre 20 e 29 anos (B2) e não se trata de uma violência sexual, N_G3. Nota-se também que as categorias têm uma proximidade maior, o que indica uma maior relação de associação entre elas, em comparação aos demais quadrantes, em que as categorias se localizam mais esparsas. O segundo quadrante à esquerda abrange categorias que correspondem a evento ocorrido no domicílio (C1), provável autor sendo parceiro ou ex-parceiro da vítima (E2) e do sexo masculino (F1), idade da vítima entre 40 e 49 anos (B4), existência de violência psicológica (G2), ameaça (D4) e enforcamento.

Já o primeiro quadrante à direita agrupa as categorias que delimitam o local de ocorrência como escola e via pública (C4 e C2) e as categorias de provável autor como conhecido da vítima (E4) e desconhecido da vítima, E3, de ambos os sexos (F3).

Consta também a categoria que afirma não ter havido relação de (ex-)parceiro com a vítima (N_E2). Por último, destaca-se o último quadrante à direita, que inclui categorias como familiar da vítima como provável autor (E1), sem força física (N_D2), sem violência física (N_G1), idade entre 10 e 19 anos (B1) e, por fim, constatação de violência sexual (G3). Pontua-se também a categoria de Disparo de arma de fogo (D1), apesar de esta não ter tido contribuição considerável para o eixo 2 (Tabela 24).

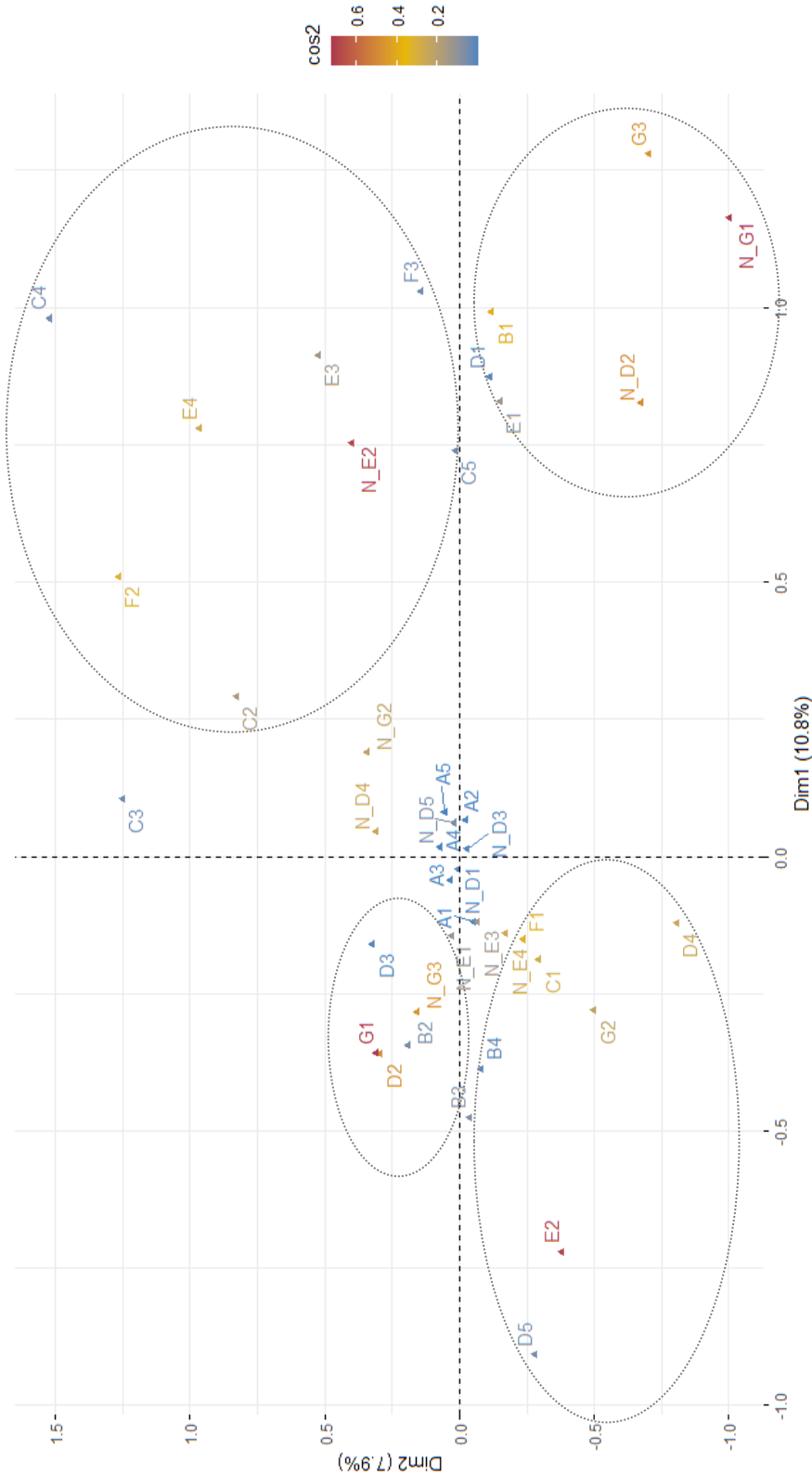


Figura 20 - Mapa de correspondência múltipla das características de perfil e evento violento que contribuem para os eixos principais (1 e 2), Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 473.147)

A1 - Raça/cor preta	E1 - O provável autor é um familiar da vítima
A2 - Raça/cor parda	N_E1 - O provável autor não é um familiar da vítima

A3 - Raça/cor branca	E2 - O provável autor é parceiro ou ex-parceiro da vítima
A4 - Raça/cor amarela	N_E2 - O provável autor não é (ex-)parceiro da vítima
A5 - Raça/cor indígena	E3 - O provável autor é um desconhecido
	N_D3 - O provável autor não é um desconhecido
B1 - Idade entre 10 e 19 anos	E4 - O provável autor é um conhecido da vítima
B2 - Idade entre 20 e 29 anos	N_D4 - O provável autor não é um conhecido da vítima
B3 - Idade entre 30 e 39 anos	
B4 - Idade entre 40 e 49 anos	
C1 - Ocorreu em domicílio	F1 - O provável autor é do sexo masculino
C2 - Ocorreu em via pública	F2 - O provável autor é do sexo feminino
C3 - Ocorreu em bar	F3 - Ambos os sexos
C4 - Ocorreu na escola	
C5 - Ocorreu em outro local que não os citados	
D1 - Disparo de arma de fogo	G1 - Trata-se de uma violência física
N_D1 - Sem disparo de arma de fogo	N_G1 - Não se trata de uma violência física
D2 - Força física	G2 - Trata-se de uma violência psicológica
N_D2 - Sem força física	N_G2 - Não se trata de uma violência psicológica
D3 - Objeto cortante, penetrante ou contundente	G3 - Trata-se de uma violência sexual
N_D3 - Sem objeto cortante, penetrante ou contundente	N_G3 - Não se trata de uma violência sexual
D4 - Ameaça	
N_D4 - Sem ameaça	
D5 - Enforcamento	
N_D5 - Sem enforcamento	

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

Em suma, a despeito da distribuição das variáveis apresentadas inicialmente no capítulo, nota-se que os resultados encontrados seguem o que é posto pela literatura (DAVID *et al.*, 2020; ENGEL, 2020; MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; RODRIGUES, ROSELENE BATISTA, 2020). São mulheres jovens, negras, solteiras e de baixa escolaridade, pelo menos entre aquelas para as quais se tem informação. As informações de mortalidade e violências interpessoais apresentam, ainda, como já foi dito, algumas dissonâncias, sendo que as violências ocorreram majoritariamente no domicílio e a maioria dos óbitos ocorreram em via pública. Além disso, observa-se, para as violências interpessoais, uma proporção de mulheres brancas superior à proporção observada para os casos de óbitos por agressão. Ainda, a população de mulheres que sofreram alguma violência não necessariamente letal é mais rejuvenescida do que as mulheres que vieram a óbito por agressão. A proporção de mulheres gestantes vítimas de violência contabilizadas pelo VIVA/Sinan para as quais

se tinha informação também é superior em comparação à proporção denotada pelo SIM.

Em específico às violências interpessoais (Figura 9), nota-se que os tipos de violência se diferem da maioria das distribuições apontadas pela literatura, sendo a maior proporção concernente à violência física, seguida pela violência psicológica e sexual (DE BARROS, ÉRIKA NEVES *et al.*, 2016; KRONBAUER; MENEGHEL, 2005; VIEIRA *et al.*, 2013). Lima, Lapaz e Biffi (2008), por sua vez, encontra a incidência de violência física como predominante, assim como o resultado encontrado. Essa divergência pode ter explicação na forma com que os dados são produzidos, uma vez que as violências são notificadas a depender do acesso da mulher a alguma unidade notificadora. Adicionalmente, os meios pelos quais as violências acontecem são em maioria força física e ameaça, perpetradas pelo próprio companheiro ou ex-companheiro.

Ainda, observa-se uma sobreposição importante das violências físicas e psicológicas. Silva e colegas (2011) afirma que os tipos de violência ocorrem muito frequentemente com sobreposições, em especial a violência física e/ou sexual, apesar disso, em todos os períodos observados, antes, durante e depois da gestação, a maior parcela sobreposta correspondeu às violências físicas e psicológicas, assim como os resultados encontrados. Vieira e colegas (2013) encontra associação positiva no que se refere à sobreposição de tipos de violência contra a mulher e a escolaridade até o ensino fundamental e a reincidência de situações de agressão.

Constatar a sobreposição, dessa forma, colabora para identificar a gravidade das situações de violência, uma vez que essa experiência da mulher pode não se resumir àquele único evento notificado. A variável de violência recorrente é crucial nesse aspecto e, como se notou, denota percentual considerável dos casos (Tabela 19). Entretanto, seu nível de preenchimento ainda é questionável atingindo quase 50% em algumas UF's (Figura 6).

Quanto ao cruzamento das variáveis de Raça/cor e Local de ocorrência, tanto para as informações de óbito quanto de violências (Figura 11), são observadas, para o resultado do teste do qui-quadrado, contribuições conferidas negativamente às categorias de raça/cor branca que tiveram o evento violento em via pública e

positivamente às categorias de raça/cor parda que tiveram o evento violento em via pública.

Engel (2020) menciona resultados parecidos para a mortalidade de mulheres por agressão. Analisando dados de 1996 a 2013, a autora denota uma diferença na distribuição do local do fato ocorrido em termos de raça/cor. Em relação às mulheres brancas, o percentual de óbitos em domicílio é maior do que em via pública, enquanto que a afirmativa para mulheres negras é inversa.

Todavia, constatadas as taxas e relações UF de residência para todos os eventos, nota-se que o estado de Roraima se destaca, uma vez que tem uma das maiores taxas de mortalidade, porém está elencado como um dos estados com as menores taxas de mortalidade de mulheres brancas e em via pública. Além disso, a idade média das mulheres que vieram a óbito por agressão é menor do que a populacional, sendo o estado que apresentou a menor relação. O Rio Grande do Norte também denota uma das maiores taxas de mortalidade e chama atenção sua alta taxa de mortalidade para mulheres negras, em contraponto à sua taxa de mortalidade de mulheres brancas situada no primeiro quartil, ao passo que desponta com algumas das maiores medidas relativas aos óbitos em domicílio e em via pública. Assim como Roraima, o estado do Rio grande do Norte também tem um perfil de mulheres vítimas de agressão letal mais rejuvenescido em relação à sua população residente.

Ainda sobre a mortalidade por agressão, destaca-se também a região Centro-Oeste, que reúne os estados com as maiores taxas de mortalidade em domicílio e de mulheres brancas. O Distrito Federal, destoa-se da região, configurando-se como a quarta menor taxa de mortalidade de mulheres em idade reprodutiva por agressão.

Quanto às violências, a região Nordeste e a região Sudeste apresentaram as menores relações domicílio/via pública e as maiores relações de média de idade. Além disso, destaca-se o estado do Acre e Rio Grande do Norte. O primeiro citado apresentou um dos maiores percentuais de violências em domicílio em relação à via pública e o segundo estado em questão apresentou uma proporção de mulheres negras vítimas de violência de, aproximadamente, 30% maior do a proporção de mulheres negras observada na população. Pontua-se, ainda, que estes tiveram umas das maiores taxas de mortalidade mensuradas.

De todo modo, ao considerar as possibilidades que a variável de local de ocorrência ostenta, a discussão é pertinente. Tais informações são marcadas pela impossibilidade de delimitar a motivação das violências letais e não-letais. Mesmo tal quesito disponível no Sinan, a variável apresenta parcelas pequenas de dados válidos o que impossibilita algumas análises. Tendo isso em vista, a variável de local é usada como *proxy* usualmente, tomando as violências em domicílio como violências contra a mulher e violências em via pública definidas pela violência urbana.

Para além do que foi pontuado, há evidências na literatura da melhoria nos índices de violência entre mulheres não-negras na última década, ao mesmo tempo em que se observa um agravamento da violência letal das mulheres negras (IPEA; FBSP, 2019). Tais achados corroboram as proposições acerca da diferenciação ao tratar de violência não apenas no que diz respeito ao gênero, entendendo que as diferenças entre homens e mulheres e sua interseção com o tema demandam análises também diferentes, mas também com relação a outros fatores que afetam desigualmente mulheres, como raça/cor.

Dessa forma, os resultados em questão levantam questões acerca da tipificação dessa violência contabilizada. Engel (2020) afirma que a violência urbana é insuficiente para explicar a escalada das taxas de homicídios de mulheres. Deste modo, a violência urbana não aparenta conseguir abarcar o fenômeno, por mais que explique parte do aumento dos óbitos por agressão principalmente de mulheres negras.

Sendo assim, mesmo com todas as limitações associadas à possível subnotificação dos casos e também aos efeitos de estrutura etária e composição ao qual estão sujeitos, investigou-se os perfis dos eventos a fim de qualificar tais violências.

Para os casos de óbitos por agressão (Figura 19), há uma proximidade clara entre as categorias de Disparo de arma de fogo, Via pública, idades mais jovens. Ao mesmo tempo, estas são opostas pelas categorias mulheres brancas, local de ocorrência como domicílio, últimas idades reprodutivas e agressão que se deu por meio de força física ou de objeto cortante, penetrante ou contundente. A Figura 19 explicita que o perfil cuja vítima é uma mulher branca já avançada no período

reprodutivo é característico de óbitos com outros meios que não arma de fogo e, principalmente, ocorridos em domicílio. O local domicílio apresenta forte relação com o meio força física. Esse achado corrobora o que a literatura aponta em contraponto às mulheres negras. Além disso, pontua características importantes acerca do perfil etário que agrupa idades mais velhas para esse perfil de evento e idades mais jovens para óbitos ocorridos em via pública e por arma de fogo.

Trata-se de resultados importantes também por causa do recorte amostral para a análise, que investiga mulheres em idade reprodutiva. O início desse período é situado no mapa das características diferentemente para casos de óbito e casos de violências interpessoais. Em relação aos óbitos, a categoria está associada aos itens de via pública e disparo de arma de fogo, ao passo que, em relação às violências interpessoais, a categoria está associada às categorias de violência sexual e familiar como provável autor (Figura 20). Pontua-se a gravidade que tal conjuntura expõe, marcando o início do período reprodutivo como um período de vulnerabilidade principalmente no que se refere às violências interpessoais, para as quais se tem mais informação.

Destaca-se também as características associadas à categoria de Domicílio, no que se refere às violências interpessoais. Foi possível constatar uma associação com a categoria de violências psicológicas e de provável autor como parceiro ou ex-parceiro da vítima. Em vários trabalhos que investigam violência doméstica, denota-se o autor como parceiro da vítima (LIMA, K., LAPAZ, P., MALUNDO, V., BIFFI, 2008; SANTIAGO *et al.*, 2008; SILVA, RANIELLE DE PAULA; LEITE, 2020). Destaca-se o trabalho de Silva e Leite (2020) que notam que a violência mais prevalente perpetrada pelo parceiro íntimo corresponde à psicológica, resultado parecido com os aqui encontrados.

As categorias que estão associadas à categoria de via pública se diferenciam entre os dados de óbitos e os dados de violência interpessoal. Enquanto estes primeiros conformam uma associação com via pública, disparo de arma de fogo e idade mais jovem, as informações de violências interpessoais conformam as categorias de provável autor sendo do sexo feminino ou ambos os sexos, conhecidos ou desconhecidos, além de via pública e escolas. Ademais, um dos resultados

referentes aos eventos de violência no VIVA/Sinan que mais se destacam diz respeito ao perfil que agrupa a faixa etária mais jovem, tendo o familiar da vítima como provável autor e, ainda, constatação de violência sexual.

Os perfis supracitados apresentam correspondências relevantes com as configurações de homicídios femininos pontuados por Portella (2019). A autora identifica uma primeira configuração de violência doméstica, com indícios de violência sexual e vítimas muito jovens. Esta apresenta quesitos similares com o último perfil mencionado, situado no último quadrante da Figura 20. Ao mesmo tempo, a autora também delimita uma configuração concernente às dinâmicas de criminalidade, de vítimas jovens, com evento ocorrido em via pública e com disparo de arma de fogo, da mesma forma que o perfil identificado na Figura 19. Por último, a autora menciona a configuração de violência contra mulher mais conhecida, que ocorre em domicílio, com arma branca e vitimiza mulheres menos jovens. Os perfis identificados na Figura 19 e na Figura 20, também conformam mulheres de faixas etárias mais avançadas, com principal local de ocorrência tido como domicílio e meios de menor letalidade, como nos casos do VIVA/Sinan que delimita ameaça como um dos meios para o referido perfil.

De toda forma, estes resultados para a mortalidade por agressão se justificam no fato de que os eventos cometidos em meio doméstico contam com objetos como armas brancas ou força física para agressão, sendo estes meios os mais próximos para agressão (IPEA; FBSP, 2021). Já em via pública o perfil encontrado é bastante similar ao de mortalidade masculina por agressão: homens jovens, que vieram a óbito por arma de fogo, em via pública (IPEA; FBSP, 2021). Quanto às violências interpessoais, o resultado denota a figura feminina como autora, o que chama atenção, uma vez que a literatura pontua o uso da violência como sendo de articulação, principalmente, relacionada à masculinidade (TÍLIO, 2014).

A categoria *parda* apresentou pouca contribuição para a inércia do eixo tanto para a análise dos dados de óbitos quanto violências interpessoais. Em parte, pode-se justificar a partir da frequência elevada da categoria que corresponde a 63% do banco de dados do SIM e 46% do banco de dados do VIVA/Sinan que contêm a informação para a variável. Além disso, pode-se discutir também o impasse de se

estabelecer associações bem definidas com um grupo de categorias delimitadas, entendendo a categoria *parda* como um marcador que provavelmente acentua a vulnerabilidade dessas mulheres a todos os tipos de violência letal, em todos os contextos (ENGEL, 2020). Tal ponto é importante para incluir a variável de maneira definitiva na discussão, pontuando sua conjugalidade com a categoria de gênero e se situando enquanto recorte analítico para compreender as distintas chances de vitimização de mulheres no Brasil contemporâneo.

Sendo assim, o fenômeno social violência é entendido como multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física, sendo suas manifestações maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder (BANDEIRA, 2014). As violências ocorridas, como exemplo, em ambiente doméstico evidenciam ainda a relação próxima que muitas mulheres mantêm com esses agressores, sendo essa uma forma comum de violência contra a mulher, como nos casos de violência intrafamiliar e doméstica (CASIQUE CASIQUE; FUREGATO, 2006). O eixo que circunscreve tal categoria pontua associação com o parceiro íntimo e com o familiar como principais agressores, além de denotar a menor faixa etária, delimitando assim um perfil específico de violência.

Em ambiente público, observa-se que há uma maior aproximação do perfil do evento ao perfil de violência letal urbana (Figura 19) ou tem associação com algozes femininos (Figura 19), se contrapondo à caracterização tipicamente masculina da violência. Para Carcedo (2010), não necessariamente tais características isentam a violência de ter motivações radicadas na subordinação feminina, uma vez que não há círculo social que se abstenha do exercício de poder sobre as mulheres, sendo a violência contra mulheres produto esperado de uma sociedade que coloca as mulheres em posição inferior aos homens.

Por fim, ao final dessa última análise, compreende-se a importância da produção de dados com boa qualidade de preenchimento, principalmente, para compor estudos acerca do tema, ou, pelo menos, com a abordagem proposta. Variáveis como a de Escolaridade, que é muito pontuada na literatura, e a de Estado gestacional, relevante para a investigação da saúde reprodutiva feminina, apresentaram altos percentuais de incompletude sendo inviável incluí-las na análise

do perfil de violências que incidem sobre o grupo de mulheres em idade fértil. Outra limitação a ser pontuada, refere-se à provável subnotificação dos casos de violência interpessoal do VIVA/Sinan, que ainda não foi investigada em nenhuma das publicações levantadas nesta pesquisa.

O presente estudo também reiterou alguns resultados muito pontuados pela literatura, principalmente no que se refere à raça/cor da vítima e local do evento violento. A partir disso, a investigação formulou os principais perfis dos eventos de violências letais e não-letais, abordagem ainda pouco explorada no âmbito da saúde no que se refere à morbimortalidade violenta de mulheres. Intenta-se com isso, contribuir para a produção de trabalhos futuros que investiguem de forma mais aprofundada a inter-relação entre as categorias, principalmente no que diz respeito às diferenciações por UF, que apresentou heterogeneidades consideráveis nas análises anteriores.

Sendo assim, reitera-se a importância deste estudo para a formulação de abordagens com o intuito da diminuição das violências às quais mulheres principalmente em idade reprodutiva estão expostas, em especial no contexto brasileiro, sejam elas motivadas por gênero ou violência estrutural, em âmbito doméstico ou em via pública.

6. CONCLUSÕES

No presente trabalho, empenhou-se um estudo de natureza descritiva acerca dos eventos de violência contra mulheres, cujo fim foi o óbito ou não. Entende-se que as violências que se incidem sobre as mulheres têm recebido mais atenção, de modo a contribuir no reconhecimento crescente destas como um problema de segurança e saúde pública, em especial de mulheres em idade reprodutiva. Apesar disso, no Brasil, ainda são escassos bancos de dados a nível nacional que possibilitem qualificar melhor essas violências, a fim de compreender motivação, reincidência e efeitos na saúde e bem-estar da vítima. Além disso, a inter-relação entre os tipos de agressão ainda é pouco explorada (DA MOTA; VASCONCELOS; DE ASSIS, 2007).

Mesmo os perfis de mortalidade, que contam com menor quantidade de categorias e informações menos específicas ao evento, denotaram diferenciações importantes entre grupos, principalmente em relação ao local e meio da agressão, delineando os eventos que ocorrem em ambiente doméstico e fora dele. As violências não necessariamente letais apresentaram perfis distintos para informações da relação com o provável autor da ação, idade da vítima e local, principalmente. Os resultados não permitem conclusões acerca da motivação tendo como fundamento o gênero ou não, sendo esta uma proposição de complexa discussão (CARCEDO, 2010), porém pontuam configurações que possibilitam ampliar o debate, principalmente no que concerne à saúde de mulheres em idade reprodutiva expostas a essas violências.

Ainda, a investigação destacou aspectos importantes acerca da completude de alguns quesitos imprescindíveis para o tema, principalmente no que concerne às Unidades Federativas, que apresentaram grandes variabilidades. Entende-se, deste modo, a importância da qualidade do dado em todos os aspectos, seja completude, abrangência, validade ou consistência, uma vez que este fundamenta as evidências, os debates e conclusões acerca do tema.

Destaca-se, dessa forma, o VIVA/Sinan que conta com variáveis relevantes para a investigação do caso de violência notificado, porém com parcelas consideráveis de preenchimento incompleto em grande parte dos quesitos estudados e possível enorme subnotificação dos casos. Mesmo assim, as informações abordadas possibilitaram identificar alguns dos perfis de violência com delimitações

importantes, o que pode contribuir na criação de hipóteses acerca dos tipos de violências que as mulheres estão suscetíveis e ensejar indícios acerca das motivações para o ato violento. A análise dos eventos sob essa perspectiva, deste modo, buscou preencher tal lacuna, ou, ainda, identificar alguns empecilhos que impedem a aplicação de informações imprescindíveis para um empreendimento investigativo com este intuito, como o preenchimento falho de alguns quesitos.

A fim de ampliar o debate, uma possibilidade, ainda pouco explorada, refere-se ao *linkage* dos casos de óbitos e de violências, que não foi possível neste trabalho. Esta permitiria analisar os tipos de eventos violentos sugeridos na presente análise segundo sua letalidade. Tal abordagem concederia ainda mais lastro para atuações voltadas à prevenção destas violências e, principalmente, de sua expressão máxima figurada como morte por agressão.

Deste modo, entende-se que os bancos de dados concernentes à saúde objetivam o registro de eventos como o óbito de mulheres por agressão enquanto evento vital relevante para a saúde pública. Apesar disso, informações que melhor delimitem o evento são de grande importância para o monitoramento das violências às quais são submetidas mulheres no país, o que pode subsidiar avaliação de ações e políticas de prevenção de tais violências.

REFERÊNCIAS

ABATH, Marcella de Brito *et al.* Avaliação da completude, da consistência e da duplicidade de registros de violências do Sinan em Recife, Pernambuco, 2009-2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 23, n. 1, p. 131–142, 2014.

ALCAÑIZ, Mercedes; CAICEDO, Claudia; MOURA, Tatiana. *La violencia contra las mujeres en América Latina: los casos de México, Brasil y Colombia. II Congreso Nacional Universidad y cooperación al desarrollo*. La Paz: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://eventosacademicos.filo.uba.ar/index.php/JNHM/XIII-VIII-2017/paper/view/3069>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ALVES BARBOSA DE OLIVEIRA, Caio *et al.* Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia - Brasil. *Revista Cuidarte*, v. 10, n. 1, 2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449–469, 2014.

BARBOSA DA SILVA JR, Jarbas *et al.* Vigilância de violência doméstica, sexual e/ou outras violências: Viva/Sinan – Brasil, 2011. *Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde*, v. 44, p. 1–12, 2013.

BARKER, Gary. Male violence or patriarchal violence? Global Trends in Men and Violence. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 22, p. 316–330, 2016.

BARRETO, Christianne Sheilla Leal Almeida. *Violência contra a criança no estado da Bahia*. 2015. Instituto de Ciências da Saúde, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19669>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BARROS, Sheyla Carvalho De *et al.* Spatial analysis of female intentional homicides. *Revista da Escola de Enfermagem*, v. 55, p. 1–9, 2021.

BARUFALDI, Laura Augusta *et al.* Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2929–2938, 2017.

BORGES, Doriam *et al.* Mortes Violentas No Brasil: Uma Análise do Fluxo de

Informações. *Homicídios no Brasil: Registro e Fluxo de Informacoes*, p. 333–412, 2012.

BUVINIC, Mayra; MORRISON, Adrew. *How is violence measured? Violence Against Women*. [S.l.: s.n.], 1999. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/english/document/How-is-Violence-Measured.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CARCEDO, Ana. *No olvidamos ni aceptamos: femicidio en centroamérica 2000-2006*. San José Costa Rica: CEFEMINA Centro Feminista de Información y Acción, 2010. v. I.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*, 2003. Disponível em: <<https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021.

CASIQUE CASIQUE, Leticia; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 6, p. 950–956, nov. 2006.

CECÍLIA, Maria; MINAYO, Souza. *Violência e saúde*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

CERQUEIRA, Daniel. *Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil. Texto para Discussão*. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1848.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Conjuntos de dados - OPENDATASUS. Disponível em: <<https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/sim-1979-2019>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CORTIZO, María del Carmen; GOYENECHÉ, Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Revista Katálisis*, v. 13, n. 1, p. 102–109, jun. 2010.

DA MOTA, Jurema Corrêa; VASCONCELOS, Ana Gloria Godoi; DE ASSIS,

Simone Gonçalves. Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 3, p. 799–809, 2007.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. suppl, p. 1163–1178, 2006.

DAVID, Luana Muzzi Vaz *et al.* Perfil dos óbitos femininos por homicídios no município de Goiânia. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, p. e20180985, 2020.

DE ALMEIDA, Wanessa da Silva; SZWARCOWALD, Célia Landmann. Adequação das informações de mortalidade e correção dos óbitos informados a partir da Pesquisa de Busca Ativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 10, p. 3193–3203, 1 out. 2017.

DE BARROS, Érika Neves *et al.* Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 2, p. 591–598, 1 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/csc/a/gzqMTsndckQfDJTpJpgRtHc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

DE MOURA, Erylly Catarina *et al.* Gender inequalities in external cause mortality in Brazil, 2010. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 20, n. 3, p. 9–18, 2015.

DE SOUZA, Tiago Oliveira; DE SOUZA, Edinilsa Ramos; PINTO, Liana Wernersbach. Análise da qualidade da informação sobre mortalidade por homicídio a partir dos óbitos com intenção indeterminada. Bahia, Brasil, 2002-2013. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, 2019.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 165–185, 2008.

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago. Quanto se ganha, em anos de vida, na ausência da mortalidade por causas externas e homicídios? Uma análise de 5 regiões metropolitanas do Brasil. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, p. 150–154, 2007.

Divulgação mensal | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DOS SANTOS, Taciana Mirella Batista *et al.* Completitude das notificações de violência perpetrada contra adolescentes em Pernambuco, Brasil. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 21, n. 12, p. 3907–3916, 2016.

ENGEL, Cíntia Liara. *A Violência contra a mulher*. . [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10313>>. Acesso em: 25 out. 2021.

FBSP. *Estudo das classificações estatísticas e tipificações penais de mortes violentas nos compêndios internacionais e iniciativas federais. Projeto: Pesquisa e Análise de Dados Vinculados ao campo da Segurança Pública e Sistema Penitenciário*. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Estudo_classificacoes_estatisticas_tipificacoes_penais_2016.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

GARCIA, Leila Posenato *et al.* Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. *Rev Panam Salud Publica*, v. 3737, n. 4545, p. 251–7, 2015.

GARCIA, Leila Posenato; SILVA, Gabriela Drummond Marques Da. Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013). *Texto para Discussão / IPEA*, p. 35, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2179_sumex.pdf%0Ahttp://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6260/1/td_2179.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

GARCIA, Marilúcia Vieira *et al.* Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 11, p. 2551–2563, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/csp/a/vVddcQ8YFzw3Gp3S5JYZ735F/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

GIRIANELLI, Vania Reis *et al.* Qualidade das notificações de violências interpessoal e autoprovocada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2009-2016. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 26, n. 3, p. 318–326, 2018.

GOLDSCHIEDER, Frances; BERNHARDT, Eva; LAPPEGÅRD, Trude. The Gender Revolution: A Framework for Understanding Changing Family and Demographic Behavior. *Population and Development Review*, v. 41, n. 2, p. 207–239, 1 jun. 2015.

IMBUSCH, Peter; MISSE, Michel; CARRIÓN, Fernando. Violence Research in Latin America and the Caribbean: A Literature Review. *International Journal of Conflict and Violence (IJCV)*, v. 5, n. 1, p. 87–154, 2011.

IPEA; FBSP. *Atlas da violência 2019*. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Org.)/Ipea. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

IPEA; FBSP. Atlas da violência 2021. Ipea, 2021.

JESUS, Tânia De; MOTA, Eduardo. Fatores associados à subnotificação de causas violentas de óbito. *Cad. Saúde Colet.*, v. 18, n. 3, p. 361–370, 2010.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 5, p. 695–701, 2005.

KRUG, Etienne G. *et al.* World report on violence and health. *Biomédica : revista del Instituto Nacional de Salud*, v. 22 Suppl 2, p. 327–336, 2002.

LAGUARDIA, Josué *et al.* Sistema de informação de agravos de notificação em saúde (Sinan): desafios no desenvolvimento de um sistema de informação em saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 13, n. 3, p. 135–146, 2004.

LEITE, Franciele Marabotti Costa *et al.* Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2971–2978, 2017.

LEITES, Gabriela Tomedi; MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Noemi. Homicídios femininos no Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 17, n. 3, p. 642–653, 2014.

LIMA, K., LAPAZ, P., MALUNDO, V., BIFFI, R. O perfil de mulheres vitimizadas e seus agressores. *revista enfermagem UERJ*, v. 16, n. 3, p. 307–312, 2008.

LUCAS D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires *et al.* Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, n. 2, p. 299–311, abr. 2009.

LUCAS, Miriã de Sousa; CUNHA, Marina Silva Da; BONDEZAN, Kézia de Lucas. Determinantes socioeconômicos da criminalidade no estado do Paraná: uma análise espacial. *Revista de Economia*, v. 41, n. 75, 30 jun. 2020.

MACHADO, Weverthon; COSTA RIBEIRO, Carlos. The association between spouses' earnings and trends in income inequality in Brazil (1993–2015). *Advances in Life Course Research*, v. 49, 1 set. 2021.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 159–185, 30 abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/18356>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: Homicídios femininos no Brasil. *Revista de Saude Publica*, v. 45, n. 3, p. 564–574, 2011.

MESSIAS, Kelly Leite Maia *et al.* The quality of certification of deaths due to external causes in the city of Fortaleza in the State of Ceará, Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 4, p. 1255–1267, 1 abr. 2016.

MICHAUD, Yves A. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Seis características das mortes violentas no Brasil. *Rev. bras. estud. popul*, v. 26, n. 1, p. 135–140, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Qualidade dos dados de notificação de violência interpessoal e autoprovocada, Brasil. v. 23, n. 3, 2019. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Qualidade-dos-dados-de-notificação-de-violência-interpessoal-e-autoprovocada-Brasil---2016-Relatório-de-Qualidade.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MIURA, Paula Orchiucci *et al.* Violência doméstica ou violência intrafamiliar: Análise dos termos. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. 1–13, 13 dez. 2018.

MOLINATTI, Florencia; ACOSTA, Laura Débora. Tendencias de la mortalidad por agresiones en mujeres de países seleccionados de América Latina, 2001-2011. *Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health*, v. 37, n. 4–5, p. 279–286, 2015.

MONTEIRO, Mario Francisco Giani; ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira; DREZETT, Jefferson. Is there race/color differential on femicide in Brazil? The inequality of mortality rates for violent causes among white and black women. *Journal of Human Growth and Development*, v. 31, n. 2, p. 358–366, 2021.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. *Temporalis*, v. 14, n. 28, p. 39–56, 2014.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira Da. *Violência homicida no Nordeste brasileiro: Dinâmica dos números e possibilidades causais 1. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. [S.l.: s.n.], 20 dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14563>>. Acesso em: 25 out. 2021.

NOGUEIRA, Lauriana Urquiza. Caracterização da violência notificada contra mulheres idosas, de 2008 a 2014, em Santa Catarina - Brasil. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205388>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro De. *Sistemas de Estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios*. IBGE, Coord. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018.

PENHA, Leonardo Tesser. Masculinidade e violência: o ethos guerreiro por uma perspectiva mitológica. *Cadernos de Iniciação Científica*, n. 13, 2016.

PORTELLA, Ana Paula. *Como morre uma mulher?* [S.l.]: Editora UFPE, 2019.

PRADO, Mariele Vilela Bernades. Métodos De Análise De Correspondência Múltipla : Estudo De Caso Aplicado À Avaliação Da Qualidade Do Café. p. 80, 2012.

QUEIROZ, Bernardo L. *et al.* Temporal and spatial trends of adult mortality in small areas of Brazil, 1980–2010. *Genus*, v. 76, n. 1, p. 1–22, 2020.

REIS, Ilka Afonso; REIS, Edna Afonso. *Associação entre Variáveis Qualitativas*. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/qui_bio.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RODRIGUES, Driéli Pacheco *et al.* Violência do parceiro íntimo contra a gestante: estudo sobre as repercussões nos resultados obstétricos e neonatais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 48, n. 2, p. 206–212, 2014.

RODRIGUES, Roselene Batista. *Violência Contra Mulheres: Homicídios no município de Belém*. 2020. 72 f. 2020. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4625>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ROICHMAN, Carlos Barreto Campello. Faca, peixeira, canivete: uma análise da lei do feminicídio no Brasil. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 2, p. 357–365, 2020.

RYLKO-BAUER, Barbara; FARMER, Paul. Structural Violence, Poverty, and Social Suffering. v. 1, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115–136, 2001.

SANTIAGO, Silvia M *et al.* Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 5, p. 877–885, out. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/rsp/a/QvwTF5QSg4JGJmwL9T8rZbL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SILVA, José Remon Tavares Da. Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. *18º REDOR*.

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE, p. 2802–2817, 2014.

SILVA, Lídia Ester Lopes Da; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha De. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 25, n. 2, p. 331–342, 2016.

SILVA, Maria Arleide Da *et al.* Mulheres vítimas de homicídio em Recife, Pernambuco, Brasil, 2009/2010: um estudo descritivo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 2, p. 391–396, 2013.

SILVA, Elisabete Pereira *et al.* Frequência e padrão da violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez. *Revista de Saúde Pública*, v. 45, n. 6, p. 1044–1053, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/rj/rsp/a/LFwbHftVGXZX5yVfyDDmWXJ/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SILVA JÚNIOR, Walter Pedro *et al.* Evaluation of the death records quality in Brazil: Sociodemographic determinants of incomplete education information. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 15, n. 29, p. 211–233, 2021.

SILVA, Ranielle de Paula; LEITE, Franciéle Marabotti Costa. Violências por parceiro íntimo na gestação: prevalências e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, n. 97, p. 1–11, 2020.

SOARES FILHO, A. M. *et al.* Mortality surveillance in Brazil: factors associated with certification of unspecified external cause of death - Artigos - Revista Ciência & Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2021. Disponível em: <<https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/mortality-surveillance-in-brazil-factors-associated-with-certification-of-unspecified-external-cause-of-death/18081?id=18081>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

SOARES FILHO, Aduino Martins; BERMUDEZ, Ximena Pamela; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Frequência e fatores associados ao registro inespecífico de óbitos por causas externas no Brasil: estudo transversal, 2017. *Epidemiologia e serviços de saude : revista do Sistema Unico de Saude do Brasil*, v. 30, n. 2, 2021.

SOARES FILHO, Aduino Martins; CORTEZ-ESCALANTE, Juan José;

FRANÇA, Elisabeth. Revisão dos métodos de correção de óbitos e dimensões de qualidade da causa básica por acidentes e violências no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 12, p. 3803–3818, 2016.

SOLYSZKO GOMES, Izabel. Femicídio y feminicidio: Avances para nombrar la expresión letal de la violencia de género contra las mujeres. *Revista de investigación y divulgación sobre los estudios de género*, v. 1, n. 1, p. 23–41, 2018.

SOUSA, Cyntia Meneses de Sá *et al.* Incompletude do preenchimento das notificações compulsórias de violência - Brasil, 2011-2014. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 28, n. 4, p. 477–487, 2020.

SOUZA, Ana Mayara Gomes De. *Avaliação da mortalidade de mulheres em idade fértil vítimas de violência*. 2019. 102 f. 2019. Disponível em: <www.posgraduacao.ufrn.br/ppgscol>.

SOUZA, Edinilsa Ramos De *et al.* Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2949–2962, 2017.

SOUZA, Edinilsa Ramos De *et al.* Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: Expressão dos diferenciais de gênero. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 17, n. 12, p. 3243–3248, 2012.

TAVARES, Paula; WODON, Quentin. *Ending violence against women and girls: Global and regional trends in women's legal protection against domestic violence and sexual harassment*. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/140781519943384134/EndingViolenceAgainstWomenandGirlsGBVLawsFeb2018.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2021.

TÍLIO, Rafael De. Teorias de gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Gênero*, v. 14, n. 2, p. 125–148, 2014.

UN WOMEN. *Turning Promises into Action: Gender Equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <www.unwomen.org/en/digital-library/sdg-report>. Acesso em: 15 jul. 2022.

VASCONCELOS, Marilena Silva; HOLANDA, Viviane Rolim; ALBUQUERQUE, Thaíse Torres. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. *Cogitare Enfermagem*, v. 21, n. 1, 31 mar. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/41960>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre De Souza *et al.* Fatores associados à sobreposição de tipos de violência contra a mulher notificada em serviços sentinela. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 21, n. 4, p. 8, 2013.

Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA). Disponível em: <<http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/eventos/2019/VIForum/mesa22-vigilancia-violencia-acidentes.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

VIVA/SINAN - *Vigilância Contínua*. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svs/inqueritos-de-saude/viva-sinan-vigilancia-continua>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. Masculinities in the continuum of violence in Latin America. *Feminist Theory*, v. 17, n. 2, p. 229–237, 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011 : os jovens no Brasil*. . São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012. FLACSO Brasil*. [S.l: s.n.], 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil*. Brasília: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

WALBY, Sylvia *et al.* *The concept and measurement of violence against women and men*. [S.l: s.n.], 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report 2021*. . Geneva: [s.n.], 2021. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global->>. Acesso em: 19 abr.

2022.

APÊNDICE A

CID	Categoria CID-10
X85	Agressão por meio de drogas, medicamentos e substâncias biológicas
X86	Agressão por meio de substâncias corrosivas
X87	Agressão por pesticidas
X88	Agressão por meio de gases e vapores
X89	Agressão por meio de outros produtos químicos e substâncias nocivas especificados
X90	Agressão por meio de produtos químicos e substâncias nocivas não especificados
X91	Agressão por meio de enforcamento, estrangulamento e sufocação
X92	Agressão por meio de afogamento e submersão
X93	Agressão por meio de disparo de arma de fogo de mão
X94	Agressão por meio de disparo de espingarda, carabina ou arma de fogo de maior calibre
X95	Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada
X96	Agressão por meio de material explosivo
X97	Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas
X98	Agressão por meio de vapor de água, gases ou objetos quentes
X99	Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante
Y00	Agressão por meio de um objeto contundente
Y01	Agressão por meio de projeção de um lugar elevado
Y02	Agressão por meio de projeção ou colocação da vítima diante de um objeto em movimento
Y03	Agressão por meio de impacto de um veículo a motor
Y04	Agressão por meio de força corporal
Y05	Agressão sexual por meio de força física
Y06	Negligência e abandono
Y07	Outras síndromes de maus tratos
Y08	Agressão por outros meios especificados
Y09	Agressão por meios não especificados

Quadro 4 - CID-10 correspondentes à causa básica de morte Agressão

Fonte: “Conjuntos de dados - OPENDATASUS” (2020)

APÊNDICE B

Tabela 21 - Taxas de mortalidade padronizadas por idade e por raça, SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 18.112)

UF	Total	Preta	Parda	Branca	Amarela	Indígena
AC	43,03	26,40	44,13	44,65	34,62	128,27
AL	24,28	1,98	46,48	3,15	8,03	0,00
AM	31,38	24,61	42,72	19,83	0,00	39,76
AP	20,93	5,20	30,75	13,00	0,00	0,00
BA	33,22	20,63	48,38	18,17	11,94	54,58
CE	33,12	8,16	53,65	14,51	11,78	16,14
DF	21,39	17,42	27,98	14,81	5,56	0,00
ES	35,15	28,90	52,85	15,86	0,00	80,00
GO	41,08	40,94	49,98	28,62	218,05	0,00
MA	23,05	32,88	25,66	17,36	14,98	145,43
MG	22,01	24,97	26,30	16,24	36,96	16,60
MS	30,21	27,92	33,70	21,85	10,16	829,69
MT	35,95	27,15	44,26	27,35	102,29	0,00
PA	35,43	30,82	52,21	17,37	3,34	0,00
PB	24,97	5,41	39,77	12,06	0,00	0,00
PE	31,69	15,05	45,93	18,73	19,97	0,00
PI	18,52	29,44	20,71	13,36	59,15	0,00
PR	24,13	26,26	17,75	30,46	2,15	181,92
RJ	26,54	29,09	30,28	21,99	8,36	12,56
RN	37,70	17,19	61,31	14,50	0,00	68,27
RO	38,98	37,58	37,27	42,01	0,00	0,00
RR	37,24	17,92	59,80	12,21	170,45	157,91
RS	32,22	55,08	29,56	31,10	0,00	43,75
SC	23,65	32,91	26,94	18,40	0,00	0,00
SE	29,20	14,77	38,84	21,38	0,00	0,00
SP	12,84	13,69	12,60	13,10	4,17	5,94
TO	29,64	36,26	36,14	20,94	20,30	12,91

Fonte: SIM (DATASUS)

APÊNDICE C

Tabela 22 – Contribuições (%) das categorias para a inércia dos eixos (Ctr), SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 16.987)

Categorias	Dim 1	Dim 2	Dim 3	Dim 4	Dim 5
A1	0,26	2,89	3,30	7,25	11,01
A2	3,94	0,64	0,83	2,26	0,01
A3	6,55	0,29	0,00	15,75	0,74
A4	0,00	0,41	0,25	2,10	32,75
A5	0,83	1,18	14,21	5,59	15,32
B1	9,87	0,00	10,56	5,49	5,26
B2	3,15	2,61	0,86	0,69	17,04
B3	3,45	2,05	0,01	16,43	8,28
B4	10,26	0,12	3,76	15,83	0,16
C1	15,88	7,48	4,60	0,50	0,27
C2	13,01	3,86	2,47	0,01	0,10
C3	0,23	34,00	0,89	0,06	0,22
C4	0,25	0,24	33,79	1,55	0,29
D1	13,63	0,08	0,80	1,61	0,11
D2	4,59	4,28	20,47	10,81	0,23
D3	13,94	0,21	1,92	13,05	0,03
D4	0,16	39,65	1,29	1,02	8,19

Fonte: SIM (DATASUS)

Tabela 23 - Contribuições dos eixos para a inércia das categorias (cos2), SIM, 2015 a 2019, óbitos femininos à idade fértil por agressão, Brasil (n = 16.987)

Categorias	Dim 1	Dim 2	Dim 3	Dim 4	Dim 5
A1	0,00	0,03	0,04	0,08	0,12
A2	0,14	0,02	0,02	0,06	0,00
A3	0,12	0,00	0,00	0,23	0,01
A4	0,00	0,00	0,00	0,02	0,33
A5	0,01	0,01	0,16	0,06	0,16
B1	0,16	0,00	0,14	0,07	0,07
B2	0,06	0,04	0,01	0,01	0,26
B3	0,07	0,03	0,00	0,24	0,12
B4	0,17	0,00	0,05	0,20	0,00
C1	0,29	0,11	0,07	0,01	0,00
C2	0,26	0,06	0,04	0,00	0,00
C3	0,00	0,48	0,01	0,00	0,00
C4	0,00	0,00	0,45	0,02	0,00
D1	0,42	0,00	0,02	0,04	0,00
D2	0,07	0,05	0,24	0,12	0,00
D3	0,27	0,00	0,03	0,20	0,00
D4	0,00	0,45	0,01	0,01	0,09

Fonte: SIM (DATASUS)

Tabela 24 - Contribuições (%) das categorias para a inércia dos eixos (Ctr), Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 473.147)

Categorias	Dim 1	Dim 2	Dim 3	Dim 4	Dim 5
-------------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

A1	0,05	0,01	0,11	0,05	0,03
A2	0,07	0,01	0,23	0,30	1,53
A3	0,03	0,02	0,38	0,28	1,64
A4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A5	0,00	0,00	0,04	0,23	0,71
B1	10,50	0,21	2,08	0,20	0,27
B2	1,32	0,54	1,48	0,22	0,08
B3	2,18	0,02	0,17	0,18	0,16
B4	0,83	0,05	0,08	0,53	0,72
C1	0,90	3,12	3,91	0,71	0,08
C2	0,56	6,14	9,29	0,00	2,35
C3	0,01	2,23	0,55	0,02	0,01
C4	0,57	1,87	0,69	6,52	4,85
C5	1,64	0,00	1,50	1,39	0,15
D1	0,72	0,02	11,79	0,52	6,15
D2	3,32	3,03	0,01	0,00	0,18
D3	0,08	0,43	0,80	0,30	0,01
D4	0,15	9,12	2,35	17,39	2,15
D5	1,95	0,26	0,55	3,24	2,25
E1	3,76	0,18	18,05	0,53	18,34
E2	9,84	3,78	0,01	1,19	1,89
E3	3,54	1,59	22,83	1,94	8,26
E4	3,42	7,12	0,04	13,08	12,69
F1	0,68	2,33	1,42	1,60	0,88
F2	1,42	11,92	1,94	9,24	0,02
F3	1,76	0,05	6,45	0,02	14,16
G1	3,62	3,69	0,00	0,00	0,44
G2	1,17	5,17	0,27	16,80	2,57
G3	10,98	4,54	4,42	0,93	3,45
N_D1	0,02	0,00	0,31	0,01	0,16
N_D2	7,67	6,99	0,02	0,01	0,41
N_D3	0,01	0,04	0,07	0,03	0,00
N_D4	0,06	3,49	0,90	6,65	0,82
N_D5	0,13	0,02	0,04	0,22	0,15
N_E1	0,65	0,03	3,12	0,09	3,17
N_E2	10,30	3,96	0,01	1,25	1,98
N_E3	0,46	0,20	2,94	0,25	1,06
N_E4	0,61	1,27	0,01	2,34	2,27
N_G1	11,80	12,02	0,01	0,00	1,42
N_G2	0,80	3,53	0,19	11,49	1,76
N_G3	2,42	1,00	0,97	0,20	0,76

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)


Tabela 25 - Contribuições dos eixos para a inércia das categorias (cos2), Sinan, 2015 a 2019, casos notificados de violência contra mulheres em idade fértil, Brasil (n = 473.147)

Categorias	Dim 1	Dim 2	Dim 3	Dim 4	Dim 5
A1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A2	0,00	0,00	0,01	0,01	0,03
A3	0,00	0,00	0,01	0,01	0,04
A4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
B1	0,40	0,01	0,05	0,00	0,00

B2	0,05	0,02	0,04	0,00	0,00
B3	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00
B4	0,03	0,00	0,00	0,01	0,01
C1	0,08	0,20	0,21	0,03	0,00
C2	0,02	0,15	0,19	0,00	0,03
C3	0,00	0,05	0,01	0,00	0,00
C4	0,02	0,04	0,01	0,09	0,06
C5	0,05	0,00	0,03	0,02	0,00
D1	0,02	0,00	0,20	0,01	0,08
D2	0,30	0,20	0,00	0,00	0,01
D3	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
D4	0,01	0,25	0,05	0,32	0,04
D5	0,06	0,01	0,01	0,05	0,03
E1	0,12	0,00	0,35	0,01	0,26
E2	0,54	0,15	0,00	0,03	0,05
E3	0,11	0,04	0,43	0,03	0,11
E4	0,11	0,17	0,00	0,20	0,18
F1	0,09	0,24	0,12	0,11	0,06
F2	0,05	0,28	0,04	0,14	0,00
F3	0,05	0,00	0,11	0,00	0,18
G1	0,42	0,31	0,00	0,00	0,02
G2	0,05	0,17	0,01	0,38	0,05
G3	0,36	0,11	0,09	0,01	0,05
N_D1	0,02	0,00	0,20	0,01	0,08
N_D2	0,30	0,20	0,00	0,00	0,01
N_D3	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
N_D4	0,01	0,25	0,05	0,32	0,04
N_D5	0,06	0,01	0,01	0,05	0,03
N_E1	0,12	0,00	0,35	0,01	0,26
N_E2	0,54	0,15	0,00	0,03	0,05
N_E3	0,11	0,04	0,43	0,03	0,11
N_E4	0,11	0,17	0,00	0,20	0,18
N_G1	0,42	0,31	0,00	0,00	0,02
N_G2	0,05	0,17	0,01	0,38	0,05
N_G3	0,36	0,11	0,09	0,01	0,05

Fonte: VIVA/Sinan (DATASUS)

ANEXO A – Declaração de Óbito (DO)



República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde

DO Epidemiológica

I	Identificação	1) Tipo de óbito 1 <input type="checkbox"/> Fetal 2 <input type="checkbox"/> Não Fetal	2) Data do óbito Hora	3) Cartão SUS	4) Naturalidade Município / UF (se estrangeiro informar País)
	5) Nome do Falecido		6) Nome do Pai		7) Nome da Mãe
II	Residência	8) Data de nascimento	9) Idade Anos completos Meses Dias Horas Minutos Ignorado	10) Sexo M - Masc. F - Fem. I - Ignorado	11) Raça/Cor 1 <input type="checkbox"/> Branca 2 <input type="checkbox"/> Preta 3 <input type="checkbox"/> Amarela 4 <input type="checkbox"/> Parda 5 <input type="checkbox"/> Indígena
		12) Situação conjugal 1 <input type="checkbox"/> Solteiro 2 <input type="checkbox"/> Casado 3 <input type="checkbox"/> Viúvo 4 <input type="checkbox"/> Separado judicialmente 5 <input type="checkbox"/> União estável 6 <input type="checkbox"/> Ignorada		13) Escolaridade (última série concluída) Nível 0 <input type="checkbox"/> Sem escolaridade 1 <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) 4 <input type="checkbox"/> Superior incompleto 5 <input type="checkbox"/> Superior completo 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	
III	Ocorrência	14) Ocupação habitual (Informar anterior, se aposentado / desempregado)		15) Legradouro (rua, praça, avenida, etc)	
		16) Bairro/Distrito		17) Município de residência	18) CEP
IV	Fetal ou menor que 1 ano	20) Local de ocorrência do óbito 1 <input type="checkbox"/> Hospital 2 <input type="checkbox"/> Outros estab. saúde 3 <input type="checkbox"/> Domicílio 4 <input type="checkbox"/> Via pública 5 <input type="checkbox"/> Outros 6 <input type="checkbox"/> Indígena 9 <input type="checkbox"/> Ignorado		21) Estabelecimento Código CNES	
		22) Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc)		23) CEP	24) Bairro/Distrito
V	Condições e causas do óbito	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE			
		26) Idade (anos)	27) Escolaridade (última série concluída) Nível 0 <input type="checkbox"/> Sem escolaridade 1 <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) 4 <input type="checkbox"/> Superior incompleto 5 <input type="checkbox"/> Superior completo 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	28) Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)	
VI	Médico	29) Número de filhos vivos	30) Nº de semanas de gestação	31) Tipo de gravidez 1 <input type="checkbox"/> Única 2 <input type="checkbox"/> Dupla 3 <input type="checkbox"/> Tripla e mais 9 <input type="checkbox"/> Ignorada	32) Tipo de parto 1 <input type="checkbox"/> Vaginal 2 <input type="checkbox"/> Cesáreo 9 <input type="checkbox"/> Ignorado
		33) Morte em relação ao parto 1 <input type="checkbox"/> Antes 2 <input type="checkbox"/> Durante 3 <input type="checkbox"/> Depois 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	34) Peso ao nascer	35) Número da Declaração de Nascido Vivo	36) ASSISTÊNCIA MÉDICA 37) Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 9 <input type="checkbox"/> Ignorado
VII	Causas externas	38) ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL 39) A morte ocorreu 1 <input type="checkbox"/> Na gravidez 2 <input type="checkbox"/> No parto 3 <input type="checkbox"/> No abortamento 4 <input type="checkbox"/> Até 42 dias após o término da gestação 5 <input type="checkbox"/> Não ocorreu nestes períodos		39) ASSISTÊNCIA MÉDICA 37) Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	
		40) CAUSAS DA MORTE PARTI I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte. a) Devido ou como consequência de: b) Devido ou como consequência de: c) Devido ou como consequência de: d) Devido ou como consequência de:		41) ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA Tempo aproximado entre o início da doença e a morte CID	
VIII	Cartório	42) Nome do Médico		43) CRM	44) Óbito atestado por Médico 1 <input type="checkbox"/> Assistente 2 <input type="checkbox"/> Substituto 3 <input type="checkbox"/> IML 4 <input type="checkbox"/> SVO 5 <input type="checkbox"/> Outro
		45) Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc)	46) Data do atestado	47) Assinatura	48) Município e UF do SVO ou IML
IX	Localid. S/ Médico	49) PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)			
		50) Tipo 1 <input type="checkbox"/> Acidente 2 <input type="checkbox"/> Suicídio 3 <input type="checkbox"/> Homicídio 4 <input type="checkbox"/> Outros 9 <input type="checkbox"/> Ignorado		51) Fonte da informação 1 <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial 2 <input type="checkbox"/> Hospital 3 <input type="checkbox"/> Família 4 <input type="checkbox"/> Outra 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	
		52) Descrição sumária do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência 1 <input type="checkbox"/> Via pública 2 <input type="checkbox"/> Endereço de residência 3 <input type="checkbox"/> Outro domicílio 4 <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial 5 <input type="checkbox"/> Outros 9 <input type="checkbox"/> Ignorada			
		53) SE A OCORRÊNCIA FOR EM VIA PÚBLICA, ANOTAR O ENDEREÇO Logradouro (rua, praça, avenida, etc)			
		54) Cartório	55) Registro	56) Data	57) UF
		58) Declarante	59) Testemunhas A B		

Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde/ Ministério da Saúde

ANEXO B – Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada (FNIV)

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde

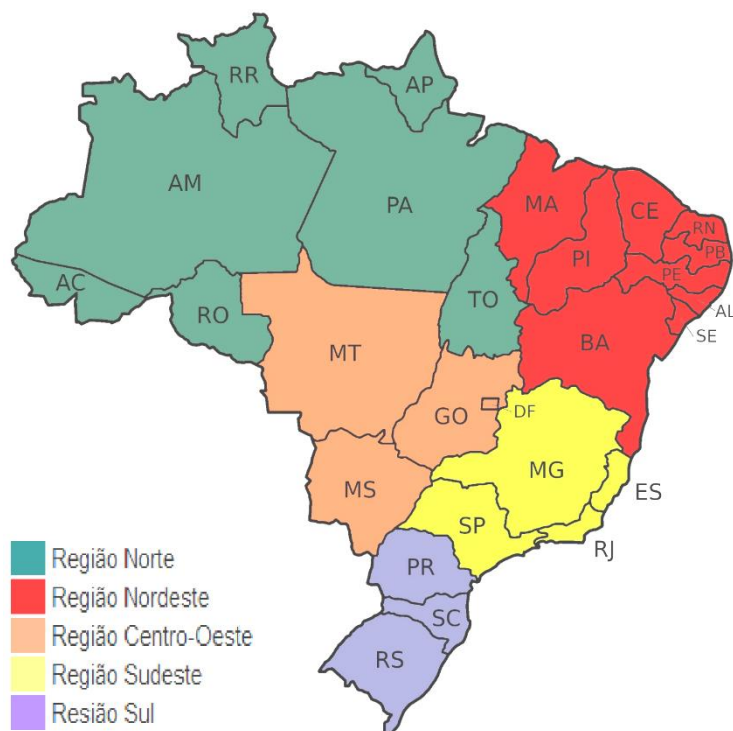
SINAN
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO
FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Nº

Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar (física, psicológica/moral, financeira/econômica, negligência/abandono), sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, pessoa com transtorno, indígenas e população LGBT.

Dados Gerais	1 Tipo de Notificação 2 - Individual		2 Agravo/doença VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA		Código (CID10) Y09		3 Data da notificação		
	4 UF	5 Município de notificação			Código (IBGE)				
	6 Unidade Notificadora <input type="checkbox"/> 1- Unidade de Saúde 2- Unidade de Assistência Social 3- Estabelecimento de Ensino 4- Conselho Tutelar 5- Unidade de Saúde Indígena 6- Centro Especializado de Atendimento à Mulher 7- Outros								
	7 Nome da Unidade Notificadora				Código Unidade		9 Data da ocorrência da violência		
	8 Unidade de Saúde				Código (CNES)				
	10 Nome do paciente								
Notificação Individual	12 (ou) Idade <input type="checkbox"/> 1- Hora <input type="checkbox"/> 2- Dia <input type="checkbox"/> 3- Mês <input type="checkbox"/> 4- Ano <input type="checkbox"/>		13 Sexo <input type="checkbox"/> M - Masculino <input type="checkbox"/> F - Feminino <input type="checkbox"/> 1- Ignorado		14 Gestante <input type="checkbox"/> 1-1º Trimestre 2-2º Trimestre 3-3º Trimestre 4- Idade gestacional ignorada 5-Não 6- Não se aplica 9-Ignorado			15 Raça/Cor <input type="checkbox"/> 1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 9- Ignorado	
	16 Escolaridade <input type="checkbox"/> 0-Analfabeto 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) 2-4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 3-5ª a 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 4-Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) 5-Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) 6-Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7-Educação superior incompleta 8-Educação superior completa 9-Ignorado 10- Não se aplica								
	17 Número do Cartão SUS				18 Nome da mãe				
	19 UF		20 Município de Residência			Código (IBGE)		21 Distrito	
	22 Bairro			23 Logradouro (rua, avenida,...)			Código		
	24 Número		25 Complemento (apto., casa, ...)			26 Geo campo 1			
27 Geo campo 2						28 Ponto de Referência		29 CEP	
30 (DDD) Telefone				31 Zona <input type="checkbox"/> 1 - Urbana <input type="checkbox"/> 2 - Rural <input type="checkbox"/> 3 - Periurbana 9 - Ignorado		32 País (se residente fora do Brasil)			
Dados Complementares									
Dados da Pessoa Atendida	33 Nome Social				34 Ocupação				
	35 Situação conjugal / Estado civil <input type="checkbox"/> 1 - Solteiro 2 - Casado/união consensual 3 - Viúvo 4 - Separado 8 - Não se aplica 9 - Ignorado								
	36 Orientação Sexual <input type="checkbox"/> 1-Heterossexual 2-Homossexual (gay/lésbica)			3-Bissexual 8-Não se aplica 9-Ignorado			37 Identidade de gênero: <input type="checkbox"/> 3-Homem Transexual 8-Não se aplica 9-Ignorado		
	38 Possui algum tipo de deficiência/ transtorno? <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 9- Ignorado			39 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno? <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 8-Não se aplica 9- Ignorado					
			<input type="checkbox"/> Deficiência Física <input type="checkbox"/> Deficiência visual <input type="checkbox"/> Transtorno mental <input type="checkbox"/> Outras						
			<input type="checkbox"/> Deficiência Intelectual <input type="checkbox"/> Deficiência auditiva <input type="checkbox"/> Transtorno de comportamento						
Dados da Ocorrência	40 UF		41 Município de ocorrência			Código (IBGE)		42 Distrito	
	43 Bairro			44 Logradouro (rua, avenida,...)			Código		
	45 Número		46 Complemento (apto., casa, ...)			47 Geo campo 3		48 Geo campo 4	
	49 Ponto de Referência				50 Zona <input type="checkbox"/> 1 - Urbana <input type="checkbox"/> 2 - Rural <input type="checkbox"/> 3 - Periurbana 9 - Ignorado		51 Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)		
	52 Local de ocorrência <input type="checkbox"/> 01 - Residência 02 - Habitação coletiva 03 - Escola			04 - Local de prática esportiva 05 - Bar ou similar 06 - Via pública			07 - Comércio/serviços 08 - Indústrias/construção 09 - Outro 99 - Ignorado		
							53 Ocorreu outras vezes? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		
						54 A lesão foi autoprovocada? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado			

Violência	55 Essa violência foi motivada por: 01-Sexismo 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia 03-Racismo 04-Intolerância religiosa 05-Xenofobia 06-Conflito geracional 07-Situação de rua 08-Deficiência 09-Outros 88-Não se aplica 99-Ignorado		
	56 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Tráfico de seres humanos <input type="checkbox"/> Psicológica/Moral <input type="checkbox"/> Financeira/Econômica <input type="checkbox"/> Intervenção legal <input type="checkbox"/> Tortura <input type="checkbox"/> Negligência/Abandono <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Trabalho infantil		57 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Força corporal/espandimento <input type="checkbox"/> Obj. perfuro-cortante <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Enforcamento <input type="checkbox"/> Substância/Obj. quente <input type="checkbox"/> Ameaça <input type="checkbox"/> Obj. contundente <input type="checkbox"/> Envenenamento, Intoxicação <input type="checkbox"/> Outro
Violência Sexual	58 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Assédio sexual <input type="checkbox"/> Estupro <input type="checkbox"/> Pornografia infantil <input type="checkbox"/> Exploração sexual <input type="checkbox"/> Outros		
	59 Procedimento realizado 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Profilaxia DST <input type="checkbox"/> Profilaxia Hepatite B <input type="checkbox"/> Coleta de sêmen <input type="checkbox"/> Contracepção de emergência <input type="checkbox"/> Profilaxia HIV <input type="checkbox"/> Coleta de sangue <input type="checkbox"/> Coleta de secreção vaginal <input type="checkbox"/> Aborto previsto em lei		
Dados do provável autor da agressão	60 Número de envolvidos 1- Um <input type="checkbox"/> 2- Dois ou mais <input type="checkbox"/> 9- Ignorado		61 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida 1-Sim 2-Não 9-Ignorado <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Ex-Cônjuge <input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos <input type="checkbox"/> Policial/agente da lei <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Desconhecido(a) <input type="checkbox"/> Padrasto <input type="checkbox"/> Ex-Namorado(a) <input type="checkbox"/> Cuidador(a) <input type="checkbox"/> Própria pessoa <input type="checkbox"/> Madrasta <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Patrão/chefe <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Irmão(ã) <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional
	62 Sexo do provável autor da agressão 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino <input type="checkbox"/> 3 - Ambos os sexos <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado		63 Suspeita de uso de álcool 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>
Encaminhamento	64 Ciclo de vida do provável autor da violência: <input type="checkbox"/> 1-Criança (0 a 9 anos) 3-Jovem (20 a 24 anos) 4- 5-Pessoa idosa (60 anos ou mais) 2-Adolescente (10 a 19 anos) Pessoa adulta (25 a 59 anos) 9-Ignorado		
	65 Encaminhamento: 1-Sim 2-Não 9-Ignorado <input type="checkbox"/> Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde,hospital,outras) <input type="checkbox"/> Conselho do Idoso <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento à Mulher <input type="checkbox"/> Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento ao Idoso <input type="checkbox"/> Outras delegacias <input type="checkbox"/> Rede da Educação (Creche, escola, outras) <input type="checkbox"/> Centro de Referência dos Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Justiça da Infância e da Juventude <input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras) <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente		
Dados finais	66 Violência Relacionada ao Trabalho <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 9- Ignorado		67 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado
	69 Data de encerramento _____		68 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX _____
Informações complementares e observações			
Nome do acompanhante _____		Vínculo/grau de parentesco _____ (DDD) Telefone _____	
Observações Adicionais: _____ _____ _____			
Disque-Saúde 0800 61 1997		TELEFONES ÚTEIS Central de Atendimento à Mulher 180	
		Disque-Denúncia - Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 100	
Notificador	Município/Unidade de Saúde _____		Cód. da Unid. de Saúde/CNES _____
	Nome _____	Função _____	Assinatura _____
Violência interpessoal/autoprovocada		Sinan	SVS 03.06.2015

ANEXO C – Mapa do Brasil: Unidades Federativas e regiões

Fonte: Divisão Regional do Brasil - IBGE